

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

RAFAEL GUINDANI HUNTTMANN

**A AMÉRICA PARA OS AMERICANOS E O BRASIL PARA FARQUHAR:
CAPITAL MONOPOLISTA E VIOLÊNCIA NA REGIÃO DO CONTESTADO (1906 –
1916)**

CHAPECÓ

2023

RAFAEL GUINDANI HUNTTMANN

**A AMÉRICA PARA OS AMERICANOS E O BRASIL PARA FARQUHAR:
CAPITAL MONOPOLISTA E VIOLÊNCIA NA REGIÃO DO CONTESTADO (1906 –
1916)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr. Delmir José Valentini

CHAPECÓ

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Hunttmann, Rafael Guindani

A América Para os Americanos, o Brasil Para Farquhar:
Capital Monopolista e Violência na Região do Contestado
(1906 - 1916) / Rafael Guindani Hunttmann. -- 2022.
120 f.

Orientador: Dr. Delmir José Valentini

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,
Chapecó, SC, 2022.

1. Contestado. 2. imperialismo. 3. Monopólio. 4.
Capitalismo. 5. Subdesenvolvimento. I. Valentini, Delmir
José, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul.
III. Título.

RAFAEL GUINDANI HUNTTMANN

**A AMÉRICA PARA OS AMERICANOS E O BRASIL PARA FARQUHAR: CAPITAL
MONOPOLISTA E VIOLÊNCIA NA REGIÃO DO CONTESTADO (1906 – 1916)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 06 /03/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Delmir José Valentini (UFFS)
Orientador

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado (UFSC)
Avaliador Externo

Prof. Dra. Samira Peruchi Moretto (UFFS)
Avaliadora

Prof. Dra. Renilda Vicenzi (UFFS)
Avaliadora

Dedico este trabalho a meu pai, Paulo; à minha
irmã, Amanda, e à memória de minha mãe,
Cleusa.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é uma dádiva. Se existe, é digna.

Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul e a todos os responsáveis por sua concretização, manutenção e evolução.

Agradeço aos meus professores, aqueles que me guiaram desde a graduação até o mestrado, aqueles quem conheci no PPGH e aqueles que, a despeito de minha trajetória, contribuem para o desenvolvimento científico de nosso oeste catarinense e de nosso país.

Agradeço à FAPESC por possibilitar, através de bolsa, minha dedicação integral à essa pesquisa.

Agradeço aos meus colegas de graduação e de mestrado pelo desenvolvimento intelectual mútuo. Dentre todos, todo meu carinho, em especial, a Cainã, João, Ricardo e Paulo.

Agradeço aos meus amigos Gieisson e Vinícios.

Agradeço à Prof.^a Dr. Renilda Vicenzi, orientadora de meu TCC de graduação, por ter aberto a primeira porta para meu seguimento na pesquisa.

Agradeço ao meu amigo Dr. Gustavo H. de Siqueira pelas primeiras orientações ainda antes do ingresso no PPGH da UFFS.

Agradeço ao meu orientador, prof. ° Dr. Delmir José Valentini, que, além de me auxiliar em cada passo desse caminho, tem todo meu amor e amizade.

Agradeço à Ana Claudia Chiarello por ter estado comigo em grande parte desse processo me apoiando e me dando forças.

Agradeço à minha irmã, Amanda, que, mesmo sem dizer qualquer palavra, me deu motivação.

Agradeço ao meu pai, Paulo, por todo o apoio que precisei e, apesar de tudo, sempre ter tido fé em mim.

Agradeço, finalmente, à minha mãe, Cleusa, que, mesmo estando apenas em minha memória, me deu coragem quando tudo pareceu sem propósito.

A verdade é o todo
G. W. F. Hegel.

RESUMO

Esta pesquisa analisou as formas de exploração imperialista na Região do Contestado a partir da atuação da empresa estrangeira *Brazil Railway Company*, fundada em 1906 e inserida economicamente nesse espaço, modificando profundamente a sociabilidade de seus grupos sociais. O capital estrangeiro propiciou a construção de uma ferrovia colonizadora ligando o Brasil Meridional ao centro do país, através da criação de empresas monopolistas destinadas a explorar os recursos disponíveis e destiná-los à exportação. Posteriormente, iniciou-se os processos de colonização e, através deste, institucionalizando a propriedade privada na área de atuação do Grupo econômico estrangeiro. Entre outras consequências as atividades da *Brazil Railway Company* causaram a exploração de recursos sem precedentes, a segregação da população pobre local e ao conflito bélico entre os anos de 1912 a 1916. O estudo abordou pressupostos sobre o agravamento do antagonismo de classes e da consciência coletiva da população sertaneja, que passou a reivindicar seus meios de subsistência usurpados, através de um movimento social de grandes proporções. A Teoria Marxista da Dependência foi buscada enquanto possibilidade teórica e metodológica de análise sobre a atuação do capital monopolista na América Latina e no Brasil a partir das dinâmicas do desenvolvimento capitalista e, assim, do Contestado. Buscamos ainda, aspectos sobre a dinâmica estatal brasileira e a classe dirigente nacional, enquanto participação nas decisões sobre os interesses imperialistas. Ainda, se procurou compreender em quais medidas e de que forma foi articulada a tomada dessa região pela empresa estrangeira e o que levou a segregação da população local. A fundamentação teórica advém de autores clássicos sobre as categorias levantadas, bem como de um conjunto de fontes que inclui Relatórios Anuais do Diretório Central (1910, 1911, 1912 e 1913), acervos parlamentares (relatórios e projetos da Câmara dos Deputados) do período delimitado, processos referentes à posse das terras obtidas pela *Brazil Railway Company*, jornais locais do período, entre outros. Deste modo, buscamos entender as transformações que ocorreram na Região do Contestado no início do século XX, no espectro do capital-imperialista, a partir da incursão da empresa *Brazil Railway Company* na região, e a sua exploração de excedentes. Isso elevou o nível do capitalismo na região para um novo estágio de forte conexão com as categorias totalizantes de seu espectro imperialista-monopolista e, conseqüentemente, modificou de forma profunda as estruturas sociais da Região do Contestado.

Palavras-Chave: Imperialismo; Monopólio; Contestado; Capitalismo; Luta de Classes.

ABSTRACT

This research analyzed the mechanisms of the imperialist exploitation in the Contestado Region by the North-American enterprise Brazil Railway Company, established in 1906 and economically inserted with monopoly capital, deeply changing the sociability of the people by its role. The international capital provided the construction of a colonizing railway to connect Southern Brazil to its center, creating monopoly industries aimed to explore all available resources lead to the ports for export. In Contestado, the company started the timber exploitation of the Atlantic Mixed Forest, followed by the colonization processes by immigrants and their descendent and bringing with it the consequent private property institutionalizing. Among various consequences, causing Ambiental exploitation with no precedents, segregating of the people and the well-known bilic conflict between 1911 to 1916. On this research we showed assumptions about the worsening of the class antagonisms int the peasants collective consciousness, that started to claim, through a large popular movement, their usurped living means. The Marxist Theory of Dependency was used as a possibility of analysis about the role played by the monopoly capital in Latin America and Brazil because of the development dynamics of Capital. We tried to find, still, the brazilian State process as a dominant class tool, working in the decisions of the imperialists interests. We also searched to understand the measures and the forms used to explore our region by the foreign enterprise and what lead the local people to segregation. The theoretical basis comes from classic authors about the raised topics, as well as the set of historical sources which includes the Annual Report and Accounts of the Board of Directors of the BRC (1910, 1911, 1912 and 1913), parliamentary documents (reports, synopsis and projects of the Chamber of Deputies) from this period, jornalistics matters from local jornals, among others. There by, we tried to understand the transformations that occured in the Contestado Region in the rise of the XX century in the imperialist capital spectrum, after the arrival of the Brazil Railway Company enterprise in the construction of the São Paulo - Rio Grande Railway, tracing North to South the Santa Catarina State and the consequent surplus exploitation. It raised the capitalism level in the region to a greater stage connected to the higher categories of the global monopoly imperialism and, therefore, deeply changed the structures of the Contestado Region.

Keywords: Imperialism; Monopoly; Contestado; Capitalism; Underdevelopment.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - p. 77

Mapa 2 - p. 79

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Integrantes do Conselho Administrativo da BRC entre 1910 e 1913.....	p. 37
Tabela 02 - A posse de ações da Brazil Railway Company sobre outras empresas no ano de 1910.....	p. 39
Tabela 03 - Equivalente Anual da Taxa de Juros Paga pela BRC (1910 – 1913)	p. 47
Tabela 04 - Receita Somada das Principais Linhas Férreas da BRC entre 1910 e 1913.....	p. 60
Tabela 05 - Receita Líquida da BRC entre 1910 e 1913.....	p. 61
Tabela 06 - Débitos na Receita da BRC em 1912 e 1913	p. 63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Aumento do Valor Relacionado à Taxa de Juros a Ser Pago aos Prestamistas da BRC Entre 1910 e 1913.....	p. 48
Gráfico 02 - Aumento do Montante de Capital Retornável aos Prestamistas (C + Cj') Entre 1910 e 1913.....	p. 48
Gráfico 03 -. Aumento do Montante de Capital Retornável aos Prestamistas (C + Cj') Entre 1910 e 1913.....	p. 49
Gráfico 04 - Relação do Aumento das Finanças da BRC entre 1910 e 1913.....	p.56
Gráfico 05 - Relação da Receita Bruta da BRC (Ferrovias e Geral) Entre 1910 e 1913.....	p.60
Gráfico 06 -Relação da Receita Líquida da BRC (Ferrovias e Geral) Entre 1910 e 1913	p.61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRC	Brazil Railway Company
EFSPRG	Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 ACUMULAÇÃO DO CAPITAL, MONOPÓLIO E IMPERIALISMO	28
1.1 DAS ORIGENS, CHEGADA E ATUAÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NA REGIÃO DO CONTESTADO.....	28
1.2 A FORMAÇÃO DO MONOPÓLIO.	32
1.3 INCURSÃO MERCANTIL X INCURSÃO FINANCEIRA.....	40
1.4 OCUPAÇÃO IMPERIALISTA POR ESCALADA E POR ASSALTO.....	44
1.5 POSITIVAMENTE NAS MÃOS DE FARQUHAR.....	56
2. OBSERVANDO A DOUTRINA MONROE	65
2.2 DO NORTE AO SUL DO BRASIL O CAPITAL FERROVIÁRIO RASGOU O TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	71
2.3 UMA CÉLULA DO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO.....	80
2.4 RIQUEZAS NATURAIS BRASILEIRAS ENTRE O PROGRESSO E A MISÉRIA..	87
3 COLONIZAÇÃO, EXPLORAÇÃO E RESISTÊNCIA NA REGIÃO DO CONTESTADO	100
3.1 ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO NA REGIÃO DO CONTESTADO.....	101
3.2 SUPER EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO CONTESTADO	106
3.3 NÃO TEMOS DIREITO À NOSSA TERRA.....	109
3.4 ESPOLIAÇÃO E REPRESSÃO: ELIMINANDO O ELEMENTO PERNICIOSO..	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	118
ANEXO A – Lotes Oferecidos à Venda pela BRC na Colônia do Rio do Peixe.	122
ANEXO B – Lotes Oferecidos à Venda pela BRC na Colônia Rio das Antas.	123

INTRODUÇÃO

“A massas fazem a História, mas não são elas que a escrevem”,¹ afirmou o pensador equatoriano Agustin Cueva (1983). Essa frase nos lembra de um trecho do segundo parágrafo de Marx (1971) em *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*, onde está expresso que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas antes sob as condições diretamente herdadas e transmitidas pelo passado”.² Podemos afirmar que as duas afirmações, com a devida crítica sobre especificidades e contextos em que foram defendidas, encontram aproximações e diálogos com alguns aspectos vivenciados pelos caboclos que habitavam a Região do Contestado entre o final do Século XIX e as primeiras décadas do Século XX. Mas não apenas isso: são entendimentos do processo histórico da sociedade humana em sua dinâmica e desenvolvimento. Dessa forma, podemos aplicar tal entendimento da História em nosso objeto como experimento científico.

Na Região denominada Contestado devido às disputas territoriais entre os estados de Santa Catarina e Paraná, ocorreu o conhecido conflito bélico entre os anos de 1912 e 1916, que envolveu antigos moradores da região e novos contingentes chegados nos primeiros 15 anos do século XX, dos quais consideramos como mais significativos os agentes do capital estrangeiro. A guerra teve início com um enfrentamento armado entre os caboclos da região e as forças do regimento de segurança do estado do Paraná, que a partir de 1912, com o deslocamento dos seguidores de José Maria para os campos do Irani, temeu por uma iniciativa do estado de Santa Catarina em dominar esse território da região em disputa. A guerra seguiu, então, com diversos confrontos contra forças de segurança do estado de Santa Catarina, do exército brasileiro, de coronéis e seus capangas, dentre os quais são destacados pela historiografia entre vaqueanos e demais homens da própria região, pagos, para esta finalidade por comerciantes formando forças particulares contratadas para defender o capital internacional que se estabeleceu nesta Região. Não trataremos, nesse trabalho, da Guerra em específico, o que já foi bastante analisado por diversos autores e acadêmicos; nosso objetivo maior, que se apresentou necessário investigar, é compreender as alterações sociais causadas pelo avanço do capital estrangeiro sobre a região.

Alçar olhares sobre a Região do Contestado, percebendo que se trata de um evento que abrange muito mais do que espaço delimitado geograficamente no Brasil Meridional, envolve também um amplo espectro dialético, que se expande na totalidade dos eventos por preposições

¹ CUEVA, Agustin. **O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Ed., 1983. p. 55.

² MARX, Karl. **O 18 do Brumário de Luís Bonaparte**. Coimbra: Nosso Tempo. 1971, p.15.

globais, nacionais e locais. Para uma tentativa de análise que contemple essa totalidade e possa traçar as particularidades do objeto delimitado nos eventos da Região do Contestado no início do século XX, essas determinações devem ser consideradas para que tornem as abstrações metodológicas adequadas, permitindo que possamos reconstruir e forjar representações sobre a realidade vivenciada pelos agentes históricos do respectivo contexto sobre uma ótica que vai além de suas percepções e possibilidades de expressão das suas visões sobre o contexto que vivenciaram.

As representações e as pretensas formas de descrição dos fatos partiram, inicialmente, da imprensa e dos comandantes militares diretamente envolvidos no conflito, seja em forma de relatórios, correspondências ou através dos livros escritos pelos “historiadores militares”³, muitos, enquanto testemunhas oculares que além de lutar contra os caboclos, também passaram a publicar as próprias percepções que tiveram sobre os acontecimentos. Foi este lado da verdade que alcançou o público geral ainda no desenrolar dos combates. Depois da Guerra, os livros didáticos, por vezes, também representaram as mesmas ideias e destacaram a inexistência de qualquer possibilidade de outra possível interpretação. Concordamos com Cuevas (1933), para a massa dos vencidos não existiu alternativa de expressar a própria história, apenas de fazê-la.

A região do Contestado, comumente delimitada entre os rios Iguaçu, ao norte, e Uruguai, ao sul, recebeu esse nome devido a históricas disputas pelo domínio deste território. Citamos, primeiramente, pela proximidade temporal de nosso objeto, a disputa entre Brasil e a Argentina após o ano de 1881, solucionada em 1895 pela interferência imperialista norte-americana através de decisão diplomática proferida pelo presidente Glover Cleveland, que deu ganho de causa ao Brasil, na denominada Questão de Palmas. Dado o fato, os estados de Santa Catarina e Paraná deram continuidade à contestação dessas terras, fator determinante para o estopim da Guerra do Contestado. A disputa só se resolveu no ano de 1916, quando o Presidente Wenceslau Brás, apesar dos vários requerimentos ao judiciário por parte do estado do Paraná, deu ganho de causa à Santa Catarina.⁴

Em um espectro social, o Contestado, em sua história, comporta uma síntese de aspectos econômicos, étnicos e culturais de influências de povos indígenas, de caboclos e de imigrantes

³ Definição utilizada por Rogério Rosa Rodrigues em sua tese de doutorado para referir-se aos relatos da Guerra do Contestado publicados por militares que presenciaram o ocorrido. Apesar de serem documentos significativos para pesquisa, tais relatos condizem com os interesses militares e Estatais para com o conflito, ofuscando a perspectiva dos rebeldes combatentes caboclos do meio-oeste catarinense.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um Grande Sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do exército brasileiro**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro/ RJ. 2008.

⁴ VALENTINI, Delmir José. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: Ed. UFFS, 2015.

européus. Dentre tantos pontos culturais, étnicos e de classe, destaca-se, para agora, a economia de subsistência praticada pelos antigos moradores da Região, ainda não tocado significativamente pela propriedade privada e pelo trabalho sob a batuta do capitalismo, ou seja, orquestrado de modo que em toda a sua materialidade a única posse mantida é a força de trabalho. Com a chegada do capital estrangeiro e as transformações decorrentes em seu modo de vida baseado na posse da terra, cria-se no consciente caboclo a necessidade coletiva de irromper contra os segmentos de classes superiores que ameaçam sua própria existência, organizando-se em redutos e combatendo seus então novos inimigos.

A grande maioria da população sertaneja que vivia na Região do Contestado, até o início do Século XX, tinha na terra a fonte de satisfação de suas necessidades básicas, sem que esta recebesse o caráter privado da propriedade capitalista, ou seja, sem que a posse da terra fosse uma garantia do Estado capitalista como direito inalienável.⁵ Os mais antigos moradores posseiros, assim denominados por causa da ocupação não regulamentada da terra, necessariamente foram desalojados e expulsos de suas posses, após a efetiva incursão do capitalismo, inserida neste contexto, principiando com a instalação de uma ferrovia colonizadora e outros empreendimentos que chegaram com a força do capital internacional.

Neste estudo, se tentou mostrar que os entendimentos sobre a história que fizeram os caboclos das Região do Contestado, passou pela busca das condições herdadas e transmitidas pelo passado. Quando abordamos o imperialismo como categoria, termo cujo conceito pode contemplar variadas formas de acordo com sua aplicação histórica,⁶ podemos remeter à definição genérica de David Harvey (2014) como sendo um “projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos” deste “para fins políticos, econômicos e militares”. devemos apresentar sua definição conceitual

Essa pesquisa buscou as facetas deste processo, pretendendo a inserção de seu caráter na totalidade, ou seja, as determinações desse contexto que são perceptíveis em todas as partes do mundo para onde o modo de produção das metrópoles capitalistas expandiram os artifícios de sua constante, progressiva e inerente acumulação, lei geral e intransponível de seu funcionamento.⁷

O que se pretendeu mostrar foi como o que ocorreu no Contestado, na segunda década do século XX, foi determinado pelo estágio de desenvolvimento capitalista em nível global,

⁵ Vide MARX, Karl, **A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

⁶ Por exemplo seu uso conceitual para referir-se aos impérios da antiguidade (macedônio, romano, etc.).

⁷ MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

quais as configurações estruturais do Estado brasileiro e das classes dominantes que permitiram que tal processo ocorresse e como se deu a expansão capitalista na região do Contestado, consonante ao detrimento das condições de vida da população local.

Em termos de temporalidade, o objeto delimitou-se nos finais da chamada Era dos Impérios, que compreendeu, como apontam alguns autores, os anos entre 1870 e 1914, período em que o capitalismo se consolidou como o modo de produção global e passou a ter como suas constituintes todas as partes do mundo.

Nosso recorte partiu da fundação da corporação *Brazil Railway Company* em 1906, ponto de partida para o processo de exploração do capital estrangeiro na região do Contestado e o ano de 1914, quando a crise financeira na Europa, que desencadeou na Primeira Guerra Mundial, modificou as relações econômicas internacionais, configurando uma nova fase do capitalismo. Com a crise que se iniciou entre 1912 e 1913 e, posteriormente a guerra em 1914, cessaram as inversões de capitais da qual a *Brazil Railway Company* necessitava para o seu funcionamento, levando à queda de sua diretoria e a impossibilidade de dar continuidade ao seu projeto nos mesmos moldes.⁸

Buscamos desenvolver uma pesquisa historiográfica do Contestado visando à crítica ao modo de produção capitalista e à sua história de acumulação e de enriquecimento de alguns poucos indivíduos e corporações em detrimento das populações pobres, especialmente a dos países dependentes e periféricos, segregados e explorados pelos mecanismos e engrenagens basilares que gerem esse sistema.

Ainda, buscamos entender como na Região do Contestado, o advento do capital monopolista impôs os custos do capitalismo para todos os indivíduos por ele pauperizados e que, resistiram à precarização, ou mesmo destruição, de seu modo de vida. Com isso, enfatizamos a importância da história do Contestado para o entendimento dos custos humanos e econômicos que o desenvolvimento do capitalismo exigiu e ainda exige, sendo necessário posicioná-lo como estudo fundamental para a escrita da história crítica latino-americana.

O processo de expansão capitalista é, em sua essência, desigual. Por isso, quando enseja o domínio sobre qualquer novo espaço que se mostre promissor para a extração de excedente, o faz de maneiras diferentes, porém o faz de acordo com as características centrais do sistema.⁹ Contudo, esse processo, necessariamente se dá de forma desigual de acordo com determinadas

⁸ VALENTINI, 2015. p. 109.

⁹ FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010. p. 47.

condições durante o desenvolvimento histórico do capitalismo.¹⁰ É fundamental atentarmos para essas “desigualdades” no decorrer de sua expansão e ressaltar a importância do estudo das especificidades de cada contexto, mas considerando a concepção de totalidade sem a qual não há a possibilidade de uma análise que contemple a realidade em sua integralidade.

Segundo Marx¹¹, a totalidade pode ser entendida como uma síntese das múltiplas determinações que a constituem, uma espécie de “unidade do diverso”, por isso, fundamental que essas determinações sejam identificadas em nosso objeto de estudo e articuladas entre si para que seja possível a representação dessa totalidade pelo intelecto no contexto abordado.

As categorias relacionadas ao imperialismo na região do Contestado, cuja presença foi determinante para a historicidade da região a partir da incursão da *Brazil Railway Company* e, com ela, do capital estrangeiro, determinaram os acontecimentos que levaram as mudanças que provocaram a crise que levou a luta armada.

Para analisar as categorias do capitalismo num determinado contexto, é imprescindível a compreensão de que o capitalismo não surge em determinada região isoladamente, mas como uma extensão da dinâmica que circunda o seu centro e, dessa forma, consideramos a história do Contestado como totalidade não limitada às determinações regionais, mas dinamizada relativamente à respectiva fase de desenvolvimento do capitalismo.

Na Região do Contestado as transformações tomaram palco com a construção do trecho da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRG) pela empresa monopolista *Brazil Railway Company* (BRC) que, fundada em 1906, passou a dominar vários setores econômicos em Santa Catarina e em vários pontos do Brasil.

A EFSPRG foi projetada em 1889 com o objetivo de ligar o sul do país ao seu centro econômico em São Paulo, porém o trecho que atravessou verticalmente o estado de Santa Catarina, devido à falta de recursos para sua conclusão, ficou sob a responsabilidade da BRC e de seus engenheiros. Na lógica da expansão do capitalismo do período, como afirmou André Gunder Frank,¹² a tomada de projetos em andamento por empresas estrangeiras ocorre num momento em que estas se apresentam como uma grande oportunidade de investimentos para o capital acumulado nas metrópoles, penetrando de maneira praticamente integral no controle da economia dos países latino-americanos.

¹⁰ FONTES, 2010, p. 79.

¹¹ MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. ed. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 258.

¹² FRANK, André Gunder. *Lumpenbourgeoisie, Lumpendevelopment: dependence, class, and politics in Latin America*. Londres: Monthly Review Press, 1974. p. 67-8.

Com a chegada da BRC, trazendo com ela um plano “civilizador” para a região do Contestado, ocorreu uma transformação radical nas formas produtivas, que ultrapassou os modos de subsistência e de capitalismo mercantil para uma incursão radical em um modelo superior do capitalismo caracterizado pela íntima conexão com os mercados de finanças e de corporações monopolistas.

Em sua idealização inicial nos primeiros anos do século XX, o magnata norte-americano fundador da BRC, Percival Farquhar, estabeleceu como objetivo norteador a ligação, através de linhas férreas, de toda a América Latina, proporcionando a conectividade econômica e outras vantagens obtidas pelas estradas de ferro.

As ferrovias foram um dos símbolos máximos do desenvolvimento tecnológico do século XIX e a sua posterior chegada na América Latina ocorreu com financiamentos através das inversões do capital financeiro europeu, como “elemento civilizador” do homem branco em antagonismo ao atraso da barbárie pré-capitalista.

O papel da BRC intendia na região do Contestado, o desenvolvimento capitalista através da incorporação de recursos materiais que deveria proporcionar o aumento de sua produção, cuja circulação seria viabilizado pela estrada de ferro. Com a redução de custos de transporte através da ferrovia, pela introdução de mão de obra imigrante e a criação de novas empresas, a região, descrita como abandonada, seria transformada em uma enorme fonte de extração de excedentes pela extração de madeira, erva-mate e transporte de animais e passageiros.¹³

O projeto que deu origem à BRC e sua concretização ilustram o papel imposto à América Latina pelas grandes corporações capitalistas. As inversões de capitais para a construção de ferrovias no continente latino-americano tiveram, a partir da década de 1870, a incumbência de dinamizar a extração de excedentes de acordo com a crescente demanda das metrópoles, possibilitando a conexão da incursão mercantil com a incursão financeira.¹⁴

Com o início da fase imperialista do capitalismo, as corporações internacionais como a BRC se tornam as células e os tentáculos que sustentaram o seu desenvolvimento, extraindo a riqueza das áreas exploradas e a concentrando em seu centro. O caso da BRC, financiada por bancos da Inglaterra, França e Bélgica, junto de investidores norte-americanos, estabeleceu um complexo sistema econômico encarregado de extrair os excedentes produzidos através da monopolização de setores produtivos e destiná-los aos fundos da empresa e ao exterior para, então, transformá-los em capital.

¹³ VALENTINI, 2015, p.81.

¹⁴CUEVA, 1983.

O grau de investimento que as metrópoles capitalistas direcionaram a novas regiões foi diretamente proporcional ao grau de proeminência da taxa de extração de excedentes a ser obtida, porém tais investimentos devem considerar as questões político-sociais dos países alvos, manipulando suas classes dominantes em seu próprio favor.¹⁵

A dinâmica das classes dominantes da América Latina foi formulada pela estrutura em que se originou e que as incluiu no sistema econômico internacional. Determinadas pela sua função no mercado, as classes dominantes brasileiras se constituíram historicamente como reféns econômicos dos centros capitalistas que tem nelas grandes fornecedores de matérias primas e de mercado para suas manufaturas, capitais e tecnologias. Ora, enquanto os países desenvolvidos concentram sua produção nas fábricas, coube aos países exportadores não industrializados satisfazerem a crescente demanda por produtos primários, que sustentaram e possibilitaram a concentração e a especialização nos setores industriais.¹⁶

As estruturas sob as quais as classes dominantes de países exportadores se erigiram foram economicamente construídas sobre a dinâmica dessa lógica, favorável aos grandes proprietários de terra que foram edificados historicamente da antiga aristocracia latifundiária.¹⁷ A burguesia originada nesse processo é mantida por ele e isso a torna incapaz de desenvolver-se internamente, tornando o país debilitado e economicamente dependente.

Segundo Ruy Mauro Marini (2005, s/p.), pode-se dizer que “os povos cujo regime de produção vinha se desenvolvendo nas formas primitivas [...] se veem atraídos ao mercado mundial, [...] onde é imposto a tudo o interesse de dar vazão aos produtos para o estrangeiro”.¹⁸ Essa burguesia não necessita e nem é capaz de concentrar o excedente produzido internamente e se desenvolver, porém a sua manutenção depende dessa dinâmica.

A contradição se explica pelo destino dado a esses excedentes que eram consumidos em vez de importar bens de consumo interno. Nessa transação ocorreu a “troca desigual de bens” que transfere, devido à incompatibilidade na oferta entre os produtos, a riqueza para os países desenvolvidos, gerando dívidas que, para serem superadas, aumentam a produção, agravando progressivamente esse problema.¹⁹ Outro fator desse agravamento são os juros dos

¹⁵ BARAN, Paul. **A Economia Política do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

¹⁶ MARINI, Ruy Mauro, **A Dialética da Dependência**, Versão digitalizada conforme publicado em "Ruy Mauro Marini: Vida e Obra", São Paulo: Expressão Popular, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf. Acesso em 14 jun. 2021.

¹⁷ CUEVA, 1983.

¹⁸ MARINI, 2005, s/p.

¹⁹ MARINI, 2005.

financiamentos do capital financeiro, que levam, também, a um aumento dos dividendos e que, por consequência, demandam mais financiamentos e, portanto, mais juros.

Entre 1902 e 1913 os valores da exportação brasileira aumentaram 79,6% e, nesse mesmo período, a dívida externa elevou-se em 144,6 %, correspondendo a 60% dos gastos públicos totais do Estado.²⁰ Em linhas gerais, ao contrário dos centros industriais, onde o aumento da produção exige um aumento das capacidades produtivas, sejam elas através do aumento das jornadas de trabalho ou pelo desenvolvimento dos métodos produtivos, na América Latina esse processo ocorreu através da expansão das áreas a serem exploradas na produção de bens primários e pela “superexploração” do produtor direto.

Apesar da inclusão de novos territórios pela iniciativa imperialista no círculo internacional do capital, sua produção, de acordo com Marini (2005, s/p.), “não depende, [...], da capacidade interna de consumo” e, portanto, não visa suprir a sua própria demanda, levando, conseqüentemente, à superexploração da mão de obra. Isso porque “o consumo individual do trabalhador”, em sua posição inerente ao sistema capitalista como ‘motor’ de circulação da mercadoria, de acordo com a constituída “divisão internacional do trabalho”, não existe e, dessa forma, “não interfere na realização do produto”.²¹

Essas novas áreas a serem exploradas com destino à exportação sofrem uma alteração em suas relações econômicas e, portanto, em sua sociabilidade. Para o capital-imperialista as relações de trabalho e produção devem ser transformadas em favor das exigências de seu próprio funcionamento. Marx propôs dois processos fundamentais para as bases do capitalismo: (a) a instauração da propriedade privada e (b) a criação de uma classe trabalhadora desprendida de qualquer modo de produção. Sabemos que a dinâmica capitalista exige a acumulação constante de capitais, porém é necessária uma “acumulação originária”, ou “acumulação primitiva”, que para a teoria marxiana e para os marxistas representa o processo histórico de “separação do trabalhador e da propriedade das condições de realização de seu trabalho”.²² Marx delineou os meios desse processo como uma violenta prática de espoliação das terras de caráter coletivo. Apesar de sua formulação abordar a categoria de “acumulação originária” nos países berço do capitalismo – em O Capital I, na Inglaterra – esse processo se desenvolve, como apontou Cueva (1983), em todos os lugares onde há a instauração desse modo produtivo. O mesmo deve ocorrer em nosso objeto de pesquisa na região do Contestado, onde houve um

²⁰ MARINI, 2005, p.??

²¹ MARINI, 2005, p.??.

²² MARX, 2017, p. 786.

grande processo de grilagem que tornou terras devolutas do Estado brasileiro, meio de sustento de milhares de sertanejos, em propriedade privada.

O processo de expansão territorial do capitalismo demanda a transformação da totalidade da organização social. Não é apenas a segregação de indivíduos por parte dos capitalistas que inicia esse processo, mas também a necessidade de converter todas as noções de propriedade para o âmago capitalista.²³ Nesse sentido, como mostra Virgínia Fontes (2010), as classes dominantes precisam adequar-se as exigências do desenvolvimento capitalista e permitir que suas propriedades – “pré-capitalistas” – possam ser convertidas, conforme a demanda de expansão, em “propriedade capitalista”.²⁴

Escrever uma abordagem científica sobre o Contestado que envolva as categorias já citadas nos exige identificá-las propriamente nesse contexto. A *Brazil Railway Company*, também conhecida como *Sindicato Farquhar*, representou uma “quase instantânea invasão do país, [...], uma ocupação imperialista por escalada e por assalto”,²⁵ que obteve grandes extensões territoriais e econômicas, monopolizando portos, estradas de ferro, mercado de matérias primas, etc.. A tomada desses departamentos pelo capital estrangeiro tinha como consequência o direcionamento para fora das matérias primas e excedentes demandados pelas metrópoles e, ao mesmo tempo, e a criação de mercado para suas tecnologias e créditos.²⁶

Temos, então, uma arquitetura que organiza a circulação de produtos e capitais com entrada e saída de excedentes, que controla desde o produtor direto até a sua evacuação pelos portos. No relatório dos orçamentos da receita elaborado pela Câmara dos Deputados está expresso que “se nós percorrermos a lista de contratos, [...], verificaremos que navegação, carvão, estradas, obras, óleo, tudo isso, [...], está positivamente, [...], nas mãos do Sr. Farquhar. Não há um único estabelecimento de importância que não lhe esteja nas mãos potentes”.²⁷ Para Valentini (2015) e Márcia Janete Espig (2011) isso se tornou possível devido ao auxílio fornecido pelas classes dominantes e pelo Estado brasileiro, que, através de “negociatas e corrupção”, demonstravam certa preferência pelos empreendimentos de Farquhar. Isso não se fez sem as severas consequências sociais contempladas na história do Contestado, onde o empreendimento visionário que objetivava o estabelecimento do modelo capitalista segregou um enorme número de sertanejos.

²³ FONTES, 2010, p.77.

²⁴ FONTES, 2010, p.77.

²⁵ TORRÊS, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro**. eBooksBrasil. 2002. p.?? Versão digitalizada da 3ª Edição. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresb.html> Acesso em: 28 set. 2021.

²⁶ FRANK, 1972, p. 69.

²⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Elaboração dos Orçamentos Referentes a 1913**: Receita. v. 1. Rio de Janeiro, 1914. p. 474. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/31999>. Acesso em: 03/01/2020.

A acumulação primitiva, necessária para a instauração do modelo capitalista em regiões até então não absorvidas, exige, além da instauração da propriedade privada, a criação de uma mão de obra “livre”, que possa vender sua força de trabalho em troca de sua própria reprodução. Nos países exportadores, explorados pelos centros capitalistas, o produtor direto tende a ser integrado nessa dinâmica, porém de maneira diferente a do centro do sistema. Para Fontes (2010), os camponeses ao serem espoliados de suas terras, mesmo resistindo à destruição de seu modo de vida, não são capazes de evitar a alteração imposta por esse estágio do capitalismo.²⁸ Muitos passaram a se integrar como produtores diretos a serviço de donos de terra ou arrendatários, sub-remunerados, em troca de uma parte do que é produzido para seu próprio sustento.

A expansão do capitalismo, para Fontes (2010), se dá pela busca de mão-de-obra barata.²⁹ Contudo, vale ressaltar que o processo não necessariamente necessita transformar integralmente a população da região contemplada em força de trabalho, que pode ser substituída por mão-de-obra de outras fontes; em nosso caso, o trabalho foi importado através da imigração de europeus. No Contestado, um fator determinante foi a qualificação do trabalho exigida para o projeto “modernizador” visado, que implicou, parcialmente, na segregação e exclusão de indivíduos não aptos para os moldes capitalistas.

Aqui podemos relevar a importância dos eventos no Contestado quando uma massa de sertanejos revoltados se organizou contra essas imposições e estabeleceram o movimento sertanejo – a Irmandade Cabocla – como uma “alternativa concreta e possível para resistir à incursão da ordem capitalista”,³⁰ que tomou proporções que podem ser descritas como um dos maiores movimentos de resistência anti-capital-imperialista na América Latina do início do século XX. Porém, nem mesmo com as proporções que adquiriu, o movimento foi capaz de resistir ao processo, que, através da atuação das forças estatais e de civis, suprimiu e impossibilitou a continuidade das relações comunais existentes entre essa população. Uma frase encontrada num bilhete junto a um sertanejo morto em combate durante a Guerra do Contestado, bastante utilizada pela historiografia, diz: “nóis não tem direito a terras, todo é pras gentes da Oropa (sic)”.

Como se percebe, esse trabalho buscou as determinações que envolvem as categorias do capitalismo desse período histórico em sua totalidade para, então, compreender um caso

²⁸ FONTES, 2010, p. 78.

²⁹ FONTES, 2010, p.86.

³⁰ AURAS, Marli, **A Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 4. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. p. 17.

específico, delimitado pelos eventos que ocorrem na região do Contestado no início do século XX. Essa pesquisa não inclui diretamente a análise do conflito de 1912 a 1916, mais especificamente os aspectos político-econômicos determinantes para o contexto. O período da guerra (1912 – 1916), temos as determinações desse processo definidas, expressando-se na concretude do movimento sertanejo, então no auge de sua consciência.

Destacamos algumas categorias fundamentais que são consideradas nessa pesquisa. O capitalismo atingiu uma nova etapa na segunda metade do século XIX, quando o sistema de concorrência foi suprimido pelos monopólios das empresas gigantes. O monopólio é capaz de controlar a produção em todas as suas dimensões, desde a relação com outras empresas menores, que acabam se tornando seus reféns, até o domínio da totalidade de setores fundamentais na circulação de mercadoria, podendo regular os preços no mercado.³¹ Este não ocorre sem a participação do capital acumulado do sistema bancário no centro do sistema. Seu papel, visando à obtenção de lucro através dos juros nas inversões de capitais para o financiamento dos setores industriais, é tornar o monopólio possível. A fusão do setor industrial com o capital bancário é a definição dada por Lênin (2003) para “capital financeiro”. As categorias ‘monopólio’ e ‘capital financeiro’, pela sua inerente indiferença às fronteiras, pressupõe outra: o ‘imperialismo’.

A “fase superior do capitalismo”, como Lênin (2003) intitulou uma de suas principais obras, é o pressuposto da nova etapa do modo de produção, que leva o controle do capitalismo das metrópoles, em busca de novas formas de extração de excedente, para nações tidas como “débeis” economicamente. A exploração imperialista e suas consequências na América Latina desnuda a “dependência” econômica do continente, determinada pela sua posição na economia mundial como fornecedora de matérias primas para o desenvolvimento tecnológico e industrial dos centros desenvolvidos, impedindo o seu próprio desenvolvimento. A incursão do capitalismo sobre novas áreas demanda, por fim, a “acumulação primitiva”, categoria da economia-política remodelada por Marx (2017) para explicar o processo inicial da incursão capitalista.

Quanto à base teórica dessa pesquisa, buscamos a interpretação histórica, como estudo da realidade no tempo, a partir do entendimento dialético, que interpreta os fenômenos reais como processos em movimento e em constante transformação, transição ou mudança. Considera-se que não podemos ver a história como parte constitutiva da realidade ou como

³¹ BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **O Capital Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

forma de obter a descrição de eventos do passado, desconectando-a da própria realidade. Na perspectiva crítica de análise, um objeto é a sua própria história e sua configuração no real é fruto de eventos concretos que definem e modelam a sua essência. Dessa forma, a realidade e um objeto inserido nela só podem ser entendidos, em sua constituição através do tempo, pelas sucessivas transformações que o definem. Além disso, é o processo em movimento que define a metodologia de análise a ser utilizada, pois o que é válido para uma situação determinada não pode ser aplicado em outra, devido aos diferentes níveis de evolução histórica de cada objeto.

Para analisar o Contestado com essa perspectiva, devemos partir da totalidade dos eventos para encontrar a metodologia mais adequada, cujos acertos serão avaliados pela experiência; “para saber se o bolo está bom, é preciso comê-lo”.³² Como dizia Marx (2008), o ponto de partida deve ser o que é concreto, ou seja, a “síntese de muitas determinações” e “unidade do diverso”, abstraindo deste as determinações que o constituem da mais complexa, ou abstrata, para a mais simples de forma progressiva.³³ Tendo feito isso, retornamos para o todo contemplando de forma crítica o que o constitui, ou, nas palavras de Marx, “as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento”.³⁴

Partimos da totalidade do contexto para perceber quais as especificidades dos eventos que ocorrem no Contestado, espaço delimitado pelas fronteiras de Santa Catarina com o Paraná, ao Norte, e com o Rio Grande do Sul, ao Sul. E, tendo explanado essas particularidades, perceber como a história do Contestado se encaixa no processo imperialista que dominou a sociabilidade de toda a América Latina.

Com a bibliografia utilizada, buscamos resgatar os pensadores clássicos da teoria crítica e, também, da historiografia do Contestado. À análise foram trazidas várias obras teóricas sobre o capitalismo, as quais buscamos integrar à historiografia do Contestado. Esta primeira, fundamentalmente teórica, nos serve por ser direcionada à totalidade das determinações do sistema capitalista e traz, por esse motivo caro a nós, autores como Marx e Engels, passando por Luxemburgo, Hilferding e Lênin (do início do século XX), até os trabalhos de Cueva, Frank, Marini e Fontes. Ora, pelos preceitos aplicados em nosso método, deve-se considerar as determinações abstraída na maior amplitude possível³⁵, e sua evolução inerente irradia-se,

³² BARAN, 1972, p. 52.

³³ MARX, **Contribuição à Crítica da Economia-Política**. ed. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 258-9.

³⁴ “O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. [...] as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento”. (MARX, 2008, 259).

³⁵ Referindo-se ao limitado tempo de dois anos concedido à um programa de mestrado, que, apesar de não exigir o mesmo rigor científico aplicado à uma tese de doutorado,

historicamente, de seu centro. Portanto, a conjugação relacionada de pesquisas, apesar de parecer anacrônica – o que não é – apesar das limitações impostas a nós objetivamente, um debate que permita considerar um entre as obras tornadas clássicas e o que se produz nos tempos mais recentes, nos possibilitando estabelecer uma crítica de amplitude que não se prenda a tendências. A base de nossa bibliografia é formulada entre teorias sobre as estruturas e categorias do capitalismo no período até trabalhos historiográficos sobre o Contestado. Partindo de Karl Marx, utilizamos “O Capital I” (2017), “O Capital II” (2017), “O Capital III” (2017) e a “Contribuição à Crítica da Economia Política” (2008). Seguindo para dois de seus importantes discípulos da virada do século XIX para o XX, temos “Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo” de Vladimir I. Lênin (2003) e “O Capital Financeiro” de Rudolf Hilferding (1985). Usamos também “O Capital Monopolista” de Paul Baran em coautoria com Paul Sweezy (1966) e “A Economia Política do Desenvolvimento” de Paul Baran (1972). Seguindo para os teóricos latino-americanos da dependência temos as obras “O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina” de Agustin Cueva (1985); “Dialética da Dependência” de Ruy Mauro Marini (2005); “Imperialismo e Corporações Multinacionais” de Theotonio dos Santos (1977); “*Lumpen-Bourgeoisie, Lumpen-Development*” de André Gunder Frank (1970); e “Brasil e o Capital-Imperialismo” de Virgínia Fontes (2010). Como aprofundamento teórico também usamos “Consciência e Realidade Nacional” de Álvaro Vieira Pinto (1960), um dos mais importantes filósofos brasileiros, que foi praticamente esquecido após 1964. A historiografia utilizada sobre o Contestado traz os livros “Os Errantes do Novo Século” de Duglas Teixeira Monteiro (1974); “Messianismo e Conflito Social” de Maurício Vinhas de Queiroz (1966); “A Guerra do Contestado” de Marli Auras (2001); “Lideranças do Contestado” de Paulo Pinheiro Machado (2004); e “Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado” de Delmir José Valentini (2015). Também trazemos as teses “O Polvo e seus Tentáculos” de Alexandre Assis Tomporoski (2013); “Personagens do Contestado” de Márcia J. Espig (2008); e “A Atuação do Holding Brazil Railway Company no Brasil” de Lucas Marini Corrêa (2019).

No primeiro capítulo destacamos aspectos gerais sobre entendimentos do modo de ação do sistema capitalista na fase imperialista, principalmente na formação dos monopólios e na acumulação do capital. Importante analisar as fases, aspectos e locais onde atuaram as forças do capital imperialista até chegar na América Latina, no Brasil e, especialmente na Região do Contestado, a partir da instalação da empresa *Brazil Railway Company* e suas conexões com o capital financeiro, determinações basilares para a compreensão do funcionamento do capitalismo em determinado estágio de desenvolvimento, similar na atuação em qualquer espaço da América Latina, naquele contexto histórico.

No Segundo capítulo, destacamos o conjunto da atuação de um americano, sintonizado com o seu tempo, fiel a política do seu governo, que encontrou as condições ideais para expandir o horizonte dos seus negócios, em acordo com a geopolítica pleiteada pelos Estados Unidos para a América e que encontrou dirigentes do Estado brasileiro interessados nesta cartilha, facilitando os negócios de Farquhar, como representante do imperialismo norte-americano. Ainda, o movimento das políticas de integração nacional através da construção das ferrovias interestaduais, trazendo em seu bojo projetos civilizadores, por exemplo, a ideia de progresso para as populações mais distantes dos centros urbanos.

No terceiro e último capítulo destacou-se as atribuições e papéis destacados ao Estado brasileiro, fortemente fundamentado numa classe política originária das classes dominantes e sintonizadas com os projetos da BRC. Isso nos permite mensurar a margem de influência do capital internacional sobre a política das classes dominantes brasileiras. Possibilita, também, o entendimento da condição de dependência da economia política nacional e como esta foi influenciada pelos empreendimentos de Farquhar.

Em síntese, a dependência, que regeu a estrutura brasileira com relação ao capitalismo em nível global, foi identificada na política nacional no contexto da Região do Contestado e analisados os processos na sociabilidade da região delimitada, percebendo como a incursão do capitalismo monopolista alterou as dimensões da vida social, segregando a população sertaneja que travou resistência armada contra o que representou a ameaça ao seu modo de vida. Destarte, a resistência resultou na eliminação física dos caboclos, rotulados como elementos perniciosos que perturbavam a ordem, condenados ao silêncio e o papel de vencidos. No Contestado também, as massas fizeram a História, mas não foram elas que a escreveram.

I - ACUMULAÇÃO DO CAPITAL, MONOPÓLIO E IMPERIALISMO

A penetração das áreas atrasadas e coloniais pelas potências ocidentais – penetração que, esperava-se, deveria levar as bênçãos da civilização ocidental aos quatro cantos do globo – significou, na realidade, impiedosa opressão e exploração das nações subjogadas.³⁶

Acumulação do capital, monopólio e imperialismo, são categorias que carecem de análises na historiografia regional, mas que são impossíveis de serem compreendidas de forma aprofundada separadamente. As diferenças que existem entre elas podem ser percebidas conceitualmente, porém, na materialidade – nos eventos reais representados por tais palavras –, estas são indissociáveis. Nosso objeto de análise é o capitalismo em sua lógica de desenvolvimento, considerando seu processo histórico de desenvolvimento, delimitado sobre um contexto específico.

Para estudo e compreensão de alguns dos efeitos da chegada do capitalismo em sua forma imperialista na Região do Contestado, serão apresentados dados que apontam a intersecção da chegada da *Brazil Railway Company* com as transformações da realidade social no contexto em que a mesma se estabeleceu e atuou.

Neste capítulo buscamos apresentar as proposições desta companhia estrangeira, seus financiadores e a geração de seu excedente; as determinações que nos possibilitam abstrair os métodos e meios de sua atuação na Região do Contestado, para então apontarmos a sua influência política e econômica no Brasil e seu impacto na sociedade brasileira.

1.1 DAS ORIGENS, CHEGADA E ATUAÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NA REGIAO DO CONTESTADO

Imperialismo e monopólio são categorias ‘siamesas’ que definem o estágio alcançado pelo capitalismo no final do século XIX e no início do XX. O contexto apresenta as grandes companhias que, devido ao acúmulo de capital resultante de suas fases mercantilista e competitiva precedentes, passaram a engolir empresas competidoras menores.

³⁶ BARAN, 1972, p. 56.

A tendência em expandir-se além das fronteiras nacionais³⁷ se tornou fundamental. O que os cientistas críticos do sistema capitalista apresentaram como fundamento foram as tendências de controle econômico absoluto, como uma consequência histórica dos preceitos basilares do seu funcionamento. Dentre inúmeros conceitos, mecanismos e categorias, a acumulação foi uma das mais significantes, denominada por Marx (2017), como a Lei Geral da Acumulação Capitalista.³⁸

Esse processo, necessariamente, levou em conta a dominação econômica das nações centrais, onde as grandes empresas tiveram as suas matrizes, sobre as partes subdesenvolvidas do mundo, configurando, dessa forma, o imperialismo. Como afirmou Lênin (2003), “se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo”.

O autor justifica essa afirmação considerando por primeiro a fusão do capital financeiro com o capital dos grupos de interesses industriais monopolistas e depois pela expansão da exploração econômica do capital, “que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista”, marcando a transição do colonialismo propriamente dito “para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido”.³⁹

O imperialismo pode ser entendido como uma configuração deste estágio do capitalismo, que leva a novas contradições do sistema e, pelo desenvolvimento do processo de integração e concentração, direciona a crises sistêmicas. Nesse sentido, a expansão territorial da acumulação capitalista, configurada nessa respectiva fase, conduz à fusão, pela atuação além das fronteiras nacionais, “com a economia para onde se deslocam”, produzindo para os mercados internacional e nacional das nações “hóspedes” e “articulando-se profundamente com sua estrutura produtiva”.⁴⁰

As empresas multinacionais derivadas destes processos, com seus “mecanismos de concentração, monopolização e internacionalização do capital, que [as] impulsionaram”, passaram a operar, através de empresas filiais, um enorme espectro produtivo com uma direção centralizada, concentrando em um núcleo econômico as decisões sobre o controle de vasto montante de capital.

³⁷ Que são, via de regra, nos países centrais como França, Inglaterra, Alemanha e, com maior poderio a partir da segunda metade do século XIX, os Estados Unidos da América.

³⁸ MARX, 2017, p. 705.

³⁹ LÊNIN, Vladimir I. **Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Centauro. 2003. p. 87-8.

⁴⁰ SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo e Corporações Multinacionais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977, p.26.

As contradições resultantes desse processo “são produtos desta capacidade centralizadora e de integração, que reflete a característica global do sistema internacional, do qual a empresa multinacional é a célula”.⁴¹ Essas empresas “tem interesse em obter os melhores resultados financeiros dos mercados locais e aproveitar ao máximo as possibilidades de novos investimentos, especialmente as que ofereçam taxas de lucro elevadas”.⁴² Porém, nesse estágio do capitalismo, é impossível que um empreendimento individual tenha a quantidade necessária de capital para sua concretização, implicando seu financiamento a partir do crédito fornecido pelo capital acumulado nos bancos (principalmente) europeus. Friedrich Engels acrescenta⁴³ que o crescente aumento das capacidades produtivas, devido à conjunção dos setores industriais e o crédito – ou capital portador de juros –, “contrasta com a progressiva lentidão da expansão do mercado para atender a essa produção aumentada”, sendo que, na perspectiva histórica disponível no século XIX, o que era produzido “em meses” só poderia ser absorvido, “quando muito, em anos”.⁴⁴ Engels continua:

Acrescente-se a isso a política de proteção aduaneira, que faz com que cada país industrial se feche aos demais, [...], aumentando assim, [...], a capacidade interna de produção. Disso resulta: superprodução geral crônica, preços baixos, queda tendencial dos lucros e até mesmo sua total depreciação; em outras palavras, a tão falada liberdade de concorrência chegou ao fim da linha e se vê ela mesma obrigada a proclamar sua manifesta e escandalosa falência. E isso justamente por não haver nenhum país onde os grandes industriais de determinado ramo não se associem para formar um cartel com a finalidade de regular a produção. Uma comissão determina a quantidade que cada estabelecimento tem de produzir e, por fim, reparte as encomendas recebidas. Em alguns casos, formaram-se até mesmo cartéis internacionais, como na produção siderúrgica inglesa e na alemã. No entanto, tampouco essa forma de socialização da produção era suficiente. O antagonismo de interesses entre as distintas empresas rompia com demasiada frequência os diques do cartel e restabelecia a concorrência. Para evitar isso, chegou-se, naqueles ramos em que o nível da produção permitia, a concentrar toda a produção de um ramo de negócios *em uma* grande sociedade por ações com direção única. Na América, isso já ocorreu várias vezes; na Europa, o maior exemplo é até agora o United Alkali Trust, que concentrou toda a produção britânica de álcalis nas mãos de uma única empresa. Os antigos proprietários das diversas minas – mais de trinta – receberam em ações o valor estimado de seus investimentos totais, cerca de £5 milhões ao todo, que constituem o capital fixo do truste, A direção técnica da exploração permanece nas mesmas mãos, mas o controle dos negócios se concentra agora na diretoria-geral. O capital circulante

⁴¹ SANTOS, 1977, p.55.

⁴² SANTOS, 1977, p. 70.

⁴³ Para complementar a análise de Marx sobre o papel do crédito no capitalismo em nota inserida no decorrer do texto do terceiro livro de O Capital. Lembrando que Engels compilou os manuscritos de Marx após o falecimento deste último.

⁴⁴ MARX, Karl. **O Capital**, Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017. p.495.

(*floating capital*) no montante aproximado de £1 milhão foi oferecido à subscrição pública. O capital total atinge, [...], £6 milhões. Assim, nesse ramo, que constitui a base de toda a indústria química, na Inglaterra o monopólio substitui a concorrência e prepara do modo mais encorajador a futura expropriação pela sociedade em seu conjunto, pela nação.⁴⁵

Engels apresenta aqui a contradição do estágio terminal da fase concorrencial do capitalismo com a formação dos monopólios nas metrópoles, cuja síntese se concretizou na forma em que estes se consolidaram através do imperialismo. Marx (2017) apontou uma proposição dessa síntese:

Os triunfos e os fracassos levam aqui simultaneamente à centralização dos capitais e, portanto, à expropriação na escala mais alta. A expropriação se estende, então, desde os produtores diretos até os próprios capitalistas pequenos e médios. Tal expropriação forma o ponto de partida do modo de produção capitalista; realizá-la é seu objetivo; o que se busca, em última instância, é expropriar todos os indivíduos de seus meios de produção, que, ao desenvolver-se a produção social, deixam de ser meios e produtos da produção privada para se converter em meios de produção nas mãos dos produtores associados.⁴⁶

Marx (2017) referiu-se à expansão do capitalismo em seu próprio seio e à absorção, cada vez mais ampliada, de setores produtivos, dando o diagnóstico da fase monopolista do capitalismo antes mesmo de sua chegada efetiva. Para além dos campos já dominados pelo capitalismo, este ensejou novas áreas para explorar. Em nosso objeto específico de estudo, a *Brazil Railway Company* representa parte deste processo; aponta a busca do capitalismo, no auge de seu desenvolvimento, por áreas e mercados ainda desconhecidos do grande capital para extrair suas riquezas.

1.2 A FORMAÇÃO DO MONOPÓLIO

No decorrer de nossa pesquisa, percebemos que, em grande parcela das obras que abordam a atuação da *Brazil Railway Company* na região do Contestado, poucas apresentam a crítica necessária, apesar da compreensão notória entre os pesquisadores do tema, da incursão do capital estrangeiro, à categoria imperialismo. Apesar de que inúmeras determinações da categoria serem consideradas em sua concretude a partir da década de 1960 por autores como

⁴⁵ MARX, 2017, p. 496.

⁴⁶ MARX, 2017, p. 498.

Maurício Vinhas de Queiroz (1966), Duglas Teixeira Monteiro (1974) e Rosângela Cavallazzi da Silva (1981), não encontramos reflexões que tratam diretamente sobre o imperialismo no que diz respeito à atuação do capital estrangeiro no Contestado durante a primeira década e meia do século XX. é necessário observar que

A atuação do grupo econômico americano no Brasil, inicia-se nos primeiros anos da República, com a instalação de nada menos que 138 empresas entre 1905 e 1920. Embora insignificante comparando-se com a penetração de capitais americanos a partir da década de 1950, a presença do “Grupo Farquhar” desde 1904, deixa marcas profundas, pois que simbolizará o início da presença de “trustes e “cartéis” em virtude do estabelecimento de bloco industrial e financeiro a procura de “campo” para exportação de capitais em consonância com o desenvolvimento do capitalismo caracterizado pela concentração e centralização de capital.⁴⁷

Ora, como afirmou Lênin (2003) em sua obra sobre o imperialismo, o período analisado corresponde a “uma etapa superior do capitalismo”, quando o modelo da livre concorrência é superado pelos monopólios e seu grau elevadíssimo de acumulação e o movimento decorrente do capital passa a adquirir a capacidade de controlar um setor econômico inteiro.

Como afirmam Baran e Sweezy (1966), a teoria do imperialismo de Lênin foi baseada “apenas na predominância do monopólio nos países capitalistas desenvolvidos”,⁴⁸ porém esboça determinações que nos permitem enxergar como se deu a atuação dos monopólios nas áreas subdesenvolvidas do mundo.

Ao monopólio cabe, de acordo com Baran e Sweezy (1966) “uma parcela significativa da produção de uma indústria, ou mesmo várias indústrias, capaz de controlar seus preços, o volume de sua produção e os tipos e volumes dos seus investimentos”.⁴⁹ Para isso, ocorre a “combinação”: a reunião em uma ‘sociedade’ de vários setores da indústria e de bancos no controle de produção a partir de uma (ou várias) matéria prima.⁵⁰ Isso permite desenvolvimento técnico e uma taxa de lucro menos oscilante, além de fortalecer o controle econômico da “empresa gigante” contra a concorrência dos menores. O monopólio tende a aniquilar a concorrência e a competitividade, tanto nos países industrializados como nos países rurais, e

⁴⁷ SILVA, Rosângela Cavallazzi da. **Terras Públicas e Particulares**: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo da “Brazil Railway Company” no meio oeste catarinense). Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Humanas – Especialidade Direito. Florianópolis – SC. 1983.p. 30.

⁴⁸ BARAN; SWEEZY, 1966, p.15.

⁴⁹ BARAN; SWEEZY, 1966, p.16.

⁵⁰ LENIN, 2003, p. 20.

liga a economia internacional em uma rede comercial e financeira que tem como seu centro administrativo os países capitalistas desenvolvidos.⁵¹

A América Latina tem como base de sua economia a produção e exportação de bens primários para as potências capitalistas consagradas. O momento determinante ocorre quando os capitalistas veem a necessidade de aumentar a quantidade de matéria-prima produzida nos países não desenvolvidos para abastecer a demanda crescente desses produtos (e de seus lucros) nas metrópoles. Além de satisfazer o consumo desses bens no centro do sistema, os industriais e os banqueiros têm a situação como uma oportunidade de investir capitais e desenvolver esses setores da produção, acelerando e dinamizando a confluência de excedentes desses países para o exterior. A despeito do discurso de progresso tecnológico que nos deparamos em boa parte das produções bibliográficas sobre a *Brazil Railway Company* e de outras empresas estrangeiras a atuarem na América Latina, percebe-se que esse desenvolvimento se enquadra apenas nas dimensões produtivas determinadas na dinâmica exportadora e não é capaz de possibilitar avanços com relação às condições de vida da população. Tal processo apenas aprofunda a condição econômica dependente da América Latina como fornecedora de produtos primários e, pela radical extração de excedente, só agrava a miséria e a sua superexploração.⁵² E o domínio que os grandes capitalistas passam a exercer sobre economias subdesenvolvidas é relacionado ao nível de desenvolvimento produtivo em que estas se encontram.⁵³

A possibilidade de organizações empresariais estrangeiras poderem criar ou obter ações de empresas latino-americanas, que eram oferecidas nas bolsas de valores da Europa, reforçou ainda mais o controle do capital central sobre a economia dos países periféricos. Nessa dinâmica, existiram diversas estratégias que visavam à concentração de capital por parte dos países capitalistas centrais, que firmaram acordos entre si para favorecer aos seus próprios interesses. A formação de cartéis, *trusts*, *holdings* e sociedades anônimas são algumas das “combinações” que levaram à concentração e acumulação de uma elevadíssima quantidade de capital. A junção de diferentes empresas ou criação de filiais submetidas a uma empresa maior atuando em países dependentes possibilitou o aumento do controle econômico sobre a produção. Como afirmaram Baran e Sweezy (1966), de que os membros de um grupo de interesses naturalmente coordenam suas políticas; e, no caso de conflitos, os interesses da

⁵¹ SANTOS, 1977.

⁵² Para Marini (2005), a superexploração do trabalho é o pilar que fundamenta a exploração capitalista nos países subdesenvolvidos.

⁵³ BARAN, 1972.

potência dominante (ou da totalidade do grupo, como eram interpretados pela potência dominante) predominavam.⁵⁴

Na mesma direção, apontou Hilferding (1985) muito perspicazmente, que as sociedades capitalistas que surgiram no período da superação da competitividade pelos monopólios se deram por algumas classificações que diferenciaram o seu grau de poderio econômico.⁵⁵ Duas que nos interessam são as qualificações entre as associações parciais e monopólicas, cuja diferenciação consiste na capacidade de manter o domínio sobre setores da produção indispensáveis “para o abastecimento do mercado”, controlando o preço da mercadoria, bem como a diferença entre a comunidade de interesse e fusão, determinada pelo nível de independência das empresas constituintes.

A capacidade de controlar setores fundamentais de produção relaciona-se dialeticamente ao grau de integração da confluência de empresas e capitais. Nesse espectro, as comunidades de interesse ou cartéis surgem mediante acordos firmados sobre interesses comuns que podem, devido a necessidades de manutenção dos interesses coletivos, centralizarem as decisões do cartel, suprimindo, com intensidade variada, a independência das empresas e interesses individuais.⁵⁶ Hilferding (1985) afirma que “o cartel que, [...], de uma composição puramente contratual se torna uma unidade comercial, por meio da supressão da autonomia comercial das empresas, chama-se **sindicato**”.⁵⁷ Assim, o cartel se consolida como monopólio.

Os sindicatos capitalistas passam a poder expandir suas áreas de domínio incorporando outras empresas menores conforme a rentabilidade do empreendimento. Uma das possibilidades adotadas para realizar essa expansão é pela compra de ações de outras empresas menores ou a criação de filiais, formando as *holdings*. Os países agrários, cujas classes dominantes condizem aos latifundiários:

[...] colocavam as ações de suas empresas à venda na Bolsa de Londres e em outras Bolsas importantes. Tornava-se possível [...] comprar ações de empresas em outros países e, através do investimento em carteira, alcançar o controle, sobretudo, de empresas mineiras e agrícolas em outros países. Ao mesmo tempo, o controle de mercados externos para a exportação começa a exigir uma política mais centralizada e unificada que se realiza através das *holdings* e dos cartéis.⁵⁸

⁵⁴ BARAN; SWEEZY, 1966, p.27

⁵⁵ HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultura, 1985. p. 199.

⁵⁶ HILFERDING, 1985, p. 199.

⁵⁷ HILFERDING, 1985, P. 200. Grifo nosso.

⁵⁸ SANTOS, 1977, p. 61.

Basta a posse de metade das ações de uma determinada empresa – na estimativa de Lênin (2003) de 1917, de aproximadamente 46% do respectivo capital social – para exercer controle absoluto sobre ela. Sendo possível a disponibilização de metade do capital, a empresa fundamental pode controlar uma empresa ou várias empresas filiais, e estas empresas secundárias, por sua vez, podem dominar outras empresas e assim por diante. Criam-se, portanto, cadeias empresariais de grande produtividade e extração de excedente que dominam variados setores da produção com relativamente baixa quantidade de capital investido.⁵⁹

Baran e Sweezy (1966), por sua vez, afirmam que a “maioria dos dirigentes de uma empresa é, em si, constituída de donos de ações [...] e como tal tem pelos dividendos o mesmo interesse que outros grandes acionistas”.⁶⁰ A *Brazil Railway Company*, criada em 1906, é descrita pela bibliografia como uma empresa *holding*, que exerce seu domínio econômico a partir da obtenção de ações de outras empresas menores. A possibilidade de adquirir quantidades de ações relativamente suficientes para o domínio de várias outras empresas depende de uma quantidade correspondente de capital disponível. Isso é perceptível sem muito esforço, ao observarmos que a *Brazil Railway Company* reunia, entre seus fundadores e integrantes do conselho administrativo, além do presidente e magnata Percival Farquhar, outros capitalistas de forte relevância e de diferentes ramos da produção da época. Delmir José Valentini (2015) destacou:

Farquhar, como presidente da *Brazil Railway Company*, convidou os seguintes diretores: Willian Van Horne, então presidente da *Canadian Pacific Railway*, [...] também era presidente da *Cuba Railway Company*. [...]. Outro [...] era Minor C. Keith, vice-presidente [...] da *United Fruit Company*, [...] que possuía extensa plantação de bananas na Costa Rica, Guatemala, Panamá e Colômbia, [...] 1.200 km de estrada de ferro, [...] portos próprios e 120 vapores para os transportes de frutas a Nova Orleans e Nova York. Também era presidente da *Guatemala Railway Company*, cuja construção foi levada a cabo juntamente com Van Horne e Farquhar. Ainda, F. S. Pearson, vice-presidente da *Tramway, Light & Power Company*, empresa em cuja organização esteve associado a Percival Farquhar.⁶¹

Como se percebe, a *Brazil Railway Company*, ou, como também ficou conhecida na época por Sindicato Farquhar, foi um cartel, ou “comunidade de interesses”, fruto da associação de grandes empresários do período e, portanto, tem à sua disposição as estruturas do capitalismo desse período.

⁵⁹ LENIN, 2003, p.48.

⁶⁰ BARAN; SWEEZY, 1966, p. 44.

⁶¹ VALENTINI, 2015, p.80.

Em 1910, quando iniciou efetivamente seus trabalhos (apenas no setor ferroviário), a *Brazil Railway Company* dividia-se em 500.000 ações de \$100 cada, aumentando o número de ações em 20% no ano seguinte. Dessas correspondentes 600.000 ações, 150.000 são ações preferenciais não-acumulativas e 50.000 preferenciais acumulativas. Essas ações conferem aos seus titulares o direito de terem preferência nos dividendos a uma taxa de 6%. As demais ações (400.000) constituem ações ordinárias. Dessas ações, apenas 8.000 ordinárias não foram emitidas até 1913. Como já foi dito, os detentores de ações que, portanto, controlam o capital social de empresas, constituem o grupo que toma as decisões e controla o seu funcionamento. A tabela a seguir apresenta o conselho administrativo da *Brazil Railway Company* entre 1910 e 1913:

Tabela 1: Integrantes do Conselho Administrativo da BRC entre 1910 e 1913

1910	1911	1912	1913
F.W. Barrow	F.W. Barrow	F.W. Barrow	F.W. Barrow
Vicomte G. de Breteuil	Vicomte G. de Breteuil	Vicomte G. de Breteuil	R. Beaughey
Gaston de Cerjat	E. Chauvy	E. Chauvy	J. de Decker
E. Chauvy	M. Despret	M. Despret	M. Despret
M. Despret	Percival Farquhar	Percival Farquhar	Percival Farquhar
Percival Farquhar	H. M. Hubbard	H. M. Hubbard	H. M. Hubbard
H. M. Hubbard	H. Legru	M. Bauwens	M. Bauwens
H. Legru	A. Knox-Little	A. Knox-Little	A. Knox-Little
A. Mackenzie	A. Mackenzie	A. Mackenzie	A. Mackenzie
Alfredo Maia	Alfredo Maia	S. d. Brown	J. Comble
F. S. Pearson	F. S. Pearson	A. de Leselve	A. de Leselve
E. Quellenec	E. Quellenec	E. Quellenec	E. Quellenec
Carlos Sampaio	Carlos Sampaio	Carlos Sampaio	Carlos Sampaio
J. T. Soares	J. T. Soares	A. Naylor Smith	A. Naylor Smith
W. Van Horne	W. Van Horne	W. Van Horne	A. Pouyenne

Fonte: BRAZIL RAILWAY COMPANY, *Annual Report and Accounts*. 3 Vol. Londres: Waterlow and Sons. 1912, 1914. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uiug.30112110986939&view=lup&seq=6>. Acesso em: 21 nov. 2019.

Cada um desses diretores, de acordo com os teóricos do monopólio pela economia política, ficaria encarregado de uma empresa ou setor constituinte do cartel. Percebe-se que, apesar de algumas alterações nos integrantes do Conselho Administrativo, a *Brazil Railway Company* manteve boa parte de sua organização intacta, com a presença majoritária de capitalistas estrangeiros e apenas dois representantes nacionais. Isso mostra o domínio do capital social da empresa sob a posse das mesmas figuras estrangeiras.

Os monopólios passam a deter a hegemonia da produção e da circulação de mercadorias, arrastando para sua dinâmica os capitalistas inferiores e as classes trabalhadoras. A monopolização pode obrigar que capitalistas menores cedam e integrem-se na organização produtiva do monopólio (ou resta a opção da falência). Fazem isso, por exemplo, a partir de: “1. privação de matérias-primas [...]; 2. privação de mão-de-obra mediante acordos [...]; 3. privação de meios de transporte; 4. privação da possibilidade de venda; 5. acordos com os compradores [...]; 6. diminuição sistemática dos preços”, etc..⁶² O monopólio, portanto, utiliza-se de todos os mecanismos disponíveis para expandir suas taxas de acumulação de excedentes, estrangulando os que não se submetem a ele. Portanto, como tratou Hilferding (1985), é “a força de capital que decide qual empresa cai na dependência de outra”.⁶³ Dessa forma, as classes dominantes dos países não industrializados se encontraram como reféns absolutos da vontade dos capitalistas centrais.

A *Brazil Railway Company*, por sua vez, não só obteve o controle de todo o “projeto de desenvolvimento” da região do Contestado, como passou a dominar diversas empresas distribuídas pelo território brasileiro e pela América Latina. Em 1910, quatro anos após a fundação da companhia, esta já detinha o controle quase total ou de partes de pelo menos sete outras empresas atuando no Brasil: a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRG); a Sorocabana *Railway Company*; a Madeira - Mamoré *Railway Company*; a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais; a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação; a *Southern Brazil Lumber Company* e a *Cie. Française du Port* de Rio Grande do Sul. Do total de 1.061.816 ações correspondentes ao conjunto das empresas, a *Brazil Railway Company* detinha 401.294, equivalente a 37,7 % do total. A tabela a seguir apresenta as respectivas distribuições de ações e valores sob a posse da *Brazil Railway Company*:

⁶² LÊNIN, 2003, p. 27

⁶³ HILFERDING, 1985, p. 217.

Tabela 2: A posse de ações da *Brazil Railway Company* sobre outras empresas no ano de 1910

Empresas	Nº de Ações sob posse da BRC	Nº de ações totais	Valor sob a posse da BRC	Valor total em ações	Valor De cada ação	Posse da BRC (%)
Sorocabana Railway Co. (Dólar)	99.360	100.000	\$9.936.000	\$10.000.000	\$100	99,3%
Madeira-Mamoré (Dólar)	51.250 ⁶⁴	110.000	\$5.125.000	\$11.000.000	\$100	46%
Lumber (Dólar)	1.000	1.000	\$100.000	\$100.000	\$100	100%
Companhia Paulista; (Réis)	115.300	400.000	23.060:000\$000	80.000:000\$000	200\$000	28,8%
Companhia Mogyana; (Réis)	100.000	400.000	20.000:000\$000	80.000:000\$000	200\$000	25%
EFSPRG; (Francos)	42.828	50.000	Fcs\$21.414.00	Fcs\$25.000.000	Fcs\$500	85,6%
Cie. Française; (Francos)	1.456	-	0 Fcs\$728.000	-	Fcs\$500	-

Fonte: BRAZIL RAILWAY COMPANY, *Annual Report and Accounts*. 3 Vol. Londres: Waterlow and Sons. 1911. p. 20 Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uiug.30112110986939&view=1up&seq=6>. Acesso em: 21 nov. 2019

Podemos perceber uma posse consideravelmente maior sobre as empresas avaliadas em moeda estrangeira, porém isso não significa um controle menor do capital das empresas nacionais. Em 1910, a *Brazil Railway Company* possuía \$15,2 milhões em ações na *Sorocabana Railway Co.*, na *Madeira - Mamoré Railway Co.* e na *Lumber*; mais 22,15 milhões de francos (frcs.) distribuídos nas ações da *EFSPRG* e na *Cie Française*; e mais 43.060:000 mil réis nas companhias *Paulista* e *Mogyana*. Cada 200 mil réis correspondiam, aproximadamente, a 64

⁶⁴ O restante das ações da *Madeira-Mamoré* era de posse da *Port of Pará*, também de Percival Farquhar.

dólares,⁶⁵ portanto estava próximo de \$13,8 milhões investidos pela *Brazil Railway Company* em ações de empresas nacionais. Apesar de possuir uma parcela menor dessas empresas, o número de ações sob a posse da *Brazil Railway Company* são as maiores da tabela, e o valor de cada ação era o menor. Para Lenin (2003), reduzir o preço da ‘participação’ em uma empresa através da compra de ações, apesar de parecer ‘democratizante’, favorece fortemente os grandes monopolistas, que podiam investir maior capital e comprar um número mais elevado de ações.⁶⁶

Em 1912, Percival Farquhar estava no auge de seus empreendimentos, porém, a crise que surgiu na Europa a partir desse período, desencadeando na guerra ‘interimperialista’ de 1914, impediu que o capital financeiro dos bancos europeus – do qual as empresas monopolistas do período eram totalmente dependentes –, dificultou a continuidade das atividades da *Brazil Railway Company* tal como vinha ocorrendo.

Contudo, Farquhar e seu sindicato – cartel ou *trust* – empenhavam-se em expandir os negócios da *Brazil Railway Company* ainda com o propósito de ligar e dominar, através das estradas de ferro e empreendimento em diferentes setores em toda a América Latina. Como foi apresentado anteriormente, o monopólio deve ser capaz de controlar integralmente setores indispensáveis da economia. No caso de países exportadores, o controle dos modos de transporte de mercadoria como as estradas de ferro e, também, os portos, torna possível o controle do volume de circulação e, portanto, dos preços.

Até o momento derradeiro da crise capitalista da década de 1910, a *Brazil Railway Company* continuou a expandir o domínio sobre outras empresas. Destacamos os investimentos sobre as que possuíam parcelas de outras empresas secundárias, que, como mostramos a partir de Lenin, possibilitam elevar o alcance do domínio dos cartéis.

Em 1911 a *Brazil Railway Company* adquiriu 36.011 de um total de 72.000 ações ordinárias (50%) da *Compagnie des Chemins de Fer Sud-ouest Brésiliens*, que possuía 13.799 ações da *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*, empresa cujas ações preferenciais já estavam sob a posse da *Brazil Railway Company* em 33,19%. Calculando a diferença de ações, considerando um domínio de 50% sobre a *Compagnie des Chemins* e mais 33,19% sobre

⁶⁵ Preço apresentado no *Annual report and accounts*. (BRAZIL RAILWAY COMPANY, 1911)

⁶⁶ “A democratização da posse de ações, de que os sofistas burgueses e os pretensos sociais-democratas oportunistas esperam [...] a democratização do capital, o aumento do papel e importância da pequena produção etc., é, na realidade, um dos meios de reforçar o poder da oligarquia financeira. Por isso, [...], nos países capitalistas mais adiantados ou mais velhos e experimentados, as leis autorizam a emissão de ações de menor valor. Na Alemanha, a lei não permite ações de menos de 1.000 marcos, e os magnatas financeiros do país lançam os olhos com inveja para a Inglaterra, onde a lei consente ações até 1 libra esterlina. [...] Siemens, um dos industriais e *reis financeiros* mais poderosos da Alemanha, declarou em 7 de junho de 1900, no Reichstag, que a ‘ação de 1 libra esterlina é a base do imperialismo britânico’” (LENIN, 2003, p.49)

a sua subsidiária de qual a *Compagnie des Chemins* possuía 16% de ações, temos 49,19 % de ações da empresa subsidiária, sob o domínio da *Brazil Railway Company*. Dessa forma, esta empresa estabeleceu um domínio completo sobre as demais, obtendo 34,5% do total de ações correspondentes às duas empresas juntas. Além disso, se supormos que cada ação dessas empresas equivale a 500 francos, temos o controle do total de Frs\$.77.000.000 (considerando apenas o capital social) com um investimento de Frs\$26.561.500. Como consequência, em 1911, a *Brazil Railway Company* estabeleceu contrato para operar o sistema da *Compagnie Auxiliaire*.

A dimensão da *Brazil Railway Company* exigia, evidentemente, uma quantidade gigante de inversões monetárias, excedendo muito além do valor de seu capital social. O capital necessário só podia ser obtido através dos bancos europeus e foi desta forma que a companhia obteve os meios financeiros para seu funcionamento.

1.3 INCURSÃO MERCANTIL X INCURSÃO FINANCEIRA

A era dos monopólios pressupunha uma enorme quantidade de capitais que não podiam ser levantados somente pelas indústrias. “Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam”.⁶⁷ Esse capital estava em sua forma inativa nos grandes bancos europeus e passava ao seu caráter ativo quando era investido e, assim, começava a render lucros. Dessa forma, o capital bancário passou a servir à ordem capitalista na totalidade de seu funcionamento, tanto ao que se refere à produção industrial quanto ao próprio aumento da acumulação da ala bancária. Essa união do capital bancário com os setores industriais foi definida por Lenin (2003) como “capital financeiro”. Esse processo obedeceu a uma dinâmica progressiva explicada por ele como a “concentração da produção; [os] monopólios que resultam da mesma; [e a] fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e aquilo que este conceito encerra”.⁶⁸ No mesmo sentido, Baran e Sweezy (1966) afirmaram que “o poder do banqueiro investidor baseava-se na necessidade urgente que tinham as primeiras empresas gigantes, na época da fundação e nas primeiras fases de crescimento, de financiamento externo”.

⁶⁷ HILFERDING, 1985. p. 219.

⁶⁸ LÊNIN, 2003. p. 47.

À disposição dos bancos estava todo o capital-dinheiro acumulado da sociedade capitalista. Como afirmou Marx (2017) “um banco representa, [...], a centralização do capital monetário”,⁶⁹ ou seja, dos que financiam investimentos e dos que recebem esses investimentos, já que o lucro obtido era destinado a seus depósitos nos bancos. Isso é importante, pois é uma determinação da regulação da relação do capital industrial com o financeiro. Para reforçar: “os industriais guardam [e guardaram] no banco [durante seu desenvolvimento histórico] todo o capital que eles possuíam em forma de dinheiro”.⁷⁰

Dessa forma, “o próprio cartel pressupõe um grande banco em condições de satisfazer continuamente o imenso crédito de circulação de produção de toda uma área industrial”.⁷¹ Portanto, o desenvolvimento do capital financeiro e dos bancos se deu em paralelo ao desenvolvimento da indústria e do monopólio, mas aquele que se tornou imperante foi o capital financeiro.⁷² Isso porque, nesse respectivo estágio de desenvolvimento, o capitalismo exigiu que o capital então acumulado fosse aplicado diretamente em sua dinâmica industrial.

A relação da *Brazil Railway Company* com os bancos já é bastante conhecida pela historiografia, mas o que é proposto aqui é o entendimento dessa relação com as suas características do monopólio. Farquhar e os magnatas do seu tempo tinham plena dependência do capital monetário dos bancos europeus, tanto que a crise do período, que desencadeou na Primeira Guerra Mundial e obrigou a reformulação do sistema capitalista, acabou por dificultar a continuidade de vários empreendimentos.

A própria *Brazil Railway Company* tinha relações com grandes bancos europeus, como por exemplo: *Bank of Scotland*, *Speyer Brothers*, *Banque de Paris et des Pays-bas*, *Banque Française et Italienne Pour L’Amérique du Sud* e o *Société Générale Pour Favoriser le Développement du Commerce et de L’Industrie en France*. A lista de transações financeiras, concessão de créditos e investimentos para a *Brazil Railway Company* e suas filiais compreendem algumas facetas do capital financeiro entre as quais pretendemos apontar alguns exemplos na sequência.⁷³

Assim como as indústrias, os banqueiros acabaram por também formar monopólios a partir do controle total das emissões de créditos e outros empréstimos sobre os setores industriais no que Lenin tratou como “oligarquia financeira”. Com relação à *Brazil Railway*

⁶⁹ MARX, Karl. **O Capital**. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 454.

⁷⁰ HILFERDING, 1985, p. 94.

⁷¹ HILFERDING, 1985, p. 217.

⁷² HILFERDING, 1985.

⁷³ BRAZIL RAILWAY COMPANY, 1911.

Company, o capital financeiro manifesta-se como monopólio, junto da empresa, no domínio da extração das riquezas do Brasil que escoavam para o exterior.

Até 1910, a *Brazil Railway Company* havia estabelecido uma obrigação de £10 milhões de libras e com obrigações de 60 anos com a *Empire Trust Company*, tendo 4,5% como taxa de juros. Com essa taxa, o respectivo investidor obtém um lucro de £450.000 anuais que totaliza £27 milhões em todo o período da obrigação. Também obteve créditos, com mesma taxa de juros em 4,5%, de Frs\$86,5 milhões com a *The Equitable Trust Company of New York*, que renderia Frs\$3,89 milhões anuais. Mais uma debênture de 50 anos com a *National Trust Company, Limited*, a 5% de juros, de \$5 milhões, ou seja, \$250 mil em taxas anuais. Em 1911 integra-se a *Glyn, Mills & Currie Company*, com debênture conversível, a também 5% de juros, em 2 milhões de libras, que equaliza um saldo de £100 mil por ano. Em 1913 temos a adição de Frs.150 milhões, a 6% de juros, da *Union of London and Smiths Bank Limited*, que rendeu ao banco 9 milhões de francos anuais. Analisando esses amontes por moeda, a companhia rendeu anualmente a esses bancos, através da concessão da taxa de juros, £550.000 entre o *Empire Trust Co.*, de Toronto, e o *Glyn, Mill & Currie Co.*, de Londres, \$250 mil com o *National Trust Co.*, de Ontário, e mais Frs\$12,89 milhões entre o *The Equitable Trust Co.*, de Nashville, e o *Union of London and Smiths Bank* de Londres.

Outro aspecto importante da *Brazil Railway Company* que permitiu incursão ao capital financeiro foi o grande número de filiais que compunham a empresa. Cada filial poderia obter suas próprias obrigações financeiras com diversos bancos. Para LÊNIN (2003), como cada filial é independentemente responsável pelos seus convênios, mas ao mesmo tempo se encontra sob o controle da empresa fundamental, isso permite variadas formas de obtenção de contratos e financiamentos com os setores industriais e financeiros, colocando grandes quantidades de capital à disposição da empresa fundamental. É analisado aqui, portanto, os balanços de algumas filiais da *Brazil Railway Company* e suas conexões com órgãos credores no ano de 1911⁷⁴ como abordagem inicial para o contexto.

A *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, anteriormente nomeada como *Southern Brazil Lumber Company*, foi apresentada por Maurício Vinhas de Queiroz (1966) como a maior madeireira da América do Sul. A *Lumber* obteve 2 milhões de libras esterlinas, com taxa de 5%, autorizadas como primeira obrigação hipotecária, sendo 800.000 emitidas em 1911, valor correspondido no relatório anual à \$3.893.333. Considerando mais o valor de

⁷⁴ Para essa versão do subcapítulo, já que o objetivo é apenas apresentar as conexões da empresa com o capital concentrado nos bancos investidores, consideramos somente o ano de 1911 pois, de acordo com as finanças da BRC, é o momento de início de sua expansão mais significativa.

\$194.666 correspondente à taxa de 5%, a *Brazil Railway Company* estimou a superação dessa obrigação projetando \$4.501.578 para 1911 através da aquisição das terras concedidas à *Brazil Railway Company* pelo governo brasileiro, que, sendo ricas para a exploração de madeira e seriam posteriormente vendidas no projeto de colonização da região do Vale do Rio do Peixe às margens da EFSPRG.

Outras duas situações importantes para este estudo, correspondem às empresas nacionais das quais a *Brazil Railway Company* possuía menor parte das ações. A Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, cujas ações estavam sob a posse da *Brazil Railway Company* em 25% em 1910, aumentando para 26,77% em 1911, apresentou no balanço patrimonial o valor total de 160.120:370\$473 (réis). A soma dos créditos apresentadas no balanço desse mesmo ano equivalem a 14.904:350\$380, sendo 7.750:000\$000 do Banco do Brasil; 4.060:427\$150 do *London and Brazilian Bank, Limited*; 1.724:106\$700 da *Banca Francesa e Italiana por l'America del sud*; 1.014:986\$400 de *Banque Bréslienne Italo-Belge*; mais 3.328:488\$000 do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo; e mais 21:981\$330 do *British Bank of South America, Limited*. O maior dos credores era um banco nacional, porém temos 48,1% do valor creditado por cinco outros bancos estrangeiros.

Por sua vez, o caso da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, que passou de 28% do número de ações detidas pela BRC em 1910 para 39% no ano seguinte, recebeu de “vários bancos” o crédito de 8.826:761\$610 em 1911. Comparando os anos de 1910 e 1911 percebemos um aumento da posse da *Brazil Railway Company* sobre essas empresas. Se tomarmos isso como padrão, considerando a liberdade de convênios admitida pela empresa fundamental às suas filiais, temos uma evolução na quantidade de capital que a empresa monopolista passou a obter, aumentando o seu domínio sobre essas empresas de maior autonomia. Além disso, isso permitiu uma progressiva integração das relações econômicas dos monopólios a uma enorme rede de possibilidades de obtenção de capitais e geração de lucros.

O que se percebe é que, além da quantia de excedente obtida pelos bancos através dos créditos investidos na *Brazil Railway Company* especificamente, somam-se as taxas dos investimentos realizados nas empresas subsidiárias, o que demonstra a presença avassaladora do capital financeiro sobre a totalidade do que diz respeito aos convênios da *Brazil Railway Company*. Dessa forma, podemos iniciar a interpretação sobre como essa dinâmica do capitalismo do início do século XX foi determinante na compreensão de como os aspectos da vida social foram engolidos pela expansão meteórica do capital internacional na região.

1.4 OCUPAÇÃO IMPERIALISTA POR ESCALADA E POR ASSALTO

No contexto da *Brazil Railway Company*, é fundamental destacar a síntese entre o processo de acumulação real e o papel do capital financeiro, sendo que essas categorias se manifestam de forma contraditória no desenvolvimento do capitalismo. Esse antagonismo se constitui na própria essência dessas categorias, e seu papel no funcionamento da empresa estrangeira na extração de seus lucros. A contradição que se refere à “acumulação real”, lógica do processo de reprodução do capitalismo e que abarca a extração de valor por meio da exploração do trabalho, e o capital financeiro – que assume caráter fictício no processo de seu desenvolvimento – constituído pela característica do capital acumulado de servir como meio de sua própria valorização através dos juros, se encontra na forma em que o valor acumulado é empregado como capital e na resultante divisão da classe capitalista entre industriais e monetários.

É relevante, para estudar a *Brazil Railway Company*, a percepção de como todas as empresas, após o surgimento do capital financeiro, em várias outras regiões da América Latina, tem no capital financeiro a base de capital para a efetuação de seu projeto. Assim podemos compreender como o capital valoriza a si mesmo através da *Brazil Railway Company*. Para tanto, compararemos o excedente obtido pela *Brazil Railway Company* entre 1910 e 1913 e as taxas e garantias de juros referentes às inversões do capital financeiro e do Estado brasileiro.

Primeiramente, devemos apresentar as proposições que definem as duas formas de capital aqui em jogo, definidas por Marx (2017) como (1) capital real, referente ao desenvolvimento produtivo através da extração de mais-valia propriamente dita, e (2) capital monetário, amonte de valor concentrado nos bancos com qualidade de capital em potencial. Este último valoriza a si mesmo através de seu emprego como capital portador de juros, não considerando diretamente, como na indústria, mão-de-obra para sua valorização, mas o seu emprego para que a casta capitalista industrial exerça a extração de mais-valia. Aqui a classe capitalista se divide entre os capitalistas industriais e bancários.

Começemos pela definição de capital portador de juros e sua relação com o desenvolvimento do processo acumulativo. Marx (2017) definiu o capital portador de juros como a forma que a acumulação resultante da lógica capitalista assumia como mercadoria e se manifestava, ao contrário do capital industrial (entre capitalista e trabalhador), na relação entre

“dois capitalistas”.⁷⁵ Referindo-se com “base na produção capitalista, o dinheiro – aqui considerado expressão autônoma de uma soma de valor, sendo indiferente se esta existe, de fato, em dinheiro ou mercadoria – pode ser convertido em capital” através de sua inversão no meio produtivo ou na sua própria circulação, e, “mediante essa conversão, deixa de ser um valor dado para se transformar num valor que valoriza a si mesmo, incrementa a si mesmo.” Ora, “ele permite ao capitalista extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não pago, [...] e apropriar-se desse trabalho”,⁷⁶ e essa é a definição mais geral da lógica do capital. A acumulação do capital, no decorrer de seu desenvolvimento histórico e concentrado nas mãos dos banqueiros, só pode assumir sua forma ativa quando passa a gerar lucros, ou seja, valorizar a si mesmo. A partir disso, esse capital concentrado adquire, na possibilidade de ser aplicado como empréstimo sob o custo da taxa de juros, o seu valor de uso. Sendo assim, “ele [o capital] se torna mercadoria”⁷⁷, pois ao seu proprietário é pago o seu valor de uso materializado na parcela de lucro definida como taxa de juros. Ou, nas palavras de Marx (2017), “a parte do lucro que [é paga ao proprietário do capital emprestado] chama-se juros, que não é mais do que um nome especial, [...] para designar uma parte do lucro que o capital ativo, [...], precisa pagar ao proprietário do capital”.⁷⁸

Sendo o capital monetário o valor acumulado que gera mais-valor, função que o capital financeiro assume ao participar do processo de acumulação industrial, este passa a valorizar a si mesmo e, nesse âmbito, é somente nesse momento em que passa a ser identificado como capital, pois o valor acumulado “nunca aparece em seu processo de circulação como capital, somente como mercadoria ou dinheiro”,⁷⁹ ou seja, “no momento em que é adiantado, ele é apenas capital em potencial, tal como todo capital em seu ponto de partida [...], [é] apenas

⁷⁵ MARX, 2017, p.431.

⁷⁶ MARX, 2017, p.385.

⁷⁷ MARX, 2017, p. 385.

Vale colocar aqui uma exemplificação de Marx para o emprego do capital como portador de juros. Ele afirma: “Suponhamos que a taxa média anual de lucro seja 20%. Nesse caso, uma máquina no valor de £100 que fosse empregada como capital sob as condições médias e com uma quantidade média de inteligência e adequação aos fins geraria um lucro de £20. Digamos que um homem disponha de £100 e tenha nas mãos o poder de converter essas £100 em £120, produzir um lucro de £20. Ele tem nas mãos um capital possível de £100. Se esse homem cede as £100 por um ano a outro, que as emprega realmente como capital, ele entrega a esse outro o poder de produzir um lucro de £20, isto é, um mais-valor que não lhe custa nada e pelo qual ele não paga equivalente nenhum. Se no final do ano esse homem paga, digamos, £5 ao proprietário das £100, ou seja, uma parte do lucro produzido, ele paga, com isso, o valor de uso das £100, o valor de uso de sua função como capital, da função de produzir £20 de lucro”. (MARX, 2017, p. 386). Ou seja, se o capital emprestado (£100) a uma taxa de juros de 5% resulta num lucro de £20, o equivalente dos juros a ser pago no fim do ciclo estipulado (um ano) mais o amonte emprestado é igual a (£100 + £5) £105.

⁷⁸ MARX, 2017, p.386.

⁷⁹ MARX, 2017, p. 390.

mediante seu uso que ele se valoriza, se realiza como capital”.⁸⁰ O capital assume, como vimos, qualidade de mercadoria (em sua forma dinheiro, pois é apenas assim apto a ser empregado no processo produtivo), cujo valor pelo seu empréstimo, estipulado para pagamento em tempo delimitado (geralmente 1 ano), para Marx (2017), se expressa na seguinte equação:

Quando, por exemplo, o capitalista empresta £1.000, e a taxa de juros é 5%, então o valor de £1.000 como capital para um ano é $= C + Cj'$, sendo C o capital e j' a taxa de juros, ou seja, nesse caso: $5\% = 5/100 = 1/20$, $1.000 + 1.000 \times 1/20 = £1.050$. o valor de £1.000 como capital é $= £1.050$, o que significa que o capital não é uma grandeza simples. É uma *relação* de grandezas, a relação de uma grandeza como soma principal, como valor dado, com ela mesma como valor que valoriza a si mesmo, como soma principal que produziu um mais-valor.⁸¹

Utilizemos como exemplo uma situação aqui já apresentada, ou seja, o prazo de 60 anos de obrigações da *Brazil Railway Company* com a *Empire Trust Company*, no ano de 1910, de £10.000.000 a 4,5% de juros ao ano. Aplicando a equação $C + Cj'$ temos: $4,5\% = 10.000.000 + 10.000.000 \times 4,5/100$. Logo, o capital investido mais a taxa de juros correspondente a esse caso resultam em $£10.000.000 + £450.000 = £10.450.000$ a serem retornados ao investidor a cada ano. Se formos além e considerarmos em conjunto outras inversões do capital financeiro na *Brazil Railway Company*, nos quatro anos que a documentação analisada abarca, teremos uma surpreendente quantidade de lucro ao capital financeiro gerado pela empresa. Vejamos a tabela:

Tabela 3: Equivalente Anual da Taxa de Juros Paga pela BRC (1910 – 1913).

ANO	DEBÊNTURES E OBRIGAÇÕES (em dólares)	TAXA MÉDIA DE JUROS (%)	EQUIVALENTE PAGO EM JUROS (em dólares)	TOTAL (C + Cj') (em dólares)
1910	38.151.682,46	4,66	1.839.598,94	39.991.281,4
1911	52.102.124,2	4,75	2.598.268,66	54.700.392,86
1912	73.034.415,58	4,75	3.642.136,20	76.676.551,78
1913	92.102.331,39	5	4.847.491,12	96.949.822,51

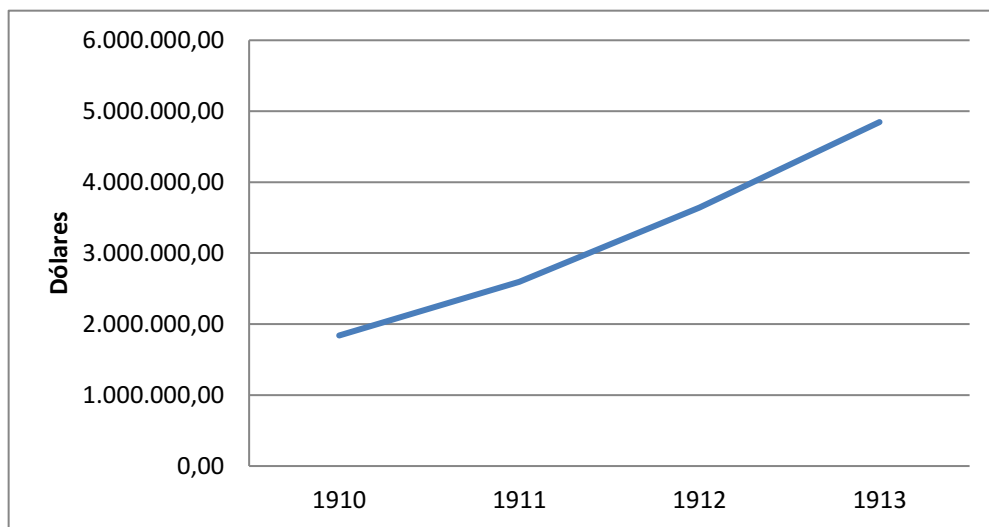
Fonte: BRAZIL RAILWAY COMPANY, *Annual Report and Accounts*. 3 Vol. Londres: Waterlow and Sons. 1911 - 1914. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uiug.30112110986939&view=1up&seq=6>. Acesso em: 21 nov. 2019.

⁸⁰ MARX, 2017, p. 400.

⁸¹ MARX, 2017, p. 442.

É evidente o aumento anual das inversões do capital financeiro na BRC, assim como o aumento da respectiva parcela de valor a ser produzido corresponde à taxa de juros a ser paga. O que fizemos aqui foi somar o capital dos principais investidores da *Brazil Railway Company*⁸² (importante lembrar de que se trata de uma *holding*, que controla múltiplas empresas subsidiárias, havendo a possibilidade de investimentos ‘independentes’) e calcular o quantitativo relativo à média da taxa de juros, que varia de 4,5 a 6%.⁸³ Obtivemos, junto a um evidente aumento do investimento financeiro, um quadro de consequente elevação do valor a ser pago aos prestamistas como taxa de juros. Os gráficos na sequência apresentam esse aumento. O Gráfico 1 apresenta o aumento do valor a ser pago relativo à taxa de juros; o Gráfico 2, por sua vez, o aumento do total de capital retornado aos prestamistas ($C + Cj$); por último, o Gráfico 3 ilustra uma síntese dos gráficos 1 e 2:

Gráfico 1: Aumento do Valor Relacionado à Taxa de Juros a Ser Pago aos Prestamistas da BRC Entre 1910 e 1913.

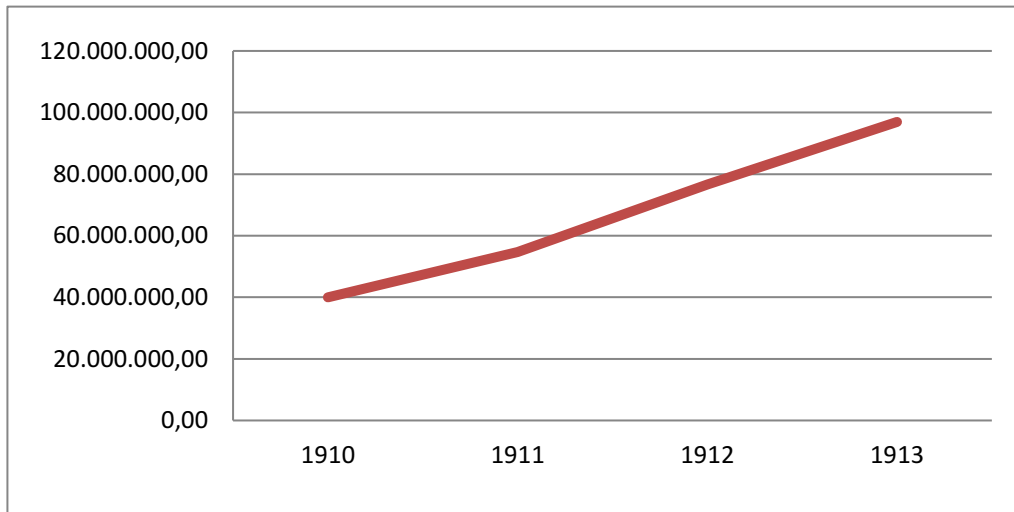


Fonte: BRAZIL RAILWAY COMPANY, *Annual Report and Accounts*. 3 Vol. Londres: Waterlow and Sons. 1911 - 1914. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uiug.30112110986939&view=1up&seq=6>. Acesso em: 21 nov. 2019.

⁸² A fonte (BRAZIL RAILWAY COMPANY, 1910-14) nos fornece a taxa de câmbio de libras e francos para dólar, então convertemos as somas de valor para facilitar a análise.

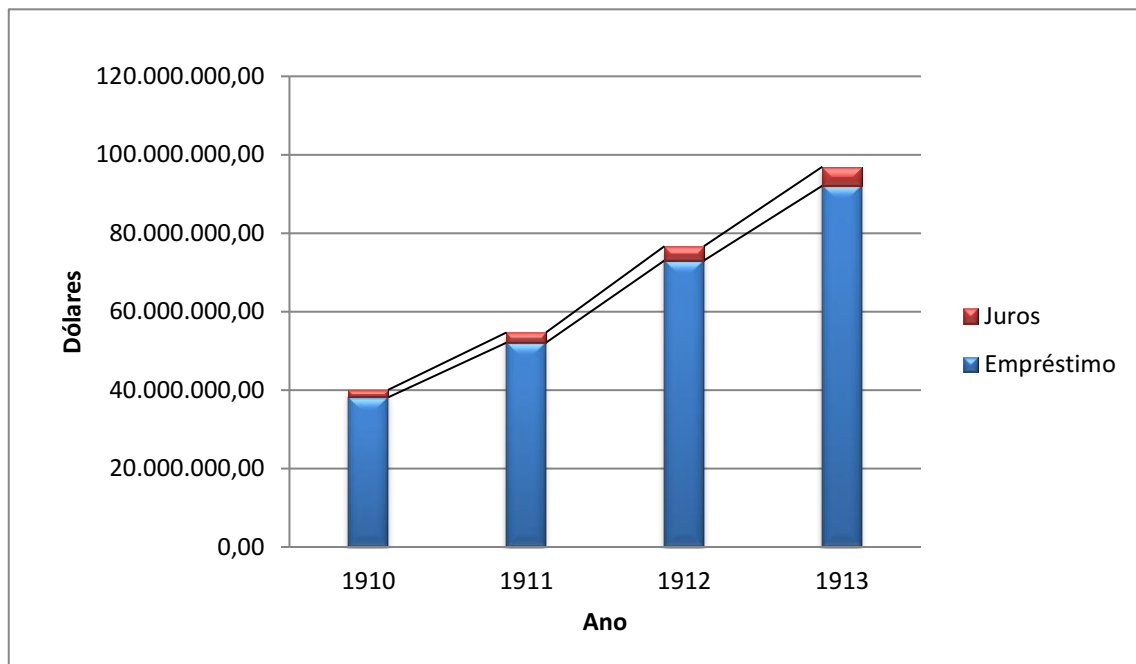
⁸³ O único prestamista da BRC no período entre os anos 1910 e 1913 que cobra juros a 6% é o *Union of London and Smiths Bank Limited* (os outros de 1910 a 1912 variavam, apenas, entre 4,5% e 5%). Nesse momento (1913), Farquhar já se queixava que “as operações ao longo do ano [de 1913], das ferrovias e das empresas subsidiárias, foram retardadas devido à crise financeira na Europa e a depressão financeira e comercial no Brasil” (“*the operations during the year, both of the railways and subsidiary enterprises, have been retarded by the financial crises in Europe and the financial and commercial depression in Brazil*” [BRAZIL RAILWAY COMPANY, 1914, p. 5. Tradução nossa]).

**Gráfico 2: Aumento do Montante de Capital Retornável aos Prestamistas (C + Cj')
Entre 1910 e 1913.**



Fonte: BRAZIL RAILWAY COMPANY, *Annual Report and Accounts*. 3 Vol. Londres: Waterlow and Sons. 1911 - 1914. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uiug.30112110986939&view=1up&seq=6>. Acesso em: 21 nov. 2019.

**Gráfico 3: Aumento do Montante de Capital Retornável aos Prestamistas (C + Cj')
Entre 1910 e 1913.**



Fonte: BRAZIL RAILWAY COMPANY, *Annual Report and Accounts*. 3 Vol. Londres: Waterlow and Sons. 1911 - 1914. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uiug.30112110986939&view=1up&seq=6>. Acesso em: 21 nov. 2019.

O crescimento do capital financeiro atuante na companhia, somado à taxa de juros relativa, é evidente, chegando a crescer 140% entre 1910 e 1913. Isso sugere, abstraindo-nos dos lucros obtidos pela própria companhia, um limite mínimo de seu crescimento necessário para cobrir a parte das finanças relacionadas aos empréstimos. Percebemos, então, um aumento dos valores de acumulação do capital que engloba a companhia. O capital estaria, portanto, exercendo seu papel inerente. Como Marx (2017) apresentou, os juros cobrados pelo empréstimo ao capitalista industrial deve ser uma parcela da mais-valia por ele produzida através do valor produzido não pago ao trabalhador.⁸⁴ Ora, se a *Brazil Railway Company* adquiriu o valor necessário para seu funcionamento pelo empréstimo do capital financeiro europeu, logo, os juros a serem pagos devem se materializar como uma parcela do excedente produzido pela companhia.

A historiadora da Universidade de São Paulo, Ana Lúcia Duarte Lanna (2005)⁸⁵ apresenta uma solução para o entendimento do processo de extração de lucros da *Brazil Railway Company*. Segundo ela, apesar das ambições de Farquhar e de outros associados do cartel em estabelecer um grande bloco econômico de exploração dos promissores recursos naturais brasileiros, as condições do sistema ferroviário da *Brazil Railway Company* não possibilitaram um rendimento condizente com o capital nela materializado. Ela afirma, a partir do relatório de um engenheiro, que, a “este quadro trágico, referente à construção e à manutenção das linhas, podemos agregar problemas estruturais de má administração e tráfico insignificante. Estas informações corroboram minha hipótese de que era um excelente negócio construir ferrovias, mas não as explorar.”⁸⁶ (LANNA, 2005)

O rendimento do empreendimento se basearia restritamente no financiamento do capital financeiro e fora da lógica que apresentamos anteriormente. Lanna (2005) continua afirmando que os lucros da companhia seriam insuficientes para acumular o amonte de valor necessário para girar seu mecanismo. Voltaremos a isso no próximo subcapítulo. Agora passaremos a

⁸⁴ Marx (2017, p. 401) afirma: “Os juros, [...], são desde sempre uma expressão absolutamente irracional. Uma mercadoria tem, aqui, um duplo valor: de um lado, um valor; de outro, um preço distinto desse valor ao passo que, na verdade, o preço é a expressão monetária do valor. Inicialmente o capital monetário não é mais que uma soma de dinheiro ou o valor de determinada massa de mercadorias fixado como soma de dinheiro. Quando uma mercadoria é emprestada como capital, ela é apenas a forma disfarçada de uma soma de dinheiro, pois o que se empresta como capital não é uma quantidade maior ou menor de libras de algodão, mas certa quantia de dinheiro”.

⁸⁵ Marcia Janete Espig (2008) também se apoia nessa hipótese em sua tese ao abordar a corrupção que envolve o Estado brasileiro e a BRC.

⁸⁶ LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Ferrovias no Brasil (1870 – 1920)**. História Econômica e História de Empresas, vol. 8, nº 1. 2005, p. 7-40. p.34.

destacar as relações da *Brazil Railway Company* com o capital portador de juros, seguindo as implicações apresentadas por Lanna (2005), que afirma:

O “lucro fundador” significou não só lucros inicialmente elevados como o desvio de dinheiro, obtido com vendas de ações para remunerar os que obtiveram o direito de explorar as concessões ou os arrendamentos, sendo o capital acionário insuficiente para concretizar os empreendimentos, a *Brazil Railway Company* e suas subsidiárias obtêm nos mercados acionários europeus capitais a partir da emissão de debêntures. Neste caso, os bancos têm expressiva lucratividade. Trabalhando em parceria com o “grupo fundador”, retinham parte do capital emitido como taxa de comissão, para efetuarem o negócio, assim como retêm parte do valor nominal dos títulos. [...]. Vale lembrar que as empresas já tinham expressivas dívidas assumidas antes da incorporação pela *Brazil Railway Company* e que não tinham possibilidades imediatas de lucro, por atravessarem regiões de pouca ou nula atividade econômica. Além disto, as despesas crescem vertiginosamente e as receitas, moderadamente, gerando outro grave desequilíbrio. Estes dados indicam que o empreendimento era, em si, no seu esquema de funcionamento inviável.⁸⁷

No entendimento de Lanna (2005), ao considerar que o capital deve gerar lucros e o fazendo, seja para o capitalista industrial ou para o capitalista financeiro, cumpre a sua função, deixa claro que se tornou inviável, sem sombra de dúvidas, para a economia do Estado hospede (dependente e imperializado), que, mesmo explorando as suas riquezas naturais e comercializando com o exterior, após a falência das companhias desse gênero “assume a responsabilidade financeira pela dívida da empresa receptora”,⁸⁸ que é paga ao capital financeiro.

Concordamos com a tese de Lanna (2005), ainda mais, considerando que a *Brazil Railway Company* começou a fragilizar-se a partir da crise da década de 1910 – a Guerra dos Balcãs de 1912 e a Primeira Guerra Mundial de 1914 –, o que inviabilizou investimentos do capital financeiro europeu, forçando a reformulação da companhia e a saída, ainda que apenas em tese, de Farquhar da administração. Porém, o magnata continuou “realizando negociações junto ao governo brasileiro, apresentando diagnósticos sobre os vários negócios da *Brazil Railway Company* e sugerindo a solução, enfim adotada, de manutenção da integridade do negócio como essencial para viabilizar sua reorganização [efetuada em 1918]”.⁸⁹

No próximo capítulo veremos mais de perto a postura de Farquhar com relação à exploração da América Latina após a sua queda da *Brazil Railway Company*. Agora, contudo,

⁸⁷ LANNA, 2005, p. 35.

⁸⁸ SANTOS, 1977, p. 67.

⁸⁹ Farquhar manteve sua posição de lobista, articulando-se com figuras políticas importantes, enquanto empresários próximos continuaram na direção da BRC (LANNA, 2005, p. 32).

queremos apresentar considerações que sintetizam a eminente contradição levantada em nossa análise (entre as categorias de “acumulação real” e capital fictício) para compreender a relação do capital portador de juros e a forma como a *Brazil Railway Company* gerou seu excedente (lucro).

Sendo a ‘acumulação real’ o processo pelo qual o capitalismo se reproduz por meio da exploração da força de trabalho, o capital fictício se constitui no próprio avanço do capitalismo em um estágio elevado, que permite negócios fraudulentos baseados em especulações. De tal modo que, considerando que em seu desenvolvimento o próprio capital é, em grande medida, desvalorizado, “o valor das mercadorias é determinado não [mais] pelo tempo de trabalho que sua produção custou originalmente, mas pelo tempo de trabalho que custa sua reprodução, tempo este que diminui continuamente” devido ao avanço dos meios de produção – avanço este que é fruto do próprio desenvolvimento do capital como capital, ou seja, de valor acumulado que precisa, necessariamente, valorizar a si mesmo por meio da exploração da força de trabalho em escala cada vez mais ampliada – e, “num estágio mais elevado [...], todo capital existente aparece não como resultado de um longo processo da economia de capital, mas como resultado de um período relativamente curto”.⁹⁰

Sendo assim, “a taxa de lucro diminui em relação ao aumento da acumulação do capital e à correspondente capacidade produtiva do trabalho social, a qual se expressa justamente na diminuição relativa do capital variável em relação ao constante”,⁹¹ – ou seja, com o desenvolvimento das forças produtivas, o capital aplicado em matéria prima e maquinário aumenta gradualmente ao mesmo tempo em que a parte do capital aplicado no pagamento de salários ao trabalhador é relativamente reduzido. Aqui temos “um limite qualitativo à acumulação do capital: a jornada de trabalho total, [...], que limita o número das jornadas de trabalho que podem ser exploradas de maneira simultânea”, porém “se o mais-valor é concebido sob a forma sem conceito dos juros, o limite é apenas quantitativo”.

Conforme afirmou Marx (2017), se a acumulação avançada de capital determina uma diminuição da taxa de lucros, o mesmo necessita a agilização desse processo visando à própria acumulação. De forma marcante, Marx (2017) mostrou que “é no capital portador de juros que aparece consumada a ideia [...], que atribui ao produto acumulado do trabalho [...], a capacidade de criar mais-valor em progressão geométrica por meio de uma misteriosa qualidade inata”, e

⁹⁰ MARX, 2017, p. 448.

⁹¹ MARX, 2017, p. 449.

esta “tenha descontado desde muito tempo toda a riqueza do mundo do presente e do futuro como algo que lhe pertence e lhe corresponde por direito”.⁹²

É por meio do crédito que o capital torna possível essa acumulação “em progressão geométrica”. O crédito não é nada além da alienação do valor, extraído e concentrado nos bancos, em mercadoria (produto destinado à venda cujo preço se concretiza na taxa de juros) para a sua posterior aplicação em outros setores com o fim último de valorizar a si mesmo. O crédito se expressa, portanto, no capital portador de juros, pois o mesmo “não faz outra coisa senão lançar em circulação o dinheiro não circulante”⁹³ ou, anteriormente, ocioso. E assim, para Hilferding (1985), “toda liberação de capital monetário significa, [...], a existência de uma possibilidade de emprego desse capital por intermediações do crédito”.⁹⁴ Vale apresentar a explanação desse autor na íntegra:

O crédito se apresenta de imediato como simples resultado da função alterada do dinheiro como meio de pagamento. Quando o pagamento só é feito algum tempo depois de efetuada a venda, o dinheiro devido será creditado durante esse tempo. Essa forma de crédito pressupõe a existência de proprietários de mercadorias e, numa sociedade capitalista desenvolvida, capitalistas produtores. Considerando em si e isoladamente esse processo não traduz outro fato senão o de que o capitalista B, que não dispõem do total de meios de pagamento necessário no ato da compra. Nessa concessão unilateral de crédito, [o capitalista] A terá que dispor de uma quantidade adicional de dinheiro que corresponda ao montante devido [pelo capitalista] B, que este terá que pagar no prazo estipulado.⁹⁵

Aqui Hilferding apresentou introdutoriamente o que chama de “crédito de circulação”, que Marx (2017) já esboçara como “capital circulante”⁹⁶ Sobre isso, o autor continua:

Dessa forma, não seria poupado dinheiro, mas apenas transferido. A situação é outra quando a própria nota promissória atua como meio de pagamento; em outras palavras, quando **A não só concede crédito a B, mas toma de C também, ele mesmo, e o paga com a letra de câmbio de B. Se C, por sua vez, tiver que pagar B e o paga com sua própria letra de câmbio, ter-se-á consumado aqui, [...], compra e venda entre A e B, A e C e C e B, sem a intervenção de nenhum dinheiro.** Poupou-se, assim, dinheiro e como esse dinheiro teria que estar simultaneamente nas mãos dos capitalistas produtores como capital adicional (para garantir o processo de circulação do capital-mercadoria) foi, com isso, economizado capital monetário. A letra de câmbio substitui o dinheiro ao assumir ela mesma uma função monetária atuando como moeda fiduciária. Grande parte dos processos de circulação, ao mesmo

⁹² MARX, 2017, p. 449. Grifo nosso.

⁹³ HILFERDING, 1985, p. 91.

⁹⁴ HILFERDING, 1985, p. 82.

⁹⁵ HILFERDING, 1985, p. 85.

⁹⁶ Ver MARX, 2017, p. 479.

tempo os maiores e mais concentrados, desenvolve-se entre os próprios capitalistas produtores...⁹⁷

O crédito sofre, de acordo com Marx (2017), um aumento de sua demanda em consequência da “expansão industrial”, e “esse maior crédito não afeta necessariamente a relação existente entre a demanda e a oferta dos elementos do capital realmente produtivo”, na verdade “ambas aumentam na mesma proporção”⁹⁸ devido ao conseqüente progresso da produção real. Esta última eleva, ao mesmo tempo, a acumulação de capital nos bancos e a demanda pelo crédito. Condizente com a dinâmica do capitalismo e seu desenvolvimento no período, o que fundamenta a formulação do capital fictício é essa dinâmica assumida pelo crédito.

Em contradição ao “crédito de circulação” de Hilferding (1985), que se baseia na dinâmica do capital envolvendo o valor real,⁹⁹ apresentam-se os movimentos financeiros fictícios que possibilitam especulações e fraudes. Pensamos, ora, que a valorização do capital, segundo suas leis primordiais, deveria se dar pela acumulação real. Hilferding (1985) afirmou que “as letras de câmbio [mecanismo que permite a rápida circulação e produção exigidas] só podem ser sacadas, [...], **sobre negócios concluídos**”, mas, se o esquema for “fraudulento, [...], a letra de cambio não terá nem um valor”,¹⁰⁰ pois as mesmas dependem da circulação de ‘valor real’.

Para Hilferding (1985), diferentemente do “crédito de circulação”, que envolve, necessariamente, a produção de ‘valor real’, o “crédito de capital” acarreta a “transferência de uma soma de dinheiro que o proprietário não pode empregar” para outrem que possa fazê-lo. Ora, “se esse dinheiro não fosse aplicado como capital, não poderia conservar seu valor”, nem valorizar-se – essa é a lógica do capital financeiro já apresentada anteriormente –; mas sob “o ponto de vista social, [...], sempre é necessário que o devedor pague o que deve, para que o

⁹⁷ “...Todas essas transações podem ser realizadas, em princípio, por meio de letras de câmbio; em grande parte essas letras se compensam mutuamente, havendo necessidade tão somente de certa importância em moeda corrente para saldar o balanço. Assim, no caso, os capitalistas produtivos concedem créditos uns aos outros. O que os capitalistas creditam aqui são mercadorias que, para eles, representam o capital mercantil. **Só que essas mercadorias são vistas como meras portadoras de determinada soma de valores, supostamente já realizadas em sua forma socialmente válida por ocasião da venda.** Em outras palavras, são portadoras de determinada soma de dinheiro que a letra de câmbio representa. A circulação de letras de câmbio se baseia, pois, na circulação de mercadorias, porém de mercadorias que já foram convertidas em dinheiro por meio de venda já consumada, mesmo que essa conversão ainda não tenha se tornado socialmente válida, senão apenas como ato privado de promessa de pagamento por parte do comprador” (HILFERDING, 1985, p. 85-6. Grifos nossos).

⁹⁸ HILFERDING, 1985, p. 86.

⁹⁹ Usamos o termo “valor real” para nos referirmos ao valor propriamente dito, aquele que é gerado por meio do trabalho e é a raiz da “acumulação real”.

¹⁰⁰ HILFERDING, 1985, p.86. Grifo nosso.

empréstimo ofereça certo grau de segurança”. Em consequência, temos “uma transferência de dinheiro já existente, não havendo nenhuma economia de dinheiro absolutamente”. Essa forma de crédito “não poupa os custos de circulação [...], mas amplia a função do capital produtivo com fundamento na mesma base monetária”.¹⁰¹ Estariam Lanna (2005) e Espig (2008) corretas em enquadrar a *Brazil Railway Company* em um esquema fraudulento e corrupto que envolve a subserviência do Estado e, portando, da classe dominante brasileira sem que fossem, necessariamente, exploradas as riquezas nacionais de forma concreta? É indubitável que, tendo como parâmetro a institucionalidade do Estado brasileiro, houve corrupção, que será tratado mais adiante.

Lanna (2005), assim como Espig (2008), que abordaram a atuação de políticos brasileiros em favor de Farquhar durante suas atividades no Brasil, consideram que as atividades da *Brazil Railway Company* e a extração de seus lucros se deram por meios atípicos, porém devemos nos perguntar a origem do “valor real” dos lucros dessa companhia. Para Lanna (2005), como já destacamos, os lucros advindos das atividades da *Brazil Railway Company* não poderiam ser frutos da exploração dos recursos visados em tese; a manutenção da empresa, a extração de seus lucros e, conseqüentemente, do lucro dos bancos investidores, se daria pela garantia de juros fornecida pelo Estado brasileiro. Segundo a mesma:

[...] a garantia de juros foi mecanismo mundialmente adotado, sem o qual o capital não se dispunha a correr riscos. A questão é qual seria a taxa de retorno estimulante. Para a Índia, 5% de garantia de juros eram suficientes, para o Brasil 7% . Em 1854, apenas 14,5km de linhas férreas haviam sido construídas, em 1877, 1.120km e 28.500km em 1920. Apesar da significativa expansão, os quilômetros construídos foram insuficientes para a constituição de redes e a integração do território, assim como materializavam quantidades menores de linhas utilizáveis do que o gasto em subvenções, realizado pelo governo brasileiro, para construí-las.¹⁰²

Tendo essa afirmação, deve-se considerar que o capital não segue metas ‘progressistas’ ou, no máximo, ‘civilizatórias’ (como as pregadas durante a consolidação da companhia) – ou nacionalistas, se considerarmos a posição de nossas classes dominantes do período – para seus investimentos; seu objetivo é apenas satisfazer a sua necessidade de valorizar-se. Apostar nas aspirações nacionais de desenvolvimento (seja lá quais forem as perspectivas) não é condizente com a estruturação da economia dependente e do imperialismo – apenas se nos colocarmos na perspectiva de economia exportadora e subdesenvolvida, na qual se encontram nossas classes

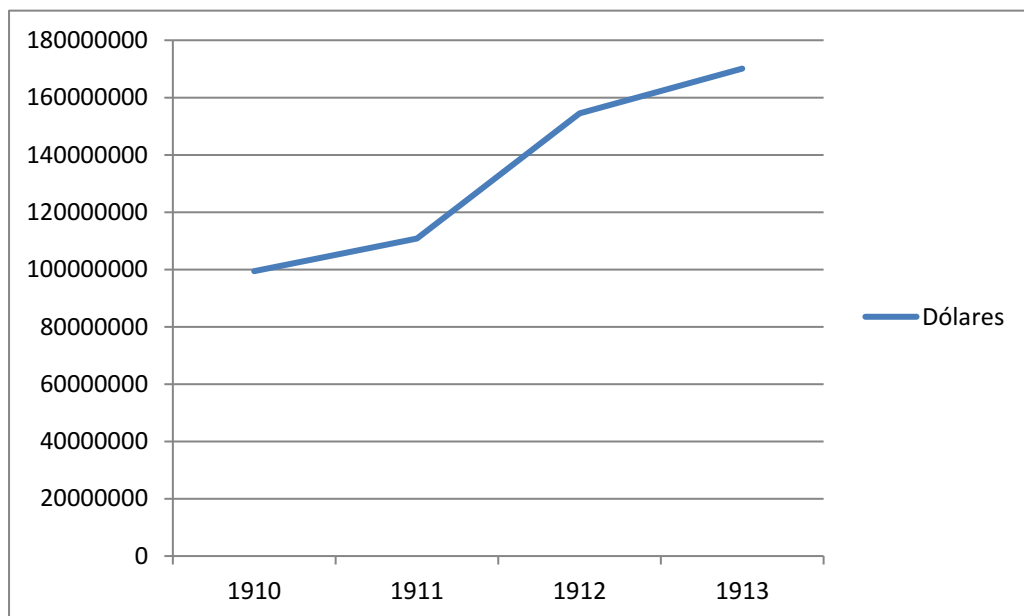
¹⁰¹ HILFERDING, 1985, p. 91.

¹⁰² LANNA, 2005.

dominantes, frente ao mercado internacional; ao menos, essas não expressam, necessariamente, um desenvolvimento econômico-tecnológico para o desenvolvimento – se é que este fosse possível na conjuntura do período – da economia nacional, apenas o desempenho do Brasil em servir de bandeja seus recursos ao centro do sistema conforme suas exigências. Contudo, e de qualquer forma, a extração da riqueza do país é concreta e, mesmo que esta não se realizasse por meio da acumulação real, ela se deu, pelo menos, na transferência do valor nacional à companhia na forma de garantia juros. É possível afirmar, também, que se a fórmula da ‘acumulação real’ condiz com o contexto analisado, são as condições da dependência que fornecem o amonte de valor para satisfazer as exigências capitalistas e imperialistas da *Brazil Railway Company* e do capital financeiro.

É seguro afirmar isso na medida em que percebemos que *Brazil Railway Company* mais do que dobrou a circulação do capital portador de juros e, portando, de créditos no período entre 1910 e 1913. Se observarmos as tabelas de finanças da empresa podemos perceber que o aumento das atividades monetárias apresenta tendência similar às apresentadas anteriormente com diminuição expressiva entre 1912 e 1913. Vejamos:

Gráfico 4: Relação do Aumento das Finanças da BRC entre 1910 e 1913.



Fonte: BRAZIL RAILWAY COMPANY, *Annual Report and Accounts*. 3 Vol. Londres: Waterlow and Sons. 1911 - 1914. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uiug.30112110986939&view=1up&seq=6>. Acesso em: 21 nov. 2019.

É possível observar que a linha do gráfico segue a mesma curva do aumento dos juros pagos pela empresa com a notável aceleração a partir de 1911 (gráficos 1 e 2). Porém o que

esse gráfico traz de diferente com relação aos anteriores é a desaceleração das movimentações em 1913 com relação ao ano anterior. No próprio relatório é justificado que “as operações durante o ano [de 1913], tanto das ferrovias quanto das empresas subsidiárias, foram retardadas pela crise financeira na Europa e a depressão financeira e comercial no Brasil”.¹⁰³ A contradição entre os gráficos se expressa no movimento assimétrico entre a tendência do capital portador de juros inserido na empresa e a sua movimentação de valores a partir da crise, sendo que anteriormente é perceptível um movimento paralelo. Assim, percebemos que o capital financeiro mantém seu lucro, concretizado nos juros, independentemente da capacidade de movimentação da empresa – argumento utilizado por Lanna (2005) em sua hipótese. Se considerarmos que essa diminuição tem como causa principal a crise do capital Europeu, validamos aspectos da hipótese proposta por Lanna (2005).¹⁰⁴

1.5 POSITIVAMENTE NAS MÃOS DE FARQUHAR

Observando a discussão da ala nacionalista do parlamento brasileiro, que enfatizava o perigo do amplo controle e do cartel de Farquhar na economia do país.¹⁰⁵ tem-se na concentração monopolista uma das causas principais da crise enfrentada na segunda década do século XX, representando um risco do abuso do capital estrangeiro para a soberania nacional. Criticou-se que nas mãos de Farquhar estava, naquele momento, “apenas tudo; estará ainda mais. Este é um dos aspectos da questão”, o avanço do monopólio e o agravamento das consequências de seu domínio sobre a produção e o trabalho no país. Os nacionalistas consideraram que não “tenha sido uma conquista de Farquhar, mas uma concessão que lhe foi facilitada” ou “uma série delas” por parte dos governos nacional e estadual; “é uma luta entre a capacidade do Sr. Farquhar e a incapacidade dos que lhe deram tudo”, “um cérebro maior, devorando microcéfalos”.¹⁰⁶ Eis o caráter da dependência de um país subdesenvolvido para inserir-se na economia capitalista.

¹⁰³ “*The operations during the year, both the Railways and subsidiary enterprises, have been retarded by the financial crisis in Europe and the financial and commercial depression in Brazil*” (BRAZIL RAILWAY COMPANY, **Annual Report and Accounts**. Londres: Waterlow and Sons Limited. 1914. p. 5. Tradução nossa)

¹⁰⁴ Quanto à menção à “depressão financeira e comercial no Brasil”, analisaremos no próximo capítulo.

¹⁰⁵ “se nós percorrermos a lista de contratos, [...], verificaremos que navegação, carvão, estradas, obras, óleo, tudo isso, [...], está positivamente, [...], nas mãos do Sr. Farquhar. Não há um único estabelecimento de importância que não lhe esteja nas mãos potentes” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1914. p. 474.)

¹⁰⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1914. p. 474.

A *Brazil Railway Company*, em sua essência e suas consequências sobre as regiões em que atuou – neste estudo analisando a Região do Contestado, podemos construir no campo das ideias os efeitos do desenvolvimento do capitalismo – lembrando que o sistema flui dos países onde se encontram as matrizes de suas empresas e de seus bancos, que concentram o valor extraído de todas as regiões do mundo – e as particularidades de suas implicações em nosso objeto. Lembrando que o capital visualiza todas as riquezas do mundo “como algo que lhe pertence e lhe corresponde por direito” e para ela estende seus tentáculos sempre com o mesmo objetivo – e como necessidade inerente – de expandir a sua acumulação e sua capacidade de valorizar-se.

Como vimos anteriormente, pesquisadores importantes consideram que a *Brazil Railway Company* funcionou principalmente por meios fraudulentos no período entre sua fundação e a queda de seu idealizador, mas é importante elucidar aqui uma questão referente à extensão das atividades da companhia e se esta permitiria uma extração de ‘valor real’ relativa à dimensão do capital investido. Lanna (2005) afirma que “as promessas de desenvolvimento, integração do território, povoamento e colonização, pluralidade de atividades econômicas e crescimento urbano permaneceram utopias não realizadas. O monopólio das ferrovias no comércio nunca se concretizou, a velocidade nunca ocorreu”.¹⁰⁷

Não haveria desenvolvimento da economia nacional – o que houve foi um agravamento da dívida externa e da crise no país –, mas isso não quer dizer que não houve monopólio. Lanna (2005) viu nas construções de ferrovias no Brasil um largo projeto tocado por fraudes e corrupção, porém vemos um crescimento favorável do capital na *Brazil Railway Company* (e através dela) que indica seus resultados na extração de excedente entre 1910 e 1913. É indispensável que consideremos a crise de 1913-14 para compreender os motivos do fracasso da empresa e vale perguntar se o projeto teria tido continuidade efetiva se o fluxo do capital financeiro não cessasse. Pergunta retórica, cujo caminho para respondê-la nos interessa.

Lanna (2005) leva em consideração de que é predominantemente o crédito do capital financeiro que girou as finanças da *Brazil Railway Company*; os lucros consequentes derivaram da usurpação do tesouro brasileiro pela garantia de juros.

Vale lembrar o que Lênin (2003) tratou como “oligarquia financeira” e Marx (2017), anteriormente, de “aristocracia financeira”, “uma nova classe de parasitas sob a forma de projetistas, fundadores e diretores meramente nominais; todo um sistema de especulação e de

¹⁰⁷ LANNA, 2005, p. 37.

fraude no que diz respeito à fundação de sociedades por ações”.¹⁰⁸ É lógico que a falta do financiamento dos bancos determinou a depressão da companhia (como de várias outras), mas queremos investigar se a extração de excedente (‘valor real’) cumpria papel fundamental, como é de praxe na economia capitalista do período. Inclusive, a sociedade acionária é determinação de uma “enorme expansão da produção e das empresas, numa escala impossível para capital isolado”,¹⁰⁹ logo define as empresas desse formato, sendo o crédito do capital financeiro a categoria que as possibilita, permitindo “ao capitalista individual [...] poder absoluto, dentro de certos limites, de dispor de capital”.¹¹⁰

Do que consta nos relatórios anuais (de 1910 a 1913), a *Brazil Railway Company* dominava, em 1910, abstraindo-nos de suas próprias 600 mil ações, um total de 473.425 ações de outras empresas menores. Se considerarmos as empresas apresentadas no relatório de 1910 e convertermos os valores pela taxa de câmbio para dólar, o total somado do capital aplicado nessas respectivas ações equivale a aproximadamente \$42.979.300.¹¹¹ Esse número é relativo a 86% do capital social da *Brazil Railway Company* (\$50.000.000) no respectivo ano. Aplicando a mesma lógica para o ano de 1913, a companhia elevou o número de ações sob seu domínio para 1.289.678, o que apresenta um crescimento 252% em 3 anos. O respectivo montante de capital social passou para \$116.032.264, crescendo 269,7%. Ou seja, o capital social dominado pela *Brazil Railway Company* representa, em 1913, 193% do capital social da própria empresa (\$60.000.000).¹¹² Além disso, considerando, nesse mesmo ano, a totalidade do capital social das empresas cujas ações são mais de 40% propriedades da *Brazil Railway Company*, temos um montante expressivo de pelo menos \$104.700.000 completamente dominado pela companhia. Ora, a *Brazil Railway Company* é uma *holding* e esse contingente justifica seu funcionamento. Tendo, pelo menos, essa quantidade aplicada em capital social (ou ações) de empresas menores, estabelecemos a linha de corte de sua capacidade de gerar excedente. O objetivo lucrativo da *Brazil Railway Company* não foi somente a exploração das ferrovias, mas seu próprio funcionamento como *holding*, ou seja, sua tendência monopolista.

Com relação à exploração das linhas férreas, a fonte nos permite identificar em algumas cifras monetárias da *Brazil Railway Company*, o crescimento de seus valores e alguns de seus

¹⁰⁸ MARX, 2017, p.496.

¹⁰⁹ MARX, 2017, p. 494.

¹¹⁰ MARX, 2017, p. 497.

¹¹¹ Utilizamos dados da própria fonte para calcular a taxa de câmbio para dólar de libras (£1 = aprox. \$4,8), francos (frc1 = \$0,20) e réis (200:000 = \$64). (BRAZIL RAILWAY COMPANY, 1910 - 14).

¹¹² A BRC aumentou \$10.000.000 de capital social de 1910 (\$50.000.000) a 1911 (\$60.000.000).

movimentos nos anos entre 1910 e 1913. A tabela a seguir apresenta a receita advinda das principais vias férreas sob seu controle:

Tabela 4: Receita Somada das Principais Linhas Férreas da BRC entre 1910 e 1913.

	1910	1911	1912	1913
Receita Bruta	30.685:445\$793 (\$981.934,65 ¹¹³)	35.142:056\$089 (\$1.124.561,9)	39.173:071\$478 (\$1.253.558,9)	43.479:757\$982 (\$1.391.346,55)
Despesas	17.194:492\$731 (\$550.237,67)	18.832:133\$171 (\$602.634,6)	22.451:685\$354 (\$718.459,3)	27.601:602\$836 (\$883.232,9)
Receita Líquida	13.490:953\$062 (\$431.697)	15.309:922\$918 (\$521.927,3)	16.721:386\$124 (\$535.099,57)	15.838:155\$146 (\$508.113,65)
Despesas (%)	56,34%	53%	57,3%	63,5%

Fonte: BRAZIL RAILWAY COMPANY, *Annual Report and Accounts*. 3 Vol. Londres: Waterlow and Sons. 1911 - 1914. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uiug.30112110986939&view=1up&seq=6>. Acesso em: 21 nov. 2019.

Podemos comparar esses valores com a receita líquida da *Brazil Railway Company* em sua totalidade apresentada na tabela 5. Observamos que a diferença entre esses valores representa uma disparidade significativa entre as formas de obtenção de lucros da companhia.

Tabela 5: Receita Líquida da BRC entre 1910 e 1913.

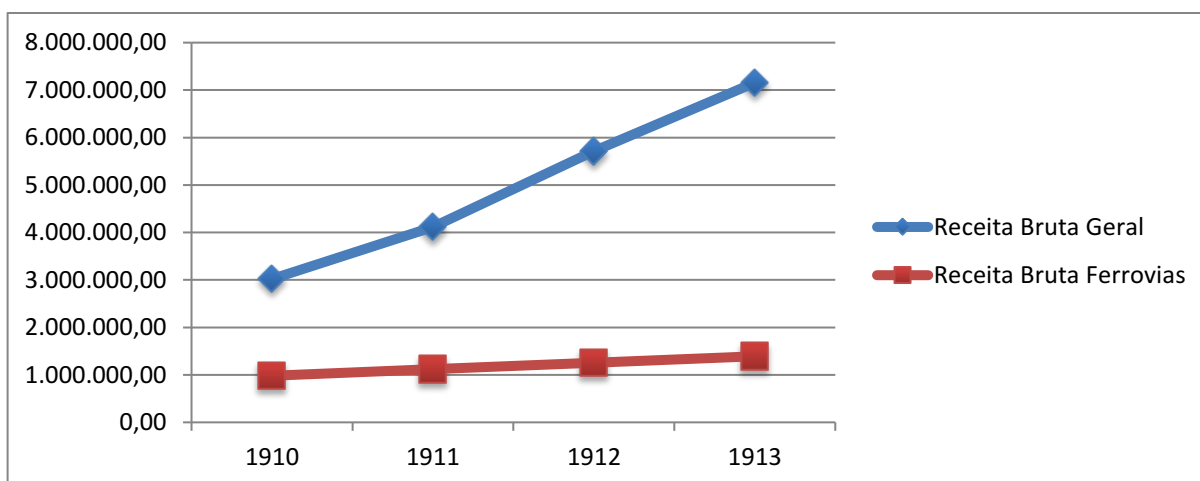
	1910	1911	1912	1913
Receita Bruta	\$3.020.232,37	\$4.112.747,46	\$5.716.661,06	\$7.155.312,54
Despesas	\$1.768.615,43	\$2.755.084,36	\$3.809.525,84	\$5.256.280,74
Receita Líquida	\$1.251.616,94	\$1.357.663,10	\$1.907.135,22	\$1.899.031,80
Despesas %	58,55%	67%	66,6%	73,45%

Fonte: BRAZIL RAILWAY COMPANY, *Annual Report and Accounts*. 3 Vol. Londres: Waterlow and Sons. 1911 - 1914. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uiug.30112110986939&view=1up&seq=6>. Acesso em: 21 nov. 2019.

¹¹³ Valores em dólar aproximados obtido pela conversão da taxa de câmbio.

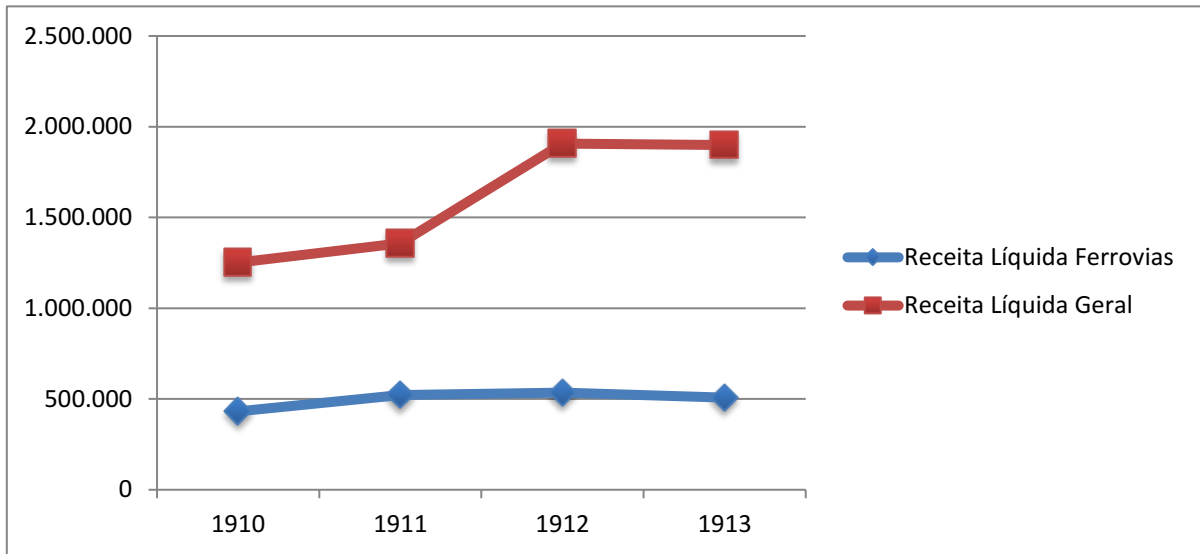
Estabelecendo uma média dos valores mostrados em cada tabela (tabela 4: \$449.209,38 e tabela 5: \$1.603.861,76) e comparando suas grandezas, temos uma receita líquida geral um pouco mais de três vezes maior do que a obtida através da exploração das ferrovias. De outro ponto de vista, considerando que a receita do sistema ferroviário está incluída no excedente líquido total, temos $\$1.603.861,76 - \$449.209,38 = \$1.104.652,38$ com origem à parte da exploração ferroviária, ou seja, a exploração ferroviária de suas subsidiárias mais importantes desse setor representa apenas 28% do total do valor gerado. Os gráficos 5 e 6 apresentam uma síntese das tabelas 4 e 5.

Gráfico 5: Relação da Receita Bruta da BRC (Ferrovias e Geral) Entre 1910 e 1913.



Fonte: BRAZIL RAILWAY COMPANY, *Annual Report and Accounts*. 3 Vol. Londres: Waterlow and Sons. 1911 - 1914. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uiug.30112110986939&view=1up&seq=6>. Acesso em: 21 nov. 2019.

Gráfico 6: Relação da Receita Líquida da BRC (Ferrovias e Geral) Entre 1910 e 1913.



Fonte: BRAZIL RAILWAY COMPANY, *Annual Report and Accounts*. 3 Vol. Londres: Waterlow and Sons. 1911 -1914. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uiug.30112110986939&view=1up&seq=6>. Acesso em: 21 nov. 2019.

O gráfico 5 apresenta a disparidade significativa entre o produto geral da companhia com o que é obtido através da exploração das vias férreas. Enquanto a receita geral aumenta mais de 150% durante esses quatro anos, o valor gerado nas ferrovias tem um crescimento de 18%, que corresponde a uma parcela de 10% do total do crescimento.

Nos chama a atenção a semelhança do caminho percorrido pela série de dados da receita líquida geral e o gráfico 4, sendo notável a curva paralela com um aumento expressivo entre 1911 e 1912 e a declinação posterior em 1913. Percebe-se, também, a curva sutil referente à receita líquida das vias férreas, remetendo ao que foi proposto por Lanna (2005) quanto à inviabilidade desse tipo de empreendimento no período. Podemos concluir que, observando a diferença entre as origens do excedente, sendo que o proveniente das ferrovias se mostra pífio comparado à receita geral, a maior parte do produto da companhia é fruto de suas muitas empresas subsidiárias.

No relatório de 1913,¹¹⁴ a crise na Europa e no Brasil se mostra determinante para a queda dos rendimentos da companhia. Temos nesse ano, nas palavras do relator, o secretário S. D. Brown, um aumento da receita bruta da companhia, porém este “não foi suficiente para

¹¹⁴ BRAZIL RAILWAY COMPANY, 1914.

compensar os maiores custos para seu funcionamento”.¹¹⁵ Na *Revenue Account*¹¹⁶ de 1913, podemos verificar os lançamentos contábeis no razonete um aumento expressivo dos débitos da empresa comparado a 1912. A comparação é útil para nossa análise considerando que esses dois anos representam o auge e o início da queda da *Brazil Railway Company*. Temos, pois, em 1912 uma receita total de \$8.702.585,6 e em 1913 temos \$10.142.260,4. Para ilustrar essa diferença nos débitos, vejamos a tabela:

Tabela 6: Débitos na Receita da BRC em 1912 e 1913

	1912	1913
Juros sobre Títulos	\$2.880.137,24	\$3.789.546,93
Fundo de Amortização	\$12.481	\$65.090,64
Desconto em Juros e Contas	\$585.243,89	\$952.282,32
Outras Despesas	\$344.144,71	\$514.451,49
Balanco	\$1.894.654,22	\$1.833.941,16
Dividendos em Ações Preferenciais	\$1.012.500	\$1.128.312,54
Reserva	\$820.417,80	\$1.841.000
Excedente	\$1.153.006,74	\$16.990,90
Total	\$8.702.585,6	\$10.142.260,4

Fonte: BRAZIL RAILWAY COMPANY, *Annual Report and Accounts*. 3 Vol. Londres: Waterlow and Sons. 1911 - 1914. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uiug.30112110986939&view=1up&seq=6>. Acesso em: 21 nov. 2019.

A diferença mais expressiva se mostra no valor pago nos juros sobre títulos financeiros da companhia. Apesar de haver uma disparidade entre o valor apresentado na tabela 6 e o ilustrado anteriormente no gráfico 1, a proporção do aumento entre 1912 e 1913 é a mesma. Ainda, a taxa de excedente debitada é muito inferior em 1913, pois, mesmo com um valor de \$1.833.941,16 creditado no balaço de 1913, com mais \$1.153.006,74 proveniente do ano anterior, temos a aplicação de \$1.128.312,54 no pagamento de ações preferenciais e outros

¹¹⁵ “[...] *the combined systems of railways in Southern Brazil showed increases, which, however, were not sufficiently large to compensate the higher working costs*” (BRAZIL RAILWAY COMPANY, 1914, p. 12. Tradução nossa).

¹¹⁶ Receita.

\$1.841.000 aplicados no fundo de reserva da companhia. Esse montante foi dividido em uma soma de \$500.000 e outra de \$1.341.000 e, nas palavras do autor do relatório, são atribuídas às necessidades consequentes da crise:

Como nos anos anteriores, a receita inclui os juros cobrados pelo financiamento de empresas subsidiárias, porém visando o fato de que o desenvolvimento dos empreendimentos nessas subsidiárias ter sido retardado pela crise financeira e comercial corrente no Brasil durante esse ano e que foi fortemente acentuada pela crise global ocasionada pela guerra na Europa, o diretório considerou viável criar uma reserva para essa questão, e por isso apropriou \$500.000 para um fundo reserva.

Também foi decidido aumentar o fundo de reserva transferindo uma soma de \$1.341.000, representando balanço proveniente dos ganhos de construções creditados de tempo em tempo, que, de acordo com a política estabelecida, o diretório considerou dever conservar e não distribuir.¹¹⁷

Aqui houve uma tendência em considerar o funcionamento das empresas subsidiárias como fundamental para as finanças da *Brazil Railway Company* e que, diz o relatório, também sofreram com a crise. Nas atividades produtivas da Região do Contestado, por exemplo, temos o impacto da inteira decadência da demanda por madeira nos seus principais mercados (Brasil e Argentina) apesar de “ter se mostrado promissora no início de 1913, devido a intermissão de muitas serrarias pequenas no estado do Paraná”,¹¹⁸ permanecendo apenas pequena parte da *Lumber* funcionando. O Porto do Rio de Janeiro, por sua vez, teve queda nas importações; o negócio da borracha na Amazônia caiu em depressão e a Madeira-Mamoré teve seu rendimento afetado; e tanto a *Brazil Land, Cattle and Packing Company* e o Porto do Rio Grande do Sul não tinham atingido, naquele momento, a escala de funcionamento almejada. Considera-se, inclusive, a *Bolivia Development and Colonization Company* e a *Antofagasta and Bolivia Railway Company*, responsáveis pela exploração de petróleo, que, devido à crise, foram retiradas do escopo da *Brazil Railway Company* por decisão do diretório, já que decidiu

¹¹⁷ “As in preceding years, this Revenue includes interests charged for financing subsidiary enterprises, but in view of the fact that the development of these subsidiary undertakings has been retarded by the financial and commercial depression experienced in Brazil during the year under review and which has been strongly accentuated by the world-crisis occasioned by the existing European War, the Board considered it advisable to create a reserve against this item, and for such purpose have appropriated \$500,000 to a Reserve Account.

It was also decided to augment the Reserve Account by transferring thereto the sum of \$1,341,000, representing the balance of certain construction profits brought to credit from time to time, which, in pursuance of the policy followed from the commencement, the Board considered should be conserved and not distributed” (BRAZIL RAILWAY COMPANY, 1914, p. 12. Tradução nossa).

¹¹⁸ RAILWAY COMPANY, 1914, p. 13.

concentrar os negócios da companhia quase exclusivamente em seus empreendimentos no Brasil, reduzindo a extensão de seus investimentos.¹¹⁹ No relatório:

As negociações que estão em progresso entre o Governo Brasileiro e os bancos europeus por quantias de capital para habilitar o Governo a realizar seus compromissos nacionais e internacionais, criaram expectativas de aliviar a situação e dar sequência no comércio brasileiro. A guerra na Europa e seus efeitos globais estancou as negociações antes de terem fruído, considerando o panorama financeiro e comercial do Brasil, **como todos os outros países dependentes do capital estrangeiro para seu desenvolvimento**, houve um revés, que, posteriormente à grande crise comercial de 1913, acentuou a depressão por todo país. Isso retardará o progresso das ferrovias da companhia e suas subsidiárias.¹²⁰

Isso reflete não somente a necessidade de grandes inversões de capital que o funcionamento da companhia acarretava e não era capaz de dispor por conta própria, como é característico das empresas monopolistas do período, mas da própria economia dependente brasileira, o que será tratado nos capítulos seguintes.

Ora, o que a documentação apresenta é que, apesar de a *Brazil Railway Company* ser comumente tratada no setor ferroviário, seu sucesso dependia, pelas suas características monopolistas, do controle produtivo generalizado. Para tal, era necessário que se franqueasse inúmeros setores da economia para franquiar através de concessões e viabilização para o controle acionário de empresas filiais. Tendo o a classe dominante brasileira, através do aparato estatal, aproximado o magnata de importantes ramos produtivos do Brasil, fica evidente que há total vinculação da *Brazil Railway Company* com o caráter de dependência brasileiro para com o capital industrial e financeiro sem a qual sua efetivação e funcionamento, ainda que por curto período de tempo, não ocorreriam.

¹¹⁹ BRAZIL RAILWAY COMPANY, 1914.

¹²⁰ “The negotiations which were recently in progress between the Brazilian Government and its bankers in Europe for a loan, to enable the Government to meet its commitments both at home and abroad, gave rise to the expectation that financial arrangements might be made which would relieve the local situation and that a revival in Brazilian trade would follow. The European War with its world-wide effects terminated these negotiations before they had reached fruition, with the result that the financial and commercial outlook in Brazil, as with all other countries dependent for their development on foreign capital, has received a further set-back, which, coming after the severe commercial depression which commenced in 1913, has accentuated the crisis throughout the whole of Brazil. This must necessarily further retard the progress of the Company’s railways and subsidiary enterprises” (BRAZIL RAILWAY COMPANY, 1914, p.13. Tradução e grifo nosso).

2. OBSERVADO A DOUTRINA MONROE

As primeiras empresas gigantes foram organizadas [...] por uma classe de promotores financeiros, que se tornaram famosos na história americana como “barões ladrões”, “mongóis”, ou “magnatas” – denominações que refletem o sentimento popular de que o grande homem de negócios nos Estados Unidos, naquele período, assemelhava-se ao senhor feudal nos seus hábitos predatórios e a falta de preocupação pelo bem-estar público.¹²¹

A frase a “América para os americanos”, foi cunhada no fim do colonialismo europeu na América Latina no início do século XIX e era o lema instituído pela chamada Doutrina Monroe, instituída pelo quinto presidente dos Estados Unidos da América, James Monroe. Embora este lema fez parte do contexto dos movimentos de independência das primeiras repúblicas latino-americanas, parece que mesmo um século depois, a velha doutrina estava atualizada e fazia parte da nova ordem de concretização do imperialismo norte-americano e o seu domínio sobre as repúblicas independentes, como destacaremos neste capítulo.

Nestes aspectos, também serão tratadas as ideias subjacentes a um conjunto de pensamentos que impregnavam a classe industrial e empresarial empenhada em sustentar um império econômico em constante desenvolvimento na América Latina, personificado, em exemplo, nas ações de Farquhar no Brasil,¹²² mas que não passou totalmente ileso das críticas à ideologia que congregava apologias aos grandes feitos do capital nesta fase.

Embora destacado como um proxeneta do progresso brasileiro, Percival Farquhar também será aqui estudado como o responsável pela exploração das riquezas naturais brasileiras, principalmente nas ações protagonizadas pelas suas empresas ligadas ao grupo da gigante *Brazil Railway Company*, que rasgou as florestas nativas do Norte ao Sul do Brasil, principalmente a floresta ombrófila mista na Região do Contestado, deixando um rastro de pobreza e de mortes entre a população alcançada pelo desenvolvimento e pelo progresso preconizado pelo capital.

¹²¹ BARAN; SWEEZY, 1966, p. 38. Grifo nosso.

¹²² Observar, por exemplo, a atuação de Minor C. Keith, acionista da BRC e, anteriormente, vice-presidente da *United Fruit Company*, que atuou na Nicarágua.

2.1 IDEOLOGIA CAPITALISTA E AÇÃO IMPERIALISTA NOS EMPREENDIMENTOS DE FARQUHAR

Quando a região do Contestado se tornou alvo do processo de acumulação do capitalismo imperialista, através da *Brazil Railway Company*, seu potencial produtivo já era percebido como promissor. O projeto de construção de uma ferrovia colonizadora que atravessava o meio Oeste de Santa Catarina e interligava o Brasil Meridional já estava concebido e os seus primeiros passos datam do ano de 1888, quando o engenheiro Teixeira Soares empreendia uma prospecção e meios para a realização da obra de engenharia de transporte moderna e ousada para o desafio que isso representava para o período final do Século XIX.

Um aspecto importante que precisa ser considerado carece de uma análise do imperialismo e a dimensão ideológica que justifica o estabelecimento de seus tentáculos sobre este espaço da América Latina. Trata-se de uma retórica constantemente reproduzida no campo das ideias de que a exploração decorrente torna possível o progresso e o desenvolvimento. Contudo, na realidade, as consequências provenientes são de miséria para a maior parte da população atingida; não foi diferente na Região do Contestado, onde a incursão do capital estrangeiro provocou a pauperização e a morte de milhares de pessoas.

A ideologia, como categoria de análise, permite considerar a visão de mundo da classe dominante. Ora, é imposto e reproduzido no pensamento, como em todos os outros aspectos sociais, o dever, mesmo que inconsciente, de defender e batalhar pelo modelo corrente burguês. O pensamento burguês serviu, desde o sucesso de sua revolução até hoje, à consolidação e manutenção de uma ordem. Como seria possível a glorificação das nações centrais e seus representantes sem considerar o preço de seu sucesso econômico e o consequente empobrecimento das populações periféricas?

Neste sentido, partimos de uma afirmação de BARAN (1966), criticando um modelo em construção:

As primeiras empresas gigantes foram organizadas [...] por uma classe de promotores financeiros, que se tornaram famosos na história americana como “barões ladrões”, “mongóis”, ou “**magnatas**” – denominações que refletem o sentimento popular de que o grande homem de negócios nos Estados Unidos, naquele período, assemelhava-se ao senhor feudal nos seus hábitos predatórios e a falta de preocupação pelo bem-estar público.¹²³

¹²³ BARAN; SWEEZY, 1966, p. 38. Grifo nosso.

Da fase imperialista do capitalismo é possível apreender que a manifestação do pensamento dominante se expressa junto ao que define esse estágio do sistema, que é a sua expansão para além das fronteiras nacionais que circundam seu núcleo. A ideologia para o imperialismo funciona como forma de amparar, no campo das ideias, um suposto benefício desse processo sobre os países atingidos; estes não são capazes de evoluir economicamente em termos capitalistas sem o auxílio de via dupla dos centros do sistema.

Já que o movimento da história é transformação e se direciona sempre à superação, a classe dominante, ameaçada pela tendência histórica, busca a amenização, por vezes, e a aceitação dos efeitos negativos de suas próprias contradições concretas, de suas falhas e de suas crises. É pelo povo, principalmente pelos pobres e pelos trabalhadores, *sui generis*, cuja sobrevivência, mas preponderantemente visível aos olhos dos observadores críticos. A venda da força de trabalho vai gerar o lucro, determinando o movimento da história. O custo disso, vem impiedosamente com as consequências sociais impostas pelo desenvolvimento do capitalismo, percebido em medidas muito maiores do que foi nas sociedades pré-industriais.

Na concepção de mundo burguesa ou, mais conceitualmente, na ideologia burguesa, o sistema político-econômico que a tem como classe dominante é concebido como um auge do desenvolvimento humano. Sua superação histórica – superação revolucionária que a própria burguesia fez uso na destituição da realeza – estaria limitada apenas a delírios utópicos de sua sucessora histórica, a classe trabalhadora, de qual é a parteira, como definiu Marx, e sem a qual sua existência não seria possível; é da classe trabalhadora, de seu trabalho, que advém o lucro capitalista.

O valor do capital é fruto do trabalho e a categoria trabalho é um fator exclusivamente humano que molda, cria, produz, modifica e recria a realidade, diante das suas necessidades sociais objetivas (determinadas, dentro de um sistema, de forma material). Portanto, o fruto do trabalho no capitalismo só pode ser gerado pela classe trabalhadora e o lucro do capitalista tem sua origem no não pagamento integral, em forma dos salários, do respectivo amonte de valor gerado pelo trabalhador.

A classe trabalhadora, por sua vez, tem sua gênese na expropriação dos meios objetivos da realização de seu trabalho e de sua subsistência. A expropriação dessas condições é o primeiro passo para a instauração do capitalismo, o que o marxismo define como ‘acumulação primitiva’, ou ‘*previous accumulation*’ em inglês.

Mesmo que, por vezes, esquecendo ou ignorando a História,¹²⁴ tanto em sua materialização na consciência pela produção científica como em sua fluência concreta na realidade, ocorre um movimento de transformação, uma dialética material onde tudo se transforma ou se desfaz ao vento. Nem os impérios Persa, Macedônico, Romano, Chinês e Mongol, ou até mesmo o chamado *Ancien Régime* francês durante o reinado de Luís XVI, que marca o ponto chave da Revolução Burguesa, suportaram o desenrolar histórico. Não é a burguesia, que o suportará. É apenas a classe que não necessita de uma classe inferior que se perpetuará. Mas a burguesia luta, lutou e lutará, como qualquer ser vivo, pela própria sobrevivência. A constante batalha ou a luta de classes, segundo Marx, resiste contra o seu antagonista histórico, a seja, a classe trabalhadora. Nessa luta, dentre os vários mecanismos ao dispor da classe dominante, está a ideologia.

Dizer que pensamos numa ideologia de forma objetiva, ou seja, como determinação da realidade, aponta uma perspectiva que sustentamos como uma constatação de que algo se constrói a partir da realidade e é por ela determinada. Então é possível aproximar uma realidade histórica, não sendo possível somente “explicar a práxis a partir da ideia, mas de explicitar as formações ideológicas a partir da práxis material”.¹²⁵

A Ideologia como categoria de análise, também precisa considerar a visão de mundo da classe dominante como categoria. No pensamento, como em todos os outros aspectos sociais, o dever, mesmo que inconsciente, parte da defesa do modelo corrente burguês. Com sua afirmação, a História teria encontrado sua forma acabada e seu percurso, a partir de então, iria progredir em direção do desenvolvimento *ad infinitum*. Concebido deste modo, o pensamento burguês serviu, desde o sucesso de sua Revolução até hoje, para consolidação e manutenção da ordem.

Enquanto classe dominante, a burguesia e os sujeitos que a representam detêm, necessariamente, o controle da totalidade dos aspectos da sociedade, o que inclui a sua

¹²⁴ História como categoria substancial, material ou concreta; ora, como realidade objetiva. Eis o “H” maiúsculo. Vale parafrasear Álvaro Vieira Pinto (1960): História não se resume no simplismo do passado; nós não “temos” uma história, nós somos nossa história. Sendo assim, é necessário que a ciência histórica, a historiografia, seja a reprodução da realidade no (e para) pensamento humano, não a imposição de pensamentos sobre a realidade. Apesar de nossas limitações como indivíduos, tal é nosso compromisso: a reprodução da realidade como tal, mesmo que afetada pela ignorância inerente à condição subjetiva do sujeito. Contudo, é nessa limitação que o compromisso científico deve ser exaltado; é pela superação, pelo real desenvolvimento da classe; é através da constante autocrítica e revisão, sem a qual, apesar das insistentes constatações de uma parcela da academia acomodada na condição privilegiada de *status* ‘superior’ aos trabalhadores ‘comuns’ (mantidos na ignorância pela hegemonia ideológica sistema), que a ciência se revela seu propósito. Querendo ou não, o propósito só se revela na classe.

¹²⁵ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**: Feuerbach – a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2005. 65-6.

consciência para exercer o controle do processo da produção como forma de difusão de seu pensamento. Portanto, na totalidade de um tempo histórico, em toda sua amplitude, existe uma consciência dominante, no caso do capitalismo, um pensamento burguês manifestado em sua condição de classe e que controla, também, a produção e a difusão de suas ideias.¹²⁶

A intelectualidade burguesa cumpriu o seu papel fundamental na formação e manutenção da sua ideologia, mas a ascendência de seu modo de produção gerou contradições em todos os seus aspectos, inclusive em suas ideias. Dessa concepção advinda do princípio do século XIX, a configuração da realidade, do todo e da verdade se mantiveram ideologicamente e, como auge do pensamento burguês, algumas convergências se apresentaram no decorrer da história.

Um dos pontos de origem do nascimento da ideologia burguesa veio do idealismo da filosofia hegeliana, ou “ideologia alemã”, que, no sentido histórico das determinações do capitalismo, se consolidou abstraída de outras intelectualidades burguesas determinantes como os economistas ingleses e os revolucionários franceses,¹²⁷ que fundamentaram o desenvolvimento, a ciência e a concepção de mundo da burguesia. Os componentes dessa formulação do todo, a “substância”, que é “a obra universal que, mediante o agir de todos e de cada um, se engendra como sua unidade e igualdade, pois ela é o ser-para-si, o Si, o agir” e se faz “justa e imutável”; mas no indivíduo, no momento de sua ação, “é a essência que se dissolveu, a essência bondosa que se sacrifica”, e nisso “cada um executa sua própria obra, despedaça o ser universal e dele toma para si sua parte”; contudo é, de fato, esse “o movimento e a alma da substância, e a essência universal efetuada. [...], a essência efetiva e viva”.¹²⁸ É no movimento da totalidade – do *geist*¹²⁹ – expresso na ação do conjunto da(s) consciência(s) que se efetuará a verdadeira e manifesta essência. Mas não é o (sujeito) intelectual aristocrata que veio a abalar a filosofia hegeliana, dialética e concretamente, já que este atua limitado ao campo idealista e acaba por alienar a História e seu progresso à mera abstração conceitual. São as próprias contradições, criadas em seu desenvolvimento histórico e a percepção destas pelas classes antagônicas (dominadas) que abarcaram as bases empíricas e concretas para sua superação pelo materialismo:

As ideias [...] da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual, o que faz com que sejam a ela submetidas, [...], as ideias daqueles que não possuem os meios de produção

¹²⁶ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl, 2005.

¹²⁷ ENGELS; MARX, 2005.

¹²⁸ HEGEL, G. W. F.. **A Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 2003. p.305.

¹²⁹ Espírito.

espiritual. As ideias dominantes são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, [...] [e] compreendidas sob a forma de ideias; são, [...], a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são, [...], as ideias de sua dominação.¹³⁰

Inserida nessa ordem e, portanto, sendo condicionalmente determinada pela sua ideologia, a intelectualidade burguesa,¹³¹ munida de seus quadros atuantes nas mais diversas áreas do conhecimento e da ciência, deve funcionar de acordo com as necessidades e os alicerces que sustentam o modelo.¹³² Seu trabalho é regido de acordo com as leis basilares do capital e deve infringir o efeito necessário requisitado por determinada situação e suas contradições. E pelas contradições inseridas em determinada situação, ou seja, nas condições concretas da realidade social, busca-se um ‘diagnóstico’ visando possíveis resoluções, estas sempre em favor da manutenção do sistema.¹³³

Para a historiografia do capitalismo, em termos dialético-materialistas, consideramos qualquer estudo voltado para a análise do passado, entre outros aspectos, remetendo aos avanços e problemas consequentes da expansão do sistema dominante e de sua classe constituinte. Olhando para escrita da história da América Latina, quando se faz contaminada pela ideologia capitalista, esta tende a considerar, em suspeita demasia, a (bem-vinda) bem-feitoria dos representantes da burguesia central, que fornecem aos países subdesenvolvidos e dependentes, onde o atraso é insuperável devido à limitada competência de seus povos, as migalhas tecnológicas de infraestrutura.

Dentre tantos casos da atividade imperialista, na órbita do centro do sistema que são justificados pela produção intelectual ou acadêmica como benéficas e em favor do desenvolvimento, encontramos na Região do Contestado, os empreendimentos de Percival Farquhar e a sua *Brazil Railway Company*.

Nosso objeto de estudo encontrou base de fundamentação, entre outras tantas fontes, numa biografia de Farquhar escrita por Charles A. Gauld (2006), cuja clareza nos seus aspectos relatados, reflete pontos da ideologia que permeia uma apologia aos grandes feitos, declarada já no título do estudo biográfico: O Último Titã: um empreendedor americano na América

¹³⁰ ENGELS; MARX, 2005, p. 86.

¹³¹ Presente não somente no espaço acadêmico, mas em qualquer meio que possibilite a ‘atualização’ e propagação ideológica.

¹³² Para evitar interpretações indesejadas é necessário afirmar que evitamos generalizações direcionadas a indivíduos. Estamos tratando de uma categoria determinante da ordem vigente da qual a totalidade dos indivíduos e das instituições estão suscetíveis.

¹³³ Como exemplo podemos citar a famosa teoria econômica desenvolvida por John Maynard Keynes (1883-1946), que viu no protecionismo estatal e sua interferência na economia, em antagonismo com a livre concorrência, uma possibilidade de resolver as contradições do capital que originaram na Crise de 1929.

Latina, cujo teor aponta o trajeto percorrido por Farquhar, desde a vivência no ambiente familiar até seus últimos momentos.

Nesse percurso biográfico é sempre perceptível a tendência em exaltar a perspicácia do magnata, suas habilidades quase divinas como empreendedor e, acima de tudo, os resultados da contribuição para o desenvolvimento de regiões e países onde executou seus empreendimentos. Contudo, a representação de Farquhar, por Gauld (2006), foi apenas uma das obras que apresentou tal postura maculada com relação à atuação imperialista na América Latina.

No mesmo sentido, o próprio Farquhar, publicou um artigo denominado *South America and Investments* na *The North American Review* em 1916, onde expressou os interesses dos EUA sobre a América Latina para a expansão de seu domínio e dos lucros de sua classe imperialista.¹³⁴

Encontramos em Gauld (2006) uma construção de um personagem digno do mito do homem branco civilizador e as consequências de sua atuação nos espaços em que atuaram suas empresas. Problematizamos a partir de estudos sobre as transformações, em termos de desenvolvimento produtivo, a partir do severo impacto social percebido, principalmente na região do Contestado.

2.2 DO NORTE AO SUL DO BRASIL O CAPITAL FERROVIÁRIO RASGOU O TERRITÓRIO BRASILEIRO

A miséria é o preço do avanço do capital e este é pago pelos próprios miseráveis através de sua pauperização; é pela extração de suas riquezas e na exploração de seu trabalho. Este preço jamais pode se justificar concretamente, mas o pode no campo das ideias. Ora, na expansão da ordem capitalista pelo globo, levar os benefícios de seu desenvolvimento às regiões ainda ‘bárbaras’ ou “atrasadas” (relativamente à ótica burguesa) é a justificativa ideológica para a exploração imperialista estruturalmente necessária.

O esforço para tal é fácil de ser percebido pela observação crítica, porém é assombroso a ponto de ignorar e, insistir em ignorar nas formas mais grosseiras, os efeitos devastadores sobre a sociabilidade das áreas engolidas pelo imperialismo. Para a ideologia burguesa como mecanismo do capital é mister que tal processo seja apresentado, ainda que ilusoriamente, como benéfico.

¹³⁴ FARQUHAR, Percival. *South America and Investments*. *The North American Review*, vol. 203, no. 724, 1916, p. 397–402. Disponível em: www.jstor.org/stable/25108760. Acessado em: 25 Jun. 2021.

O processo deve corroborar conceitualmente nas determinações do capitalismo como inevitáveis, apresentadas como símbolo de avanço e de florescimento dos povos acometidos e forçosamente consentidos pela expansão do sistema, através de seus representantes e suas células ou tentáculos, por todas as partes do mundo.

Marx (2017) afirmou que o destino de todos os cantos da Terra era adentrar no modelo capitalista, ou serem absorvidas por ele, como determinação histórica. Contudo, apesar deste não ser proposto um destino escatológico, essencialmente inevitável historicamente e isso se concretizaria puramente pelo caráter expansionista do capital.¹³⁵ Ainda, na concretude histórica antagônica às alienadas atribuições desenvolvimentistas desse processo, é preciso afirmar que, mesmo com a retórica de desenvolver economicamente as regiões alvos, não se efetua qualquer forma de desenvolvimento de seus povos. Desenvolveram-se os meios produtivos, mas não a população, cuja força de trabalho e os recursos de suas terras serviram para satisfazer as condições e exigências impostas pelo capital.

Na Região do Contestado, o desenvolvimento chegaria através de uma extensa e intensa incursão imperialista na América Latina, sob o comando de Percival Farquhar, um engenheiro norte-americano de cultura quacre que adentrou no ramo do alto empreendedorismo do período. Em busca de explorar as riquezas da América Latina, um verdadeiro “Eldorado” em termos de recursos, os empreendimentos de Farquhar deixaram, além da marca do fracasso financeiro,¹³⁶ um rastro de miséria e mortes por onde atuou.

Se considerarmos os custos humanos consumidos pelo capital na Amazônia para a extração da borracha, que fracassou com a queda dos preços da matéria-prima amazônica consequente ao avanço de sua produção na Malásia e na Região do Contestado, no processo de expropriação das terras devolutas e na guerra contra a resistência cabocla, concretamente somamos aproximadamente 15 mil mortes atribuídas a doenças, chacinas e miséria. Sem lembrar tristemente nas consequências históricas do evento que perduram até o momento atual.

¹³⁵ Interpretações podem sugerir certo determinismo na afirmação de Marx como um processo teleológico ou, até mesmo, escatológico. Contudo, devemos considerar essa questão na própria esfera capitalista em sua expansão, que, para Marx, se expandiria (como se expandiu), por todo o globo.

¹³⁶ Autores como Lanna (2005) atribuem o fracasso dos empreendimentos de Farquhar às especulações fraudulentas que regeram, em parceria com corruptos e entreguistas políticos brasileiros, suas empresas. Porém, se analisarmos as tendências da BRC entre 1910 e 1912 perceberemos um sucesso considerável. Nessa ótica, outro fator que poderia determinar a queda da BRC mais expressivamente seria a crise que assolou o capital financeiro na Europa. Nos documentos analisados não há sinais de discurso visando fraudes, mas a exploração concreta das riquezas do continente, apesar de que para tal o capital financeiro era indispensável e foi fortemente utilizado por Farquhar. Claro que o capital de crédito extrai seus lucros a partir dos juros que não levam em conta, necessariamente, a extração concreta de riquezas. Em síntese, o megaempresário acaba como refém das determinações do capital financeiro como, conseqüentemente, seus empreendimentos.

No atual Estado de Santa Catarina, segundo dados do IBGE (2010) o IDH de alguns municípios que foram atravessados pela EFSPRG e palco da Guerra do Contestado apresentam certa peculiaridade. Considerando a média estadual de 0,774, e nacional de 0,761, apesar de não ser este o nosso objetivo principal de estudo e análise, são visíveis as consequências do contexto histórico em análise de tempos diferentes, sobre o mesmo espaço. Exemplos pontuais são possíveis observar nos municípios de Calmon (IDH: 0,622), Lebon Régis (0,645), Capão Alto (0,654) e Matos Costa (0,657), temos uma média no IDH de 0,645, que é considerado médio pela estatística oficial, mas que, sendo o mesmo do município de Lebon Régis, seria equivalente, dentre os 293 municípios do estado, a 286ª posição nesse ranking; ou o 8º pior índice de Santa Catarina.¹³⁷

O passado histórico deste mesmo espaço, encontra justificativa ideológica de que este povo latino-americano foi, genericamente, entendido como incapaz de promover qualquer desenvolvimento produtivo (nos moldes capitalistas) e, por isso, foi considerado pelo próprio Farquhar, assim como por outros grandes capitalistas e pelos entusiastas idealistas que os defendiam, como preguiçoso e não confiável.

Farquhar, defendendo as supostas características, foi capaz de estabelecer relações ‘diplomáticas’ cabíveis para seus interesses que possibilitaram “enorme sucesso [...] em lidar com latino-americanos nacionalistas e hipersensíveis”.¹³⁸ Essa ‘habilidade’ atribuída ao empresário evidencia a proposta de seu biógrafo em elevar a figura de Farquhar à posição de bem-feitor, apesar da postura hostil e retrógada atribuída à América Latina; é o papel do “branco civilizador” quando adentra em territórios atrasados ou primitivos e, com todo o altruísmo que a consciência humana pode conceber, apresenta-lhes o progresso.

Tamanho bem-feitoria esta, que qualquer inconcebível reação nacionalista da política brasileira foi acusada de xenofóbica (e ingrata) quando críticas ao magnata foram apresentadas. Por que estaria uma parcela do parlamento contra Farquhar se o mesmo esteve promovendo “o casamento de capital e tecnologia da América do Norte com os recursos subdesenvolvidos da América Latina”,¹³⁹ possibilitando o desenvolvimento de seus meios produtivos? Essa é a rasa contradição idealizada por Gauld (2006). Ora, Farquhar seria capaz, nesses termos, de transformar o Brasil e a América Latina em grandes fontes de riqueza; então, qual seria o motivo da hostilidade?

¹³⁷ Vale afirmar, ainda, que entre os 5.565 municípios do Brasil, essa média é relativa à 3653ª posição e 0,116 pontos abaixo da média nacional e 0,129 da média estadual. (IBGE, 2010.).

¹³⁸ GAULD, 2006, p. 40.

¹³⁹ GAULD, 2006, p. 97.

Além da pauperização da população das regiões exploradas, caboclos e mestiços em grande parte, tanto na Amazônia quanto em Santa Catarina, ou expulsos das terras adquiridas pela companhia, o Estado brasileiro se encontrou numa difícil situação financeira, obviamente, observando a configuração dos gigantescos empreendimentos de Farquhar, cujo financiamento pelo crédito (em grande parte) europeu seria pago pelo Estado brasileiro e as riquezas produzidas tinham destino à exportação, ou seja, direcionadas em sua totalidade ao mercado estrangeiro, não haveria, por um lado, a concentração de riquezas nesses locais, impossibilitando o seu desenvolvimento concreto, e por outro, sugaria, de qualquer forma, a riqueza estatal através do pagamento do crédito. Assim, mesmo que a hipótese de Lanna (2005) esteja correta e tudo não passou de um negócio fraudulento sem necessidade de exploração efetiva, o imperialismo esteve, em todo esse percurso, satisfazendo sua necessidade acumulativa. Claro, na perspectiva concreta nacional, pouca diferença faz se o roubo imperialista é realizado por meio da extração material ou por meio do dinheiro. O que é certo é que houve uma evasão das riquezas nacionais.

Antes de fundar a BRC, Farquhar já havia efetivado empreendimentos em Cuba (*Cuba Railroad Company*) e na Guatemala (*Guatemala Railway*) e em 1904 construiu no Rio de Janeiro e na Bahia as *Tramway Light & Power*. Nestes casos, Farquhar já foi apontado por Gauld (2006) como grande responsável pelo desenvolvimento desses países; possibilitou o acesso a artifícios tecnológicos ainda não disponíveis e teria elevado as condições de vida da população através da conseqüente (e suposta) geração de empregos, além do avanço em infraestrutura de cidades com suas empresas de serviços públicos.

Quando se voltou para o Brasil em 1904, “o quacre de Nova York teve o sonho de acordar o gigante [...] para o desenvolvimento do século XX”.¹⁴⁰ Claro: durante toda a sua história (e no presente) os recursos naturais e humanos do Brasil possibilitaram grande extração de valor e lucro.

No ramo das ferrovias, a ambição de Farquhar na América Latina teve a sua primeira idealização no ano de 1906 durante a 3ª Conferência Pan-Americana. O interesse original exposto nas suas edições anteriores propunha “uma ferrovia americana unificada e organizada por um mesmo órgão central”, o que se mostrou, então, inalcançável; sugeriu-se, portanto, “a reunião de sistemas regionais de integração [...], retomando-se [...] projetos já existentes”.¹⁴¹ Farquhar foi o capitalista mais próximo de atingir a proposição original da Conferência Pan-

¹⁴⁰ GAULD, 2006, p. 106.

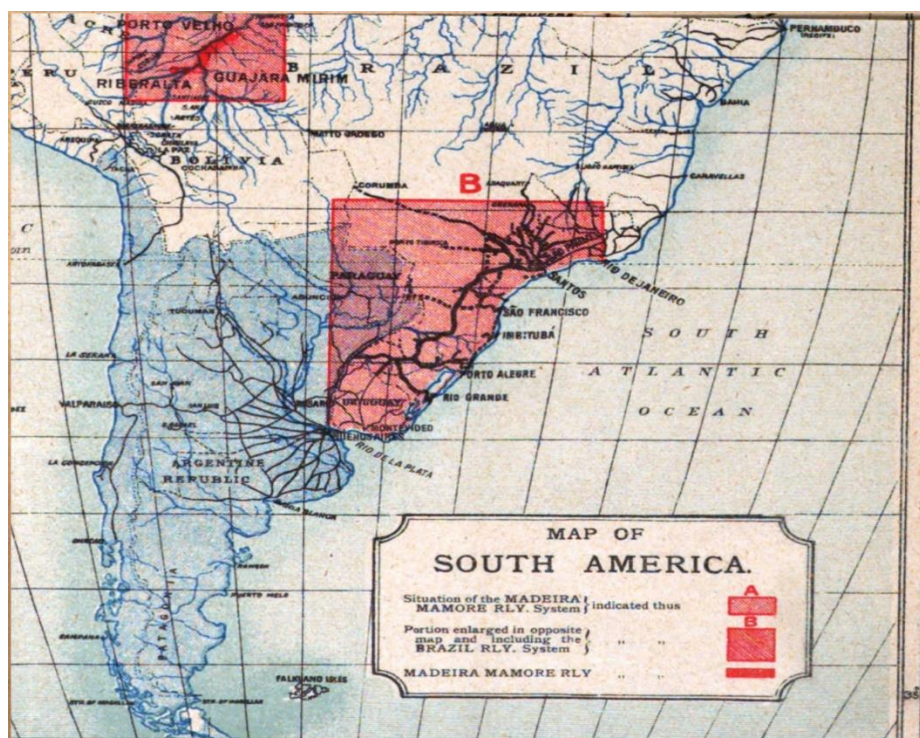
¹⁴¹ ESPIG, 2008, p. 126.

Americana para as ferrovias, e não apenas na construção e administração das linhas, mas em todo o ciclo produtivo e de circulação dos produtos através delas.

Por sua ambição, Farquhar circulou “ano após ano por especuladores que lhe ofereciam concessões e propriedades no Brasil”. Estava em busca de “consolidar sua reputação” como magnata¹⁴², o que se efetivou nos anos seguintes a 1906, tendo seu auge em 1912. Farquhar obteve, junto a seus empreendimentos, cerca de 5,6 milhões de hectares de terra¹⁴³ a estes circundantes.

O auge do poderio do magnata, em 1912, coincide com a conclusão de dois dos seus principais objetivos: a exploração da borracha na Amazônia, principal ponto de extração no mundo, e das riquezas da região sul do Brasil. Para isso, em 7 de setembro de 1906 registra na cidade de Portland, em Maine (EUA), a *Port of Pará* e a *Brazil Railway Company* com o intuito de controlar a economia dessas regiões através de empresas subsidiárias.

Mapa 1 (incompleto).



Fonte: BRAZIL RAILWAY COMPANY, 1912, p. 25. Recorte nosso. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uiug.30112110986939&view=1up&seq=6>. Acesso em: 21 nov. 2019.

¹⁴² GAULD, 2006, p. 132.

¹⁴³ GAULD, 2006, p. 194.

Dessas duas companhias derivaram duas filiais que nos interessam aqui: as estradas de ferro Madeira-Mamoré¹⁴⁴ e a São Paulo-Rio Grande – vale lembrar que nosso estudo específico não é a *Port of Pará*, mas a BRC.¹⁴⁵ Ambas as ferrovias, que ligavam os pontos de exploração para transportar produtos até os portos com destino à exportação, representaram (talvez) os maiores trunfos de Farquhar em seu auge, porém ainda “pequeno[s] segmento[s] do imenso império dos transportes” que planejava criar.¹⁴⁶ O controle da circulação de produtos determinou, em termos monopolísticos, o controle dos preços e, conseqüentemente, o domínio econômico. Gauld (2006) cita:

E Chateaubriand acrescentou: “[...] o mais completo organismo econômico jamais desenhado pela livre iniciativa de nosso país [Brasil] – frigoríficos, projetos de colonização, madeireiras e fazendas de gado foram todos planejados ao longo de suas ferrovias que se dirigiam para o interior a partir dos portos que Farquhar construiu. Tudo estava dimensionado numa escala grande demais para o Brasil daquela época poder apreciar”.¹⁴⁷

O magnata buscou o controle a totalidade do processo produtivo pela exploração, industrialização e circulação de produtos das empresas por ele implementadas. Teria, de acordo com a literatura, quatro meios de geração de lucros divididos entre portos, ferrovias, indústrias e a venda das terras adquiridas.¹⁴⁸

A exploração da borracha, que era o principal objetivo de Farquhar na Amazônia e que a Madeira-Mamoré e o Porto do Pará serviriam para escoar esse produto, representava, na primeira década do início do século XX, 28% da exportação do Brasil, enquanto a produção de café, nosso principal artigo, representava 70% do total no mundo.¹⁴⁹ Entre 1900 e 1910, a produção de borracha na Amazônia tinha uma média anual de mais de 34 mil toneladas e um valor aproximado de 220.000:000\$000 réis, ou quase 14 milhões de libras esterlinas.

¹⁴⁴ “No final de 1908, Farquhar estava entusiasmado com as estatísticas que mostravam que o território do Acre havia exportado mais de 20 milhões de dólares de borracha; o estado do Amazonas, cerca de 20 milhões; o estado do Pará, 14 milhões. O *boom* amazônico era balizado por esse rio de ‘ouro negro’. A alfândega, em Manaus e Belém, havia coletado 12,5 milhões de dólares. Dessa entrada de dinheiro dependia, em grande parte, a capacidade do Brasil de remunerar os capitais investidos no porto e na ferrovia que estavam sendo construídos pelo empreendedor americano” (GAULD, 2006, p. 139).

¹⁴⁵ Vale lembrar que nosso foco não é a *Port of Pará* ou a Amazônia, mas a *Brazil Railway Company* e o Contestado. Contudo, por estas companhias e regiões estarem sob o controle do Sindicato Farquhar, uma breve comparação pode ser útil.

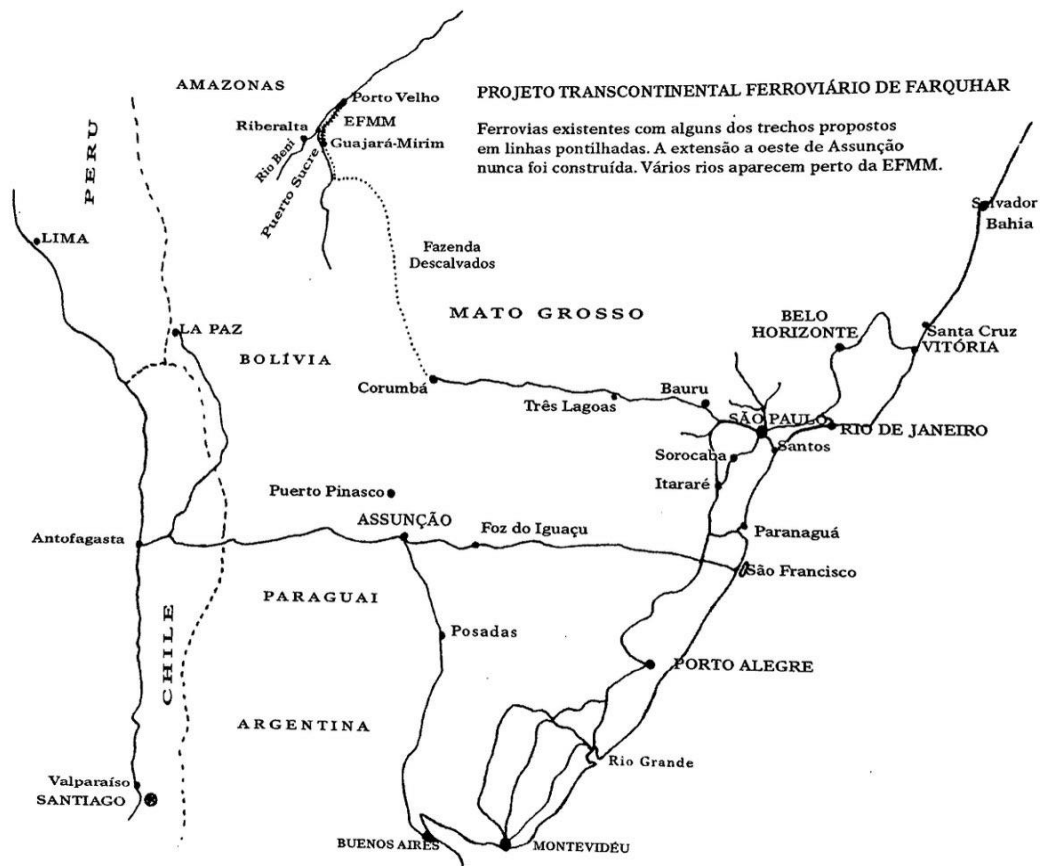
¹⁴⁶ GAULD, 2006, p.199.

¹⁴⁷ GAULD, 2006, p. 200.

¹⁴⁸ DIACON, Todd A. *Millenarian Vision, Capitalist Reality: Brazil's Contestado rebellion* (1912 – 1916). Durham: Duke University. 1991. p. 44.

¹⁴⁹ PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**.

Mapa 2



Fonte: GAULD, Charles A.. **O Último Titã: um empreendedor americano na América Latina**. São Paulo: Cultura. 2006. p. 224.

Em síntese entre os contextos das duas ferrovias, abstraímos determinações interessantes para o entendimento da atuação desse representante do imperialismo. É curioso que tanto na região amazônica como no Sul do Brasil, a atuação de Farquhar foi narrada com superação de obstáculos até então intransponíveis por empresários e engenheiros anteriores.

As características naturais das terras a serem atravessadas pelas ferrovias construídas pela BRC – lembrando que na EFSPRG apenas o trecho entre os rios Iguaçu e Uruguai ficaram sob a incumbência da companhia – dificultavam o trabalho dos engenheiros anteriores, cabendo à companhia sua superação. Na Amazônia, onde investiu cerca de 70 milhões de dólares, e no Contestado,¹⁵⁰ Farquhar, junto de engenheiros norte-americanos e maquinários que só o grande capital poderia bancar e fornecer, concluiu as ferrovias entre 1910 e 1912.¹⁵¹ Ambos os

¹⁵⁰ GAULD, 2006, p. 133.

¹⁵¹ Vale citar aqui: “[...] os jornais de Belém criticavam a [Farquhar] por importar dormentes creosotados de eucalipto comum e de eucalipto *jarrah* da Austrália para a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Achavam eles que

empreendimentos acabaram fracassando dentro de pouco tempo, sendo na Amazônia em 1912, com a queda dos preços da borracha no mercado internacional, e no Sul entre 1913 e 1914, em decorrência das crises do capital financeiro europeu e da economia brasileira.

Apesar do curto período de tempo em atividade, com crescimento satisfatório para o capital, as consequências na sociabilidade foram severas e estruturais. Ora, junto à tecnologia e técnicas novas trazidas para a realização dos projetos¹⁵² de Farquhar e o salto no capitalismo regional, as condições da população dessas localidades, os “seringueiros mestiços esfarrapados”¹⁵³ da Amazônia e os “camponeses sem-terra”¹⁵⁴ do Contestado, inclui, em síntese, uma ampla movimentação humana para trabalho.

Ainda, a magnitude dos empreendimentos de Farquhar, por sua vez, absorvia grande parcela dos recursos necessários para a satisfação das necessidades humanas locais, além de incorporar largo contingente de caboclos/brasileiros cujo trabalho a ser explorado era aplicado em atividades não (tanto) qualificadas, enquanto o trabalho mais ‘técnico’ envolvido em atividades como engenharia ou topografia cabia, mais frequentemente, a profissionais estrangeiros.

Especialmente para as ferrovias foram mobilizados milhares de trabalhadores vindos de vários cantos do Brasil e do exterior. Na construção do trecho Marcelino Ramos – Porto União particularmente, a mão-de-obra empregada não era local, mas oriunda de outras regiões do país; o trabalho qualificado era estrangeiro.

De acordo Espig (2008), os trabalhadores da BRC na EFSPRG, aqueles diretamente empregados pela BRC, mão-de-obra qualificada, como engenheiros ou mestre-de-obras, eram minoria em contraste à parcela empregada na construção da linha. Esse material humano não contratado pela companhia era organizada por terceiros. Estes últimos, chamados de ‘taifeiros’, comandavam conjuntos de trabalhadores já recebidos em ‘turmas’. Trata-se, basicamente, de uma terceirização.

poderiam ser utilizadas as madeiras de lei locais. Farquhar havia tentado obtê-las nas proximidades de Belém, mas achou o custo excessivo, pois **os trabalhadores viviam doentes e não eram dignos de confiança**” (GAULD, 2006, p. 141. Grifo nosso).

¹⁵² Sobre a construção do porto no Pará, Gauld (2006, p. 139) afirma: “Os mergulhadores britânicos tiveram de assentar os grandes blocos de concreto em meio às correntezas barrentas das águas agitadas. Dragas britânicas especiais, capazes de trabalhar a 14 metros embaixo d’águas, criaram o canal e a bacia de giro, aterrando a área de 280 mil metros quadrados destinada aos armazéns. A maior parte da mão-de-obra era local, treinada pelos ingleses”.

¹⁵³ GAULD, 2006, 155.

“[...] os homens da ‘sub-raça’ amazônica, altamente miscigenada, eram geralmente magros, pálidos e apáticos. Mas as jovens eram langorosas, exibiam ricas variações de moreno e curvas notáveis”. (GAULD, 2006, p. 140).

¹⁵⁴ GAULD, 2006, p. 277.

Uma particularidade da construção da Linhas Sul da EFSPRG foi a divisão em empreitadas relativamente curtas. Esta estratégia certamente devia-se à grande pressa dos trabalhos. Arregimentando um número significativo de taifeiros, que assumiam ao mesmo tempo variados trechos, o processo de construção era agilizado. [...], [entende-se] que a direção da empresa era diretamente responsável pelos engenheiros e pagava-lhes o salário; o taifeiro, entretanto, responsabilizava-se pelos demais trabalhadores, incluindo aí mestres de obra, feitores e operários (“turmeiros”).¹⁵⁵

O curto período de trabalho desses chamados “turmeiros” mencionado por Espig (2008) impelia, muitas vezes, após a dispensa de suas empreitadas, a circulação desses contingentes na região. Paulo Pinheiro Machado (2004), por outro lado, apresentou que houve a incorporação de trabalhadores locais para serviços mais brutos, sendo largados à própria sorte após a conclusão dos trabalhos, já que as terras próximas à ferrovia passaram para a posse da BRC, que garantia seu controle por meios violentos.

O engajamento de Farquhar pela evolução da exploração capitalista detinha certa atenção sobre o trabalho: era necessário seu maior aproveitamento e custo benefício. Sobre isso, o caso dos trabalhadores na Madeira-Mamoré, dos quais é registrado a morte de milhares pelas doenças recorrentes na Amazônia:

Em 1910, os funcionários que trabalhavam na construção do porto ameaçaram debandar por causa da febre amarela. Farquhar decidiu agir, principalmente por que o saneamento de Belém tornaria mais fácil a venda dos títulos no exterior. [...] pediu [...] que pedissem emprestado ao Governo Brasileiro o afamado Dr. Oswaldo Cruz, que, em 1906, utilizando métodos americanos, havia erradicado a febre amarela no Rio de Janeiro. [...] Oswaldo Cruz visitou Belém e a Madeira-Mamoré com a finalidade de supervisionar a eliminação dos criadouros de mosquitos de febre amarela e malária. Em consonância com a reserva então comum aos operadores de Wall Street, Farquhar nunca fez publicidade de seu generoso ato. Assim, nunca recebe nenhum dos numerosos artigos mencionando os feitos de Cruz.

Como é lógico do capital, o cartel de Farquhar visava sempre à elevação dos lucros, o que se expressa, também, nos gastos com mão-de-obra. Ora, como já apresentamos, o capital enquanto valor que valoriza a si mesmo, exprime as determinações para seu funcionamento na exploração do trabalho sem que este seja relevado. Exalta-se não o esforço humano através do trabalho, mas os fins dos que dele se utilizam para a acumulação; exalta-se a própria acumulação, mascarando-a como progresso ou avanço social que engole os povos atingidos para dentro de sua lógica de exploração; aliena-se, portanto, para sua justificativa.

Ainda, em caso de não absorção dessas populações para a exploração capitalista, defrontam-se, então, desamparadas pelas transformações no seu ambiente; seus membros

¹⁵⁵ ESPIG, 2008, p. 255.

expulsos pela violência ou pela destruição dos meios de subsistência. Ora, a “expropriação massiva é, [...], condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista”¹⁵⁶ e a ideologia apenas encobre sua materialidade.

2.3 UMA CÉLULA DO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO

Theotônio dos Santos (1977) definiu as empresas multinacionais como “células do imperialismo”. Ou seja, são mecanismos singulares de extração de riqueza da classe dominante de um país central. Nosso objeto de estudo tem nos EUA o país sede. Aqui buscamos relacionar Farquhar com seu Estado-Nação na procura de respostas no sentido de entender como este último se coloca como determinante. Partimos, principalmente, das narrativas por Gauld (2006) sobre a importância de Farquhar e sua incursão no Brasil para o conjunto da burguesia estadunidense.

A BRC foi registrada no ano de 1906 na federação estadunidense de Maine, inserida no contexto de turbulência enfrentado no país. A escolha desse estado, uma espécie de paraíso fiscal, se deu por atribuições maleáveis de sua legislação sobre a criação de sociedades por ações. A lei não exigia nenhum montante correspondente em dinheiro para a constituição do capital social de uma sociedade, “admitia-se a constituição e o registro de uma empresa sem que tivesse ocorrido a integralização em dinheiro de qualquer parcela do capital” e, assim, a BRC, “embora tivesse um capital autorizado substancial [...], não recebeu, em sua constituição, aportes de dinheiro expressivos”.¹⁵⁷ Isso corresponde ao papel do capital alienado em forma fictícia do crédito do capital financeiro, sem o qual as grandes empresas do período não seriam capazes de se concretizarem. Flávio A. M. de Saes (1989) complementa:

A operação seguinte constituía a primeira fonte de grandes lucros para os fundadores da empresa: obtida a concessão de algum serviço público, a empresa pagava *em ações* aos indivíduos que haviam obtido a concessão (no caso, seus fundadores), como pagamento por gastos e serviços prestados. Mesmo que tais serviços tivessem um *valor*, tudo indica que o grupo fundador acabava por absorver a totalidade das ações representativas do capital da

¹⁵⁶ FONTES, 2010, p. 22.

¹⁵⁷ SAES, Flávio Azevedo Marques de. Investimentos franceses no Brasil: o caso da Brazil Railway Company (1900-1930). *Anais.. São Paulo: Fea-Usp, 1989. p. 26. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18570>. Acesso em: 27 set. 2021.*

empresa sem efetivamente despende uma soma de dinheiro equivalente ao capital.¹⁵⁸

Permitiu-se que as concessões obtidas fossem realizadas por meios de acordos com as indústrias que adquiriam, não pagando seus acionistas em dinheiro. Graças a isso, a companhia pôde iniciar seu funcionamento sem um capital fundador autorizado em dinheiro, o que não era permitido no Brasil, por exemplo.¹⁵⁹

A base legal sobre a qual a BRC foi registrada permitia uma ampla margem para manobras financeiras. Sendo assim, pareceu viável entender essa questão e considerar a conjuntura interna dos EUA no período e o papel de seu Estado, sendo suas leis, artifícios de seu propósito na sociedade burguesa, o que também pode nos permitir algumas considerações a que este estudo para possibilitar.

O contexto em que nosso objeto de pesquisa está inserido foi marcado pela ascensão do poderio econômico dos Estados Unidos, então direcionado a assumir o posto que antes foi ocupado pela Inglaterra e outros países europeus, mas ainda usufruindo, como é refletido no caso de Farquhar, do capital acumulado na Europa. Seguindo a lógica da acumulação capitalista cujo vetor esteve, até a consumação dos Estados Unidos como potência, direcionado à Europa, qualquer empreendimento desta natureza utilizava, em certa medida, da emissão de crédito proporcionado por esta última.

Farquhar, junto ao seu grupo de interesses, não poupou esforços e abusou dessa possibilidade. Assim, entre 1905 e 1920, houve a instauração de 138 empresas ligadas ao cartel (ou Sindicato Farquhar),¹⁶⁰ o que representa uma escalada não apenas do imperialismo norte-americano através de Farquhar, mas também das possibilidades de inversão do capital financeiro.

O avanço dos EUA, através de suas empresas multinacionais, foi descrito por Torres (2002) como “sedentos de iniciativa e ardentes de audácia, [...], tentando explorações e empreendimentos, ansiando por engrandecer”, enquanto os países alvos se conformavam, “vagarosos e seguros, [...], absorvidos no zelo e nos cuidados [...] do aperfeiçoamento”.¹⁶¹ Sobre isso Valentini afirma:

[...] a formação de empresas gigantes é decorrente dos avanços do capitalismo que requer a conquista de novos mercados, objetivando não só a exportação de mercadorias para os países periféricos, mas principalmente a exportação de capitais para a manutenção da taxa de lucro elevada. É nesse contexto que

¹⁵⁸ SAES, 1989, p. 27.

¹⁵⁹ SAES, 1989.

¹⁶⁰ VALENTINI, 2015, p.63.

¹⁶¹ TORRES, 2002, p. ??.

acontece o estabelecimento do Grupo Farquhar no Brasil, presença esta que se dará sentir em amplos setores da Economia brasileira, a partir do início do século XX.¹⁶²

A exportação de mercadorias oriundas dos centros desenvolvidos para a periferia expressa o menos eficiente mecanismo para a geração de lucro para o monopólio. Isso porque não é possível comercializar mercadorias amplamente, onde a maioria da população (trabalhadora), devido aos pífios salários recebidos, não possuía, conseqüentemente, capacidade equivalente de compra. A comercialização de mercadorias girava em torno das classes mais abastadas, cuja renda permitia a compra. Assim, a geração de lucro estaria limitada dentro comercialização interna do país alvo.

É certo que as inversões de capital na forma de crédito – ou “capital portador de juros”, como definiu Marx (2017), foram determinantes para os objetivos do monopólio, mas vale ressaltar, além disso, que mesmo tendo fracassado em um curto período de tempo, os empreendimentos de Farquhar no Brasil visavam, de acordo com o que está expresso em suas idealizações, um forte domínio econômico no campo produtivo e na extração de matérias primas.

Lanna (2005) afirmou que “era um excelente negócio construir ferrovias, mas não explorá-las”,¹⁶³ o foco estava direcionado ao capital financeiro dos investidores. Mas podemos reconfigurar essa frase para: “era um excelente negócio **financeiro** ferrovias, não importando se houvesse sua exploração efetiva”. De fato, o que era interessante para o crédito era converter o capital alienado como mercadoria em fonte de lucro através dos juros; é correto dizer que isso se efetivou graças às garantias de juros pagas pelos Estados dos países alvos, como foi proposto pela mesma autora.

Uma observação pontual e concreta que comprova esta tese foi revelada por Gauld (2006) quando narrou que “os banqueiros parisienses [financiando o empreendimento de Farquhar na EFSPRG] queriam obras rápidas e lucros imediatos”, pois construções qualificadas exigem, logicamente, mais tempo e proporcionam um “retorno lento [relativo às suas exigências]”.¹⁶⁴ Sobre o caráter financeiro do capital investido em casos como este:

O governo do país receptor da ajuda (**grato pelo auxílio que favorece seu desenvolvimento** [produtivo] etc.) assume a responsabilidade pela dívida; mas como a ajuda está destinada a um investimento determinado, é transferida à empresa subsidiária ou a uma empresa mista com capitais nacionais ou estatais. [...], é necessário assinalar que a transferência da ajuda se dirige ao

¹⁶² VALENTINI, 2015, p. 64 - 5.

¹⁶³ LANNA, 2005, p.34.

¹⁶⁴ GAULD, 2006, p. 228.

capital dos acionistas estrangeiros, que se associam aos nacionais ou ao Estado; este participa com sua própria parte; a empresa nacional [nesse caso as que foram adquiridas pelo Sindicato Farquhar], [...], e a parte da ajuda é destinada claramente a constituir o capital da empresa estrangeira que se instala no país. [...]. [assim] o Estado do país-hospede assume a responsabilidade financeira pela dívida da empresa receptora, que é estrangeira.¹⁶⁵

Esse trecho de Theotônio (1977) começa considerando uma das principais determinações estruturais para a eficiência do imperialismo em países vitimados, pois para estes últimos os meios para seu desenvolvimento produtivo se encontravam nos centros do sistema.

Sendo assim, a nação dependente (e refém) estava sujeita em concordar com as mais diversas formas de acordos para garantir os meios de acumulação de suas próprias classes dominantes, que usufruíam da presença de empresas estrangeiras. A natureza desses acordos, que mesclavam os interesses em jogo, determinava ao país receptor a evasão certa de suas riquezas, assim como o capital investidor, no caso de Farquhar, o capital financeiro europeu garantia seus lucros provenientes dos juros. Se o pagamento desses pelo crédito dos financiamentos conceituado nos juros era uma parcela do excedente gerado pelo prestatário, como demonstrou Marx (2017), mas o empreendimento contemplado não era capaz de pagar a dívida gerada, entrava em jogo a garantia de juros disponibilizada, no caso, pelo governo brasileiro, que cumpriu o propósito de cobrir o preço dessas inversões.

Lanna (2005) mostrou as determinações do papel do Estado norte-americano. As garantias de juros contemplavam a exigência do lucro dos investidores na Europa, mas não a totalidade dos lucros interessados aos EUA, se não foram seus ‘usurários’ que financiaram a maior parte do empreendimento. Gauld (2006) cita na biografia de Farquhar um trecho escrito por um embaixador do Estados Unidos sobre o investimento na EFSPRG pela *Brazil Railway Company*:

[...]. **“Essa aquisição é de interesse político e comercial muito grande para os Estados Unidos.** A recém-adquirida ferrovia atravessa o Paraná e Santa Catarina... Devido ao clima excelente, às riquezas naturais e às possibilidades agrícolas, estes são os estados para os quais o futuro parece mais brilhante e promissor. As potencialidades comerciais da ferrovia são muito grandes, já que ela constitui a mais importante ligação do sistema industrial brasileiro. [...]. A administração da ferrovia ficará inteiramente em mãos de americanos. O grosso do capital foi levantado na Europa... O mesmo grupo adquiriu as concessões para construir os portos do Pará e do Rio Grande do Sul. O valor dessas aquisições será grande para o comércio dos EUA com o Brasil... Sem dúvida, **as operações desses capitalistas, que provavelmente não se limitarão às empresas citadas, serão de longe o fator mais importante na construção de nosso comércio com o Brasil e do nosso interesse por aquele**

¹⁶⁵ SANTOS, 1977, p. 67. Grifo nosso.

país. Muitos engenheiros americanos estão sendo trazidos para o Brasil, e as [...] companhias Light efetuaram aproximadamente 90% de suas grandes compras de materiais nos EUA... As operações desses capitalistas deveriam ser acompanhadas com atento interesse pelo nosso governo. O governo brasileiro parece disposto a encorajar a entrada de capital estrangeiro, e podemos acreditar com alguma certeza que foi aberta uma porta para um comércio de volume significativo entre o Brasil e os Estados Unidos”.¹⁶⁶

Além do interesse nas “promissoras” riquezas do sul do Brasil, é evidenciada a presença do Estado ianque. Ora, o Estado, além de desempenhar sua função básica de “manter e proteger a ordem capitalista”, garantindo seu funcionamento, promoveu no exterior os interesses de seus representantes.¹⁶⁷ Enquanto interessava aos bancos europeus, o lucro através dos juros, para o Estado Unidos a lógica girou em torno da presença industrial de sua burguesia na tendência histórica a caminho de sua evolução como potência capitalista, sendo o período de nosso recorde primordial para tal. As contradições desse processo, que, no capitalismo, possui, essencialmente, a categoria da acumulação, esta que não pode ser ignorada em qualquer análise do capitalismo e suas intempéries.

A acumulação nos EUA alcançou, com a conseqüente formação de monopólios, uma considerável disparidade entre as parcelas da classe dominante influentes na dinâmica estatal, ainda que incapazes de competir com o poder monopolista. Na passagem do século XIX para o XX, os EUA se encontraram em “um amplo movimento que conseguiu impor as primeiras leis antitruste”, tornando ilegal qualquer ato que visasse manipular o comércio entre os estados e países estrangeiros em favor dos monopólios e, conseqüentemente, contra os preceitos da “livre concorrência”.¹⁶⁸ Apesar disso, os monopólios continuaram a operar de forma constante nas sombras de acordos como o *Sherman Act* de 1890 e, seu complemento de 1914, o *Clayton Antitrust Act*, que “se preocupava em impedir a discriminação entre compradores, para garantir situações monopólicas ou fixação de preços, como também impedia a formação de *holdings*”.¹⁶⁹ Este último também proibia relações entre banqueiros e corporações. Essa contradição se manifesta no papel do Estado estadunidense no interior da própria luta de classes, dado pelas “queixas dos pequenos e médios capitalistas contra o poder do grande capital, [...] [visando] voltar às condições de plena concorrência, ainda que seja através da ação reguladora do Estado” e, contraditoriamente, defendendo o “regime competitivo que permite e gera o monopólio”.¹⁷⁰

¹⁶⁶ GAULD, 2006, p. 226 - 7. Grifo nosso.

¹⁶⁷ BARAN, 1972, p. 155.

¹⁶⁸ SANTOS, 1977, p. 95.

¹⁶⁹ SANTOS, 1977, p. 95.

¹⁷⁰ SANTOS, 1977, p. 97.

Ora, “esta contradição não conduz a um antagonismo, mas a um afã desesperado e inútil para moderar um processo irreversível”.¹⁷¹

Parece lógico sugerir que houve, conseqüentemente, um escape do Estado norte-americano em flexibilizar os atos monopolistas de suas companhias para além de suas fronteiras, como a Standard Oil dos Rockefeller¹⁷² e, claro, a BRC de Farquhar. Isso ocorreu porque atores de um setor industrial dificilmente concorrem entre si dentro de seu país e os “motivos que dificultam, se não impedem, a concorrência efetiva entre eles [...] se aplicam a suas operações no estrangeiro”.¹⁷³

Farquhar se tornou, nesse período, um representante da alta classe capitalista estadunidense, o que é evidente pela sua capacidade em empreender, fruto da disponibilidade de capitais a ele permitida e não de habilidades supra-humanas como insinua Gauld (2006) dentro e fora dos EUA.

Junto de F. S. Pearson, um dos integrantes do cartel e do diretório da BRC, Farquhar investiu fortemente na compra de ações de linhas como “*Lehigh Valley, Wabash, Rock Island, Missouri Pacific, Denver & Rio Grande e Western Pacific*, ferrovias que ligavam Nova York à Baía de San Francisco”.¹⁷⁴ Destacado visionário (pelo lucro), foi o primeiro norte-americano a colocar ações de companhias ferroviárias estadunidenses no mercado de ações da França, especialmente em Paris.¹⁷⁵ Sobre a relação de Farquhar com o Estado estadunidense, Gauld (2006) afirma que:

Em 1910, Farquhar e Pearson interromperam suas atividades na América Latina para fazer uma desastrosa tentativa de ingressar nas fileiras dos poderosos de Wall Street. A ideia consistia em pegar linhas isoladas existentes nos EUA e aglutiná-las num lucrativo sistema ferroviário transcontinental americano. O fracasso da tentativa abalou Wall Street e poderia ter causado pânico se os dois, principalmente Farquhar, não tivessem sacrificado boa parte de suas fortunas para impedi-lo.

[...]. o centro financeiro estava abalada [sic] com as operações de Farquhar e Pearson, ‘homens com quem se deveria ajustar as contas’. O *Times* disse que eles haviam tentado penetrar em Wall Street e nas fileiras dos grandes empreendedores ferroviários dos EUA por meio de conexões financeiras em Londres e Paris. Os dois novos titãs das finanças haviam planejado montar um sistema transcontinental mediante aquisição do controle acionário das linhas.¹⁷⁶

¹⁷¹ SANTOS, 1977, p. 108.

¹⁷² Vide BARAN; SWEEZY, 1966.

¹⁷³ BARAN, 1972, p. 180.

¹⁷⁴ GAULD, 2006, p. 257.

¹⁷⁵ GAULD, 2006, p. 258.

¹⁷⁶ GAULD, 2006, p. 257.

Isso no mesmo período em que concretizava empreendimentos similares na América Latina, incluindo no trecho da EFSPRG na região do Contestado. Comparar as atividades de Farquhar nos EUA e na América Latina parece distante, mas só o foi geograficamente. Considerando a turbulenta conjuntura estadunidense, a ambição monopolista de Farquhar obviamente não foi vista com bons olhos dentro de seu país pelos motivos já apresentados.

Apesar da postura tendenciosa e apologista de Gauld (2006) em favor de Farquhar, muitas informações de sua obra são de grande relevância carecem de considerações com um cuidado crítico:

[O *New York Times*] coligiu muitas informações interessantes e sugeriu que Farquhar havia escolhido má hora para tentar um empreendimento tão ambicioso, tendo em vista ‘o precário *status* da interligação de ferrovias existentes, regidas por leis federais não testadas’. Os banqueiros de Nova York ‘expressaram admiração pelo abrangente esquema arquitetado por Farquhar’ para evitar o pânico. ‘Percival Farquhar construiu empresas na América do Sul com capitalização total de 175 milhões de dólares... um sistema ferroviário de quase 5 mil quilômetros no Sul do Brasil, um porto-modelo no Amazonas, (e) um monopólio de exportação de madeira para a Argentina [*Lumber*], que não dispõe de florestas. Wall Street reconhece agora que se trata de proezas de um gênio construtivo que merece ser considerado com maior cuidado’. Antes do incidente da Rock Island, Farquhar era descartado pela maioria dos atores de Wall Street, que o tinham como um capitalista inglês.¹⁷⁷

O trecho sugere e parece confirmar a hipótese de que, estando os EUA em crise política em meio à superação da competitividade pelos monopólios, consequência das contradições indissociáveis da acumulação capitalista, direcionar empreendimentos (principalmente ferrovias) aos países explorados surgiu como solução bajulada pela classe dominante estadunidense.¹⁷⁸

Nesse sentido, no capitalismo monopolista, diferentemente do capitalismo competitivo, onde a presença no exterior dependia das possibilidades de comercialização de mercadorias, a atuação além das fronteiras do país de origem, desenvolvido, leva em conta a mão-de-obra e a produção dos recursos explorados, podendo manipular a circulação e os preços das mercadorias em favor do monopólio e de sua constante expansão. Para isso, o governo do país de origem contribui para conceder vantagens, podendo “lançar mão não apenas de seu prodigioso poder

¹⁷⁷ GAULD, 2006, p. 259.

¹⁷⁸ Sobre a postura estadunidense além de suas fronteiras, Alberto Torres afirma: “No continente americano, a identidade da evolução política e das instituições sociais impõe a todos os países uma política de paz. Na prossecução desta política, os Estados Unidos têm direito, por sua posição internacional, pela iniciativa na realização de ideias liberais comuns e pela prioridade no serviço da paz, à direção do continente; esta aproximação pode ser estendida a outras nações, sem, contudo, formar-se partido, ou aliança internacional, coisa incompatível com a própria ideia da paz. A vizinhança impõe-nos cuidados de cortesia e de prudência e ânimo de transação, nas relações com as nações contíguas; interesses políticos e econômicos podem justificar comércio mais íntimo, ou mais frequente, com algum país.”

financeiro, mas também dos [seus] enormes recursos”.¹⁷⁹ Recursos estes que não correspondem, necessariamente, ao seu poder estritamente econômico, mas, também, à “pressão política” ou “militar exercida pelo país de origem da grande empresa sobre outro”, sendo capaz de “excluir do mercado deste último um concorrente originário de um terceiro país”.

Dessa forma, o poder de influência de um país na posição dos EUA, no contexto analisado, há quase cem anos de intervenção política pela Doutrina Monroe, detém a margem de influência capaz de “intervir ativamente na política interna daquela nação [alvo] para comprar, instalar ou depor suas administrações, para fazer ou destruir políticos”.¹⁸⁰ Para os EUA a questão era garantir a predominância de sua soberania, que depende de sua influência política e econômica além de suas fronteiras e cumprir o papel de sustentáculo da acumulação capitalista.

Temos aqui, abarcando o papel dos EUA para a análise, mais um conjunto de determinações na concretização da BRC. Esta também possibilitada nos meios fornecidos pela estrutura estadunidense, que, mesmo em crise, buscou dar continuidade ao modelo, cujas contradições inflavam sua conjuntura.

2.4 RIQUEZAS NATURAIS BRASILEIRAS ENTRE O PROGRESSO E A MISÉRIA

Embora já destacado, é de notório saber que no caso da região do Contestado, a incursão do capitalismo imperialista e a sua ‘política modernizadora’ se deram a cabo pela atuação de uma empresa estrangeira incumbida, em 1907, da construção da estrada de ferro que ligou o estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul. A idealização dessa ferrovia surgiu em 1888, com a participação central do engenheiro Teixeira Soares,¹⁸¹ que fundou a companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG). Com as dificuldades enfrentadas na construção do trecho União da Vitória a Marcelino Ramos, que cortou de norte a sul a região do Contestado, quando entrou em cena o magnata Percival Farquhar e a *Brazil Railway Company*, fundada nesse contexto, mas com propósitos muito mais ambiciosos.

¹⁷⁹ BARAN, 1972, p. 179.

¹⁸⁰ BARAN, 1972, p. 181.

¹⁸¹ Para maiores informações ver ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (1908 – 1915). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre - RS. 2008.

A BRC obteve o controle de mais de 85 % do capital social da EFSPRG, além da concessão de 15 quilômetros adentro das terras devolutas cruzadas pela ferrovia em Santa Catarina, podendo explorar seus recursos conforme as vantagens possíveis; para isso foi fundada, em 1910, a *Southern Brazil Lumber Company* (renomeada para *Brazil Lumber and Colonization Company* em 1911), na época uma das maiores serrarias do mundo. As terras do meio-oeste catarinense eram cobertas pela chamada floresta ombrófila mista, até então praticamente intactas.

Farquhar enxergou no Brasil e na América Latina uma fonte inestimável de riquezas e ótimo alvo para seus investimentos. Dos empreendimentos de Farquhar, além da BRC, podemos destacar aqui empresas como a *Bahia Tramway, Light & Power*; a *Madeira-Mamoré Railway Co.*; a *Port of Pará*; a *Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul*; a *Amazonan Land & Colonization Co.*; a *Compagnie du Port de Rio de Janeiro*; a *Brazil Land, Cattle & Packing Houses Co*; etc.¹⁸²

Em termos de impacto social atribuído a Farquhar e ao capital financeiro, temos, além da revolta sertaneja do Contestado, as consequências apresentadas anteriormente da exploração da borracha na Amazônia, que vitimou milhares de trabalhadores pela febre amarela e pela malária.¹⁸³

Na região do Contestado irrompeu uma revolta protagonizada pela população afetada, sendo necessário perceber a presença do capitalismo imperialista e monopolista do período e da luta de classes na América Latina, como imprescindíveis no entendimento da resistência da população local, contra as transformações que ocorreram naquele contexto.

Assim percebemos, pela capacidade de atuação dessas empresas estrangeiras instituídas pelo dinheiro do capital financeiro, as determinações práticas da dependência e do subdesenvolvimento pela formação histórica herdada da colonização do continente. Com o fim do período colonial, para cá se voltaram os olhos do capitalismo ianque em plena ascensão.

A “América para os americanos”, frase cunhada no fim do colonialismo europeu na América Latina e lema da Doutrina Monroe institucionalizada em 1823, – momento em que começam a surgir as repúblicas latino-americanas independentes, configurou o início do imperialismo norte-americano e o seu domínio sobre os países subdesenvolvidos do continente.

¹⁸² SILVA, Rosângela Cavallazzi da. **Terras Públicas e Particulares**: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo da “Brazil Railway Company” no meio oeste catarinense). Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Humanas – Especialidade Direito. Florianópolis – SC. 1983. p. 32 - 3

¹⁸³ Vide: GAULD, Charles A., **O Último Titã**: um empreendedor americano na América Latina. São Paulo: Cultura. 2006.

Foi a política externa denominada Doutrina Monroe que condicionou a política estrangeira norte-americana, em concorrência aos países desenvolvidos da Europa, à dominação do restante do território das Américas, estabelecendo as bases que fundamentaram a exploração imperialista dos Estados Unidos por mais de 100 anos. Considerar essa política em nossa análise permite estabelecer um entendimento de como funcionaram as empresas monopolistas norte-americanas do período e, dessa forma, levantar alguns aspectos com relação à *Brazil Railway Company* e sua atuação imperialista na região do Contestado.

Sob a égide de seu papel ‘modernizador’ sobre as nações dependentes da América Latina, os empreendimentos de Percival Farquhar na região do Contestado, se transfiguraram no domínio econômico da região pelo capital através de uma das “células”, ou tentáculos, do imperialismo, embora o posterior ao fracasso da BRC, atribuído à crise europeia iniciada com a Guerra nos Balcãs em 1912 e agravada pela Primeira Guerra Mundial de 1914, de onde eram adquiridas as inversões do capital financeiro necessárias para o funcionamento da empresa, também precisam ser analisados.

Na idealização inicial da *Brazil Railway Company*, nos primeiros anos do século XX, o magnata norte-americano estabeleceu como objetivo norteador a ligação, através de linhas férreas, de toda a América Latina, proporcionando a conectividade econômica e outras vantagens obtidas pelas estradas de ferro.

As ferrovias foram o símbolo máximo do desenvolvimento tecnológico do século XIX e a sua posterior chegada na América Latina foi trazida e financiada, através das inversões do capital financeiro europeu, pelo “elemento civilizador” do homem branco em antagonismo ao atraso da barbárie pré-capitalista.

O papel da BRC para a região do Contestado, em específico, intedia o seu desenvolvimento econômico (capitalista) através da anexação de recursos de infraestrutura que deveriam proporcionar o aumento de sua produção, que seria viabilizado pela estrada de ferro. Com a redução de custos de transporte através da ferrovia, pela introdução de mão de obra imigrante e a criação de novas empresas, a região, tida como abandonada, seria transformada em uma enorme fonte de extração de excedentes.¹⁸⁴

A concretização do projeto que deu origem à BRC ilustra o papel imposto à América Latina pelos Estados Unidos e pelas grandes corporações capitalistas. As inversões de capitais para a construção de ferrovias no continente latino-americano tiveram, a partir da década de

¹⁸⁴ VALENTINI, Delmir José. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: Ed. UFFS, 2015.

1870, a incumbência de dinamizar a extração de excedentes de acordo com a crescente demanda das metrópoles, possibilitando a conexão da incursão mercantil com a incursão financeira.¹⁸⁵

A BRC e todas as outras corporações internacionais após o início da era do imperialismo foram as células e os tentáculos que sustentaram o desenvolvimento capitalista, concentrando a riqueza das áreas exploradas em seu centro. O caso da BRC, financiada por bancos da Inglaterra, França e Bélgica, estabeleceu um complexo sistema econômico encarregado da extração de excedente através da monopolização dos setores produtivos e destiná-los aos fundos da empresa e ao exterior para, então, transformá-los em capital. O grau de investimento que as metrópoles capitalistas direcionam a novas regiões é diretamente proporcional ao grau de proeminência da taxa de extração de excedentes a ser obtida, porém tais investimentos devem considerar as questões político-sociais dos países alvos, manipulando suas classes dominantes em seu próprio favor.¹⁸⁶

Farquhar defendeu em 1916, como buscou colocar em prática em seus empreendimentos anteriores, que a “América do Sul é [era] um dos maiores espaços naturais para os investimentos americanos”,¹⁸⁷ o mesmo discurso percebido nas idealizações da BRC para com o Contestado e, por isso, o caminho aqui traçado nos possibilita incluir essa companhia nas determinações concretas das necessidades do imperialismo para realizar a extração de excedentes necessária pelas classes dominantes da potência capitalista do norte. Com isso, é possível posicionar as filiais da BRC empresas atuantes no Contestado – a EFSPRG e a *Lumber* – e suas particularidades na totalidade do contexto analisado.

Entender os aspectos imperialistas dessa política que ronda a atuação de Farquhar através de seus empreendimentos permite-nos articular as abstrações que fecham essa parte do raciocínio sobre as mais amplas determinações de nosso objeto de estudo.

O Estado cumpriu o papel de garantir a manutenção e os negócios da classe dominante. Assim, num período marcado pelo surgimento do imperialismo e do monopólio, este auxiliou nas atividades das multinacionais no exterior, contribuindo “significativamente, em toda parte, para a determinação da direção e da velocidade do desenvolvimento econômico na era capitalista”.¹⁸⁸ Com isso, o Estado adquiriu o papel de garantir, de acordo com as

¹⁸⁵ CUEVA, Agustin. **O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Ed., 1983.

¹⁸⁶ BARAN, 1972.

¹⁸⁷ “*South America is one of the great natural fields for American investments*” (FARQUHAR, 1916, p. 397–402. p. 397).

¹⁸⁸ BARAN, 1972, p. 155.

possibilidades, que os lucros industriais sejam direcionados majoritariamente às empresas monopolistas.¹⁸⁹

No período entre as duas primeiras décadas do século XX, a então política externa dos EUA sobre a América Latina encontrava-se em seu período conclusivo, sendo criticada por ‘progressistas’ estadunidenses e pelos países latino-americanos,¹⁹⁰ como “uma das causas da inimizade do povo latino-americano em direção aos Estados Unidos”.¹⁹¹

De acordo com Hiram Bingham (2011), a política de relações internacionais dos Estados Unidos com a América Latina estava se mostrando “diariamente ridícula pelo desenvolvimento de [mais] barato e rápido transporte transoceânico”,¹⁹² que estabeleceu maiores e mais eficientes relações dos países em questão com a Europa. Além disso, as tentativas de manter o capital europeu fora dos interesses estadunidenses para com a América Latina a partir de 1823 se tornaram insustentáveis do final do século XIX em diante, pois seus industriais necessitavam dos investimentos providos pelo capital financeiro dos bancos europeus.

Neste sentido, a Doutrina Monroe estava, em tese, consumada, porém ainda determinava a política externa dos EUA, tendo um fôlego final com a crise que assolou a Europa na segunda década do século XX. Eis que Farquhar afirmou em seu artigo ao *The North American Review* de 1916, após a falência de vários empreendimentos sob sua presidência ou diretoria, incluindo a BRC, dizendo que:

Para dar sequência às obrigações envolvidas na Doutrina Monroe, que pode se considerar hoje ter tomado nova forma e desenvolvimento e se mostrar mais consolidada do que nunca, somos compelidos a manter controle das rotas marítimas para os países da América do Sul, o que significa, também, mantê-las abertas para o nosso comércio¹⁹³.

A contradição que se faz perceptível com a declaração de Farquhar (1916) em contraste à fala de Bingham (2011), nos utilizando da análise de Theotônio dos Santos (1977), “está entre

¹⁸⁹ BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **O Capital Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. p.72.

¹⁹⁰ “It is this process of nationalizing the western hemisphere which has been going on so rapidly during the past fifty years, that more than justifies the severe criticisms which our southern neighbors make of our present foreign policy” (BINGHAM, Hiran. [1914]. *Latin America and the Monroe Doctrine*. **The Yale Review**, Vol. 99, no. 3, Jul. 2011. p. 25. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9736.2011.00718.x>. Acesso em: 29 jun. 2021 Tradução nossa).

¹⁹¹ “The Monroe Doctrine [...] it is one of the causes of the enmity of the Latin-American people towards the United States” (BINGHAM, Hiran. 2011. p. 25).

¹⁹² “Furthermore, our hope to keep ‘America for the Americans’ is being made ridiculous by the development of cheap and rapid oceans transportation” (BINGHAM, Hiran. 2011. p. 25).

¹⁹³ “To carry out the obligations involved in the Monroe Doctrine, which can now be considered to have taken on new life and development and to be more firmly grounded than ever, we are compelled to keep control of the sea roads to the countries of South America, which means keeping them open for our commerce also” (FARQUHAR, 1916, p. 397. Tradução nossa).

os interesses do Estado”, com relação aos aspectos internos da nação, “e sua função real de servir aos interesses de grupos privados bem definidos”, ou seja, os interesses das grandes empresas que “se chocam com os das outras forças sociais nacionais, [...] de maneira precisamente contraditória, pois esta expansão da economia mundial só pode ser feita através do financiamento [e do amparo] do Estado”.¹⁹⁴

Sobre isso, Baran (1972) afirma que a composição social da nação no período anterior ao estágio monopolista do capitalismo era constituída por um contingente de empresários com interesses divergentes entre si, mas com níveis de decisão semelhantes, o que fundamentou a crença de que a entidade estatal não deveria interferir nos interesses individuais da burguesia, apenas manter sob controle as massas de trabalhadores revoltados, pois no período competitivo a classe dominante era capaz de estabelecer interesses que, apesar divergências características da competitividade, eram concretamente recíprocos em relação ao papel do Estado.¹⁹⁵

Seguindo a descrição de Baran (1972), findada a era do capitalismo competitivo com a ascensão dos monopólios, conseqüente à tendência centralizadora inerente do capitalismo, o crescimento das grandes empresas “destruiu, [...], a capacidade e a vontade do restante da classe capitalista de resistir ao seu domínio”, engolindo-os sucessivamente e, apesar de que “os deixasse [...] com a ilusão de que continuavam autônomos, a empresa monopolista fez com que seu modo de vida e social [...] passasse a depender dos grandes consórcios” e não fosse capaz, pela disparidade de poder político e econômico, de resistir ao seu domínio. Mesmo assim, “os capitães da indústria monopolista não pouparam esforços para difundir e apoiar a ideologia da livre sobrevivência do mais apto”.¹⁹⁶ Baran continua:

As primeiras empresas monopolistas enalteciam a automaticidade e a neutralidade governamental não porque nisto acreditassem, mas porque tais teses, se aceitas e difundidas por toda a classe capitalista e pela maioria da população, ofereciam a cortina mais conveniente para o domínio crescente do Estado pelos grandes consórcios.¹⁹⁷

Esse tipo de contradição é apontado por Theotônio dos Santos (1977) como aspecto inerente do funcionamento do capitalismo; como “uma lei” determinada pelas “suas tendências para a integração”, que são “impostas pelo processo de concentração, centralização e monopolização”, já ditas inerentes, mas também pelas “suas tendências desintegradoras” geradas pela concorrência ‘natural’ do capitalismo e pelas outras “contradições de classe”. Ora,

¹⁹⁴ SANTOS, 1977, p. 33.

¹⁹⁵ “Em tais circunstâncias, o Estado podia-se circunscrever a seu mandato comum de proteção e fortalecimento da própria ordem capitalista contra os ataques das classes exploradas” (BARAN, 1972, p. 156)

¹⁹⁶ BARAN, 1972, p. 157.

¹⁹⁷ BARAN, 1972, p. 161.

essa é uma das manifestações da “contradição geral entre o caráter cada vez mais coletivo da produção, para atender à necessidade de maiores lucros, e as limitações impostas pelo processo produtivo pelo caráter privado da apropriação, que é inerente ao capitalismo como sistema”¹⁹⁸

Por isso, consideramos que Farquhar, pela extensão de seus empreendimentos e pelo capital à sua disposição, utilizando da fonte analisada, se mostra um representante dessa parcela da classe dominante em estágio monopolista. Seguindo os dois teóricos utilizados – Baran (1972) e Theotônio dos Santos (1977) –, Farquhar desempenhou papel determinante nas atribuições do Estado norte-americano pelo seu aporte econômico comparável aos de Rockefeller e dos Rothschild e podemos dizer que o mesmo detinha o poder necessário para influenciar as posturas do Estado sobre a sua economia.

O magnata tinha o perfil do proprietário das grandes empresas monopolistas do período e, sem sombra de dúvidas, um dos percursos do mais alto nível atingido pelo capitalismo da Era dos Impérios. A posição de Farquhar ficou bem evidente quando o magnata afirma:

O período [marcado pela crise que dificultou as inversões do capital financeiro e a Primeira Guerra Mundial] é cheio de lições em todos os setores da atividade nacional; e, para os Estados Unidos, uma dessas lições é que materiais adquiridos do exterior para agricultura, indústrias e consumos em geral não deveriam depender das rotas comerciais e condições que podem não estar em nosso poder manter abertas e livres de restrições.¹⁹⁹

O fato de Farquhar apontar a necessidade de relações econômicas transnacionais livres de restrições, colocando a América do Sul como alvo ideal para as inversões dos monopólios norte-americanos, indica a sua capacidade de influenciar politicamente os Estados da América Latina e usufruir das condições de suas classes dominantes dependentes, permitindo a livre circulação de mercadorias e transações econômicas.

Dessa forma, considerando as palavras de Bingham (2011) citadas anteriormente, de que a Doutrina Monroe não era mais capaz de manter as suas bases ideais devido à internacionalização do capital e das relações econômicas atingida nesse período, da mesma forma que apontaram Baran (1972) e Theotônio dos Santos (1977), com relação às contradições originárias da formação dos monopólios, podemos dizer que Farquhar se manteve firme na política que fundamentava a dominação dos Estados Unidos sobre a América Latina.

¹⁹⁸ SANTOS, 1977, p. 20-1

¹⁹⁹ “*The times are fraught with lesson in all fields of national activity; and, for the Unites States, one of these lessons is that material taken from abroad for agriculture, industries and general consumption should not be dependent on trade routes and conditions which it may not be in our power to keep open and unfettered by restrictions*” (FARQUHAR, 1916, p. 397. Tradução nossa).

Bingham (2011) ainda afirmou que a exploração desses recursos dependia de “uma frota suficiente, estações de carvão, fortes, etc., ao longo das rotas, incluindo o Canal do Panamá, propositalmente o elemento que temos em nosso favor, [...], de atravessar as águas para repúblicas amigas igualmente interessadas”,²⁰⁰ ou seja, coniventes com os interesses imperialistas. A lógica desse discurso reflete no interesse político-econômico estadunidense nos recursos sul-americanos.

Acrescentamos que, em 6 de dezembro de 1904, o então presidente dos Estados Unidos da América, Theodore Roosevelt, declarava em seu *Annual Message to the Senate and the House of Representatives*, uma adição à Doutrina Monroe, dada após quase um século de sua deflagração e evidenciando a dominação estadunidense sobre as repúblicas latino-americanas do século XX:

*Chronic wrongdoing, or an impotence which results in a general loosening of the ties of civilized society, may in America, as elsewhere, ultimately require intervention by some civilized nation, and in the Western Hemisphere the adherence of the United States to the Monroe Doctrine may force the United States, however reluctantly, in flagrant cases of such wrongdoing or impotence, to the exercise of an international police power. If every country washed by the Caribbean Sea would show the progress in stable and just civilization which with the aid of the Platt amendment Cuba has shown since our troops left the island, and which so many of the republics in both Americas are constantly and brilliantly showing, all question of interference by this Nation with their affairs would be at an end. Our interests and those of our southern neighbors are in reality identical. They have great natural riches, and if within their borders the reign of law and justice obtains, prosperity is sure to come to them. While they thus obey the primary laws of civilized society they may rest assured that they will be treated by us in a spirit of cordial and helpful sympathy.*²⁰¹

Aqui temos a expressão do papel “civilizador” da potência do Norte, a qual teve o propósito dramático, em sua posição desenvolvimentista exemplar no mundo capitalista, de ser a mediadora do progresso sobre os países que teriam “perdido o rumo do progresso”.

Os Estados Unidos aparece como um país mediador do progresso capitalista e da civilização do mundo contemporâneo. Mas o discurso do então presidente prega a integridade da dinâmica da luta de classes, já em espectro total, sob a lógica da divisão internacional do trabalho, na qual a parcela capitalista detém o direito de expandir seu alcance exploratório para qualquer região do planeta ainda não integrada ao módulo de exploração universal do imperialismo.

²⁰⁰ “This requires a sufficient fleet, coaling stations, forts, etc., along these routes, including the Panama Canal, for which purpose we have the element in our favor, existing nowhere else, of traversing waters of friendly republics equally interested with ourselves”. (FARQUHAR, 1916, p. 397. Tradução nossa)

²⁰¹ ROOSEVELT, Theodore. *Forth Annual Message to the Congress*. 6 de dezembro de 1904.

No momento que Farquhar publicou na *The North American Review*, o mundo já estava mergulhado há dois anos na Primeira Guerra Mundial e o magnata considerava os riscos de haverem consequências nas relações comerciais e industriais do país, caso o conflito chegasse aos EUA. A América do Sul aparecia, para Farquhar, como a solução mais viável:

[...] deveríamos conforme o possível concentrar na América do Sul nossos investimentos estrangeiros, obtendo matérias primas, suprimentos e artigos não produzidos aqui nem obtidos em melhores vantagens do exterior; e, em contrapartida, suprir a América do Sul com importações, através do qual seu poder aquisitivo, agora significativo, irá crescer com o desenvolvimento resultante dessa política de nossa parte.²⁰²

O investimento de capitais – em outras palavras, a aplicação de valor acumulado para que este seja valorizado – pressupõe uma empresa – o local de produção capitalista onde se extrai o mais-valor do trabalho livre – e, para que esta funcione, “é necessário o capital de giro para pagar os trabalhadores e certas matérias-primas”.²⁰³ Reafirmar a exploração de matérias-primas na América do Sul para suprir a demanda dos Estados Unidos e da Europa configura o que Ruy Mauro Marini (2005, s/p.) classificou como a “troca desigual de valores”, categoria fundamental na usurpação, pelos centros do sistema, das riquezas dos países imperializados.

Ao enfatizar a exploração da América Latina como saída necessária para a crise dos impérios e da Primeira Guerra Mundial, deve-se considerar que o processo leva em conta, necessariamente, a exploração da mão-de-obra dos países alvos, direcionando o valor da produção aos Estados Unidos em troca de maiores recursos tecnológicos para o melhoramento dessa lógica produtiva.

Marini (2005) deixa claro que o papel da América Latina no capitalismo (internacionalizado) “corresponde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais”, que, “com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho”, pois “uma maior capacidade produtiva do trabalho não assegura por si só um aumento da mais-valia relativa”, sendo que com o aumento da “produtividade, o trabalhador só cria mais produto no mesmo tempo, mas não mais valor”, e leva à redução do “valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor

²⁰² “[...] we should as far as possible concentrate in South America our foreign investments, obtaining from it the raw material, supplies and articles not produced here or obtained at better advantage from abroad; and, on the other hand, supply South America with its imports, for which its purchasing power, now large, will grow with the development resulting from this policy on our part!” (FARQUHAR, 1916, p. 397-8. Tradução nossa).

²⁰³ SANTOS, 1977, p. 68.

que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo [...] uma mais-valia superior a de seus competidores”.²⁰⁴

Marini (2005) está afirmando que a redução do valor empregado, ou seja, do tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria, em relação à média necessária para a sua produção, concebida através do agravamento da exploração do trabalho, é o que configura a estrutura produtiva da economia da América Latina – intrinsecamente destinada, em sua quase totalidade, à exportação. Essa afirmação é fundamentada na crítica da teoria do valor-trabalho de Marx (2017) e a aplicação desta por Marini sobre a situação produtiva da América Latina nos permite compreender como é extraída a riqueza dos países subdesenvolvidos pela exploração capitalista, da mesma forma que o dono do meio de produção extrai mais-valia de seus empregados. Como já foi tratado anteriormente, vale relembrar através do autor que:

[...] uma das funções que ~~he~~ foi atribuída [à América Latina], no marco da divisão internacional do trabalho, foi a de prover os países industriais dos alimentos exigidos pelo crescimento da classe operária, em particular, e da população urbana, em geral, que ali se dava. A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribuiu para criar, e que alcançou seu auge na segunda metade do século 19, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência.²⁰⁵

A afirmação de Marini (2005) destaca a condição inicial da dependência dos países subdesenvolvidos. Contudo, é manifestado que na situação da nova fase monopolista do capitalismo, os centros desenvolvidos não dependem somente da produção de alimentos para sustentar as suas classes trabalhadoras, mas de recursos para dar sequência ao próprio desenvolvimento tecnológico, fornecendo, em troca, artifícios ultrapassados que permitem aos países dependentes da América Latina um desenvolvimento relativo às necessidades imperialistas, que, dinamizando a circulação de produtos e ampliando a capacidade produtiva, também resultava em um aumento da mais-valia relativa.

A definição de Marx (2017) para mais-valia relativa condiz, ao contrário da mais-valia absoluta, que se efetiva pelo prolongamento da jornada de trabalho, com “a redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da

²⁰⁴ MARINI, Ruy Mauro, **A Dialética da Dependência**, Versão digitalizada conforme publicado em "Ruy Mauro Marini: Vida e Obra", São Paulo: Expressão Popular, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf. Acesso em 14 jun. 2021.

²⁰⁵ MARINI, 2005, s/p.

jornada de trabalho”²⁰⁶, a parte em que o valor gerado corresponde ao salário pago e a parte que corresponde ao lucro.

O valor de uma mercadoria corresponde, ontologicamente, à soma do trabalho humano empregado em sua fabricação²⁰⁷. Com o aumento da capacidade produtiva de um meio, o valor de um produto específico diminui e, dessa forma, por elevar o capital constante empregado, capital gasto com meios de produção: desgaste relativo da maquinaria e matéria prima, não haveria um aumento na extração de mais-valia, que só pode ser feito, nessa situação, pelo decréscimo relativo do capital variável. capital empregado na compra de mão-de-obra (salário).

É perceptível que Farquhar não se preocupava com a mão-de-obra a ser empregada na valorização do capital invertido, mas apenas com a demanda estadunidense, que deveria ser suprida através da exploração dos recursos latino-americanos como, por exemplo, os citados minérios de manganês e o ferro brasileiro, ao mesmo tempo em que fomentava um desenvolvimento marginal:

Os notáveis investimentos na América do Sul serão os aplicados naturalmente em estradas de ferro; utilidades públicas urbanas; desenvolvimentos hidroelétricos; propriedades cujos produtos são consumidos nos Estados Unidos; os títulos governamentais, estaduais e municipais; representando, de acordo com a experiência passada, aproximadamente a questão de segurança.
208

O aumento da mais-valia relativa por meio da diminuição do valor (tempo de trabalho necessário) empregado na produção de mercadoria nos países imperializados, alvos das empresas monopolistas, foi determinação de suas características econômicas de exportação, cujo princípio produtivo se caracterizou, fundamentalmente, pela “superexploração do trabalho”, que, para Marini (2005), é determinação da mais-valia relativa.²⁰⁹ O autor identificou três mecanismos que configuram a superexploração do trabalho e são a partir deles que o imperialismo torna possível a produção da mais-valia relativa que, necessariamente, é extraída da força de trabalho, sendo elas: “[1] a intensificação do trabalho, [2] a prolongação

²⁰⁶ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, Livro I. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.390.

²⁰⁷ “O valor de uma bota, por exemplo, não é determinado só pelo trabalho do sapateiro, mas também pelo valor do couro, do piche, do cordão, etc.” (MARX, 2017, p. 390).

²⁰⁸ “*The notable investments in South America will naturally be in railways; public utilities in cities; hydro-electric development; properties whose products are consumed in the United States; and Government, state and municipal bonds; representing, according to the past experience, approximately the order of safety*” (FARQUHAR, 1916, p.398. Tradução nossa).

²⁰⁹ O autor identificou três mecanismos que configuram a superexploração do trabalho e são a partir deles que o imperialismo torna possível a produção da mais-valia relativa que, necessariamente, é extraída da força de trabalho, sendo elas: “[1] a intensificação do trabalho, [2] a prolongação da jornada de trabalho e [3] a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”. (MARINI, 2005, s/p.)

da jornada de trabalho e [3] a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”.²¹⁰

A exploração imperialista ocorre pela transferência de riquezas definida pela “troca desigual” por Marini (2005). Ao ser alvo de interesses imperialistas, que buscam em regiões ‘promissoras’ os produtos para satisfazer suas demandas, a economia das áreas exploradas destina-se somente à exportação, o que, através da extração de mais-valia relativa efetivada pelos mecanismos citados anteriormente, resultando num “desequilíbrio entre os preços e o valor [real] de suas mercadorias”.²¹¹

Na extração e produção de mercadorias, cuja mais-valia é desproporcional ao seu preço no mercado internacional, sendo que dela é extraído maior mais-valia comparando às condições de trabalho nos países desenvolvidos. Farquhar deixou implícito que o imperialismo necessita usufruir dessa condição econômica dos países alvos, pois, dessa forma, as empresas monopolistas são capazes de competirem entre si de acordo com as novas necessidades do respectivo estágio do capitalismo.

Isso inclui a busca por novas áreas de exploração, cujos custos de investimento se mostram muito abaixo do valor excedente obtido. Assim, como a valorização, através do trabalho pouco remunerado, dos produtos considera, na lógica da reprodução do capital – extração de mais-valia –, a exploração do trabalho através de capital variável reduzido, seja por qualquer um dos três mecanismos apresentados por Marini (2005, s/p.), e a exportação da totalidade das mercadorias produzidas pelo monopólio não permite a acumulação da riqueza nas regiões produtoras e, portanto, um desenvolvimento independente, tem-se por consequência a determinação de sua pauperização.

Contudo, ao defender que os investimentos do imperialismo norte-americano sejam dirigidos à América do Sul, Farquhar estava contando com outro fator além da superexploração do trabalho, que é o usufruto quase gratuito dos recursos naturais a serem explorados, o que depende da subserviência econômica e do domínio político sobre os Estados alvos e suas classes dominantes. Além de obter uma maior extração da mais-valia relativa por meio do trabalho, que não necessita ser mantido através de remuneração e reproduzido, Farquhar mirou a obtenção de matéria prima a baixo custo, diminuindo, também, o capital constante investido. Nessa lógica, uma das motivações de Farquhar a investir na América Latina foi a ausência de taxas diretas sobre o valor das propriedades.

²¹⁰ MARINI, 2005, s/p.

²¹¹ MARINI, 2005, s/p.

Importante observar que o observado aqui ocorreu alguns anos antes de Farquhar publicar o artigo aqui analisado, no momento em que a BRC recebeu as concessões do Estado brasileiro para explorar, através da filial *Brazil Lumber and Colonization Company*, as terras do Contestado cruzadas pela Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande.

Foi através da terra que se obteve a matéria prima a ser explorada e, portanto, uma parcela do capital constante a ser investido em condições normais, a concessão gratuita do Estado permitiu que a BRC entrasse no ciclo produtivo do capital sem custos e, dessa forma, a filial incumbida de explorar a madeira da rica floresta ombrófila mista e, posteriormente, vender as terras (devolutas) a imigrantes europeus, *Lumber*, agregou maior extração de lucros.

Com a situação em que o capitalismo se encontrava no período, a principal causa do fracasso de Farquhar nos empreendimentos da BRC, o magnata estava consciente de medidas possíveis para reverter ou reformular a exploração imperialista em prol da manutenção dos interesses dominantes. No momento em que Farquhar escreveu para a *North American Review*, este tinha em mente as reservas de minérios na América Latina para satisfazer a demanda das indústrias norte-americanas, cujo provimento estava sendo afetado pela guerra.

Contudo, a experiência de Farquhar na América Latina, lembrando de sua atuação na região do Contestado, permite entendimentos sobre o funcionamento do imperialismo refletido em suas palavras. Com essa consideração podemos dizer que o magnata fez uso da supressão do capital variável, já apresentado anteriormente, somado a redução do capital constante, categoria que inclui, também, as taxas comerciais, que Farquhar julgou deverem estar sob controle do centro do sistema, objetivando lucros estratosféricos para o imperialismo norte-americano, pois os custos de produção são desproporcionalmente inferiores aos custos em condições normais e, na lógica de oferta e da demanda num mercado global, o preço das mercadorias se mantém.

Desta forma, feitas as considerações, seguiremos com os eventos ocorridos na região do Contestado nas duas primeiras décadas do século XX, no próximo capítulo, destacando o imperialismo monopolista e a violência praticada no processo de exploração das riquezas no espaço denominado de centro de construção de trabalho e de riquezas do país (Brasil).

3. COLONIZAÇÃO, EXPLORAÇÃO E RESISTÊNCIA NA REGIÃO DO CONTESTADO

Marx (2017) afirmou, ao analisar a expansão do capital para além de suas fronteiras, que “o regime capitalista choca-se por toda parte contra o obstáculo do produtor, que, como possuidor de suas próprias condições de trabalho, enriquece a si próprio por seu trabalho, e não ao capitalista.²¹² Sendo assim, a dialética está no antagonismo entre esses dois tipos de possuidores: o trabalhador que opera em sua própria posse contra o capitalista, que não trabalha, mas detém a posse do meio produtivo, empregando, por meio do salário, o despossuído para gerar valor para si. Nessa lógica – que trata da dinâmica expansionista – do capital, Marx (2017) cravou que a acumulação do mesmo necessita eliminar, por meio da força, “o modo de produção [...] fundado no trabalho próprio”.²¹³

O pensamento de Marx (2017) é de que a instauração do modo de produção capitalista é impossível “sem a expropriação dos trabalhadores [que trabalham sobre suas posses] e a correspondente metamorfose de seus meios de produção em capital”.²¹⁴ Ou seja, trata-se de usurpar qualquer população que se mantenha pelo trabalho realizado sobre suas próprias posses – seus meios de produção – para que se crie um contingente forçado a vender sua força de trabalho. Ora, “os meios de produção e de subsistência, como propriedade do produtor direto, não são capital”; “eles só se tornam capital em condições sob as quais servem simultaneamente como meios de exploração e de dominação do trabalhador”.²¹⁵

Observamos que, no mesmo sentido apresentado por Marx (2017), a instalação da *Brazil Railway Company* e a sua atuação imperialista no contexto em estudo, alterou profundamente o modo de vida dos moradores brasileiros da Região do Contestado. Assim, neste último capítulo, procuramos discutir e entender o impacto do imperialismo para a população que vivia no espaço delimitado neste estudo.

Importante a percepção de que o desenvolvimento capitalista numa região específica, ou mesmo de forma ampliada em outras partes da América Latina, se deu em consonância com a totalidade do sistema. Teóricos como Marini e André Gunder Frank, entre outros, destacaram aspectos sobre a dependência e o subdesenvolvimento, sustentando uma premissa

²¹² MARX, 2017, p. 835.

²¹³ MARX, 2017, P. 835

²¹⁴ MARX, 2017, p. 836.

²¹⁵ MARX, 2017, p. 836 -7.

fundamentada na concepção de totalidade, entendida como perceptível, ao menos em alguns aspectos, para conceber a realidade que se vivenciou também na Região do Contestado.

Marx (2017), buscou os princípios da “acumulação primitiva”, em sua “teoria moderna da colonização”, capítulo último do primeiro volume de *O Capital*, onde procurou pontuar, em síntese, a relação entre a colonização e o capital. Ao referir sobre o processo de ocupação territorial, dentro das premissas do capitalismo, apontou uma dinâmica expansionista, mas não sem relacionar com o problema da propriedade.

Agora nos propomos em estabelecer um entendimento do Contestado que considere as categorias genealógicas do capitalismo em uma determinada região. Começamos por apresentar um entendimento da “acumulação primitiva” no Contestado, seguindo para suas ramificações que envolvem a instituição da propriedade privada, a exploração do trabalho e a violência como mecanismo de acumulação do capital.

3.1. ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO NA REGIÃO DO CONTESTADO

A chegada do capital estrangeiro na região do Contestado, tecnicamente, pode ser explicada como uma busca pelos fabulosos lucros do capital, através de um processo definido como imperialismo. Segundo Rosa Luxemburgo (1983), imperialismo “é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não capitalistas que não se encontrem ainda dominadas”.²¹⁶

Embora é possível encontrar problemas com uma análise que concebe a Região do Contestado como uma área não capitalista, nela existia uma estratificação social que dividia senhores de terras ou coronéis de agregados, peões, posseiros e demais excluídos de posses territoriais convivendo numa relação de compadrio, assim explicada nos conceitos concebidos pela sociologia.

Economicamente estabelecia-se a partir das atividades baseadas, principalmente, na criação de gado, na coleta de erva-mate e na exploração da madeira. Os donos de terra eram “estritamente vinculados por laços de ajuda mútua ao governo do Estado”.²¹⁷ Quanto às classes desprovidas das terras, formada, principalmente, por agregados que trabalhavam para os coronéis e proprietários de terras, que vez por outra, apesar da diminuta chance de ascensão social, recebiam raras oportunidades que poderiam resultar na constituição da própria criação

²¹⁶ LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1983, p. 392.

²¹⁷ AURAS, 2001, p. 27.

de gado e coleta de erva-mate, porém, para os posseiros mais distantes, restava o trabalho em terras devolutas. Quanto a isso, Marli Auras (2001) sintetiza:

A região era caracterizada, esquematicamente, de um lado, por um grupo minoritário de pessoas que dispunham da posse legal de vastas porções de terras e, de outro lado, por um grupo majoritário composto de ervateiros (pequenos proprietários ou posseiros), peões-ervateiros e agregados. Ao nível das relações sociais, o sistema do compadrio – cujo ritual era legitimado pela igreja [através do batismo de filhos de agregados pelos mais abastados] – tratava de, ideologicamente, estabelecer um trato “igualitário” entre as partes, baseado, objetivamente, no estilo de vida semelhante entre proprietários e não-proprietários (a pobreza era generalizada, o cotidiano transcorria através da exploração dos “mínimos vitais”), no emprego de técnicas instrumentos rudimentares pouco diferenciados, no uso generalizado de um equipamento ofensivo e defensivo. Assim, embora eclipsada pelas “associações morais” decorrentes do compadrio, havia efetivamente uma estrutura de dominação que, para manter-se enquanto ordenação econômico-social, gerava, contraditoriamente, espaços de autonomia nas quais se dava a possibilidade de uma libertação real - haja vista a presença de uma “consciência niveladora” – por parte do dominado.²¹⁸

Importante observar que parte importante do modo de produção na região do Contestado estava ligada a terras sem donos legais; terras passíveis de exploração capitalista pela instituição da propriedade privada em vasto território devoluto e grande massa para mão-de-obra alimentada pelo posterior projeto de colonização por imigrantes estimulado pela BRC, mais especificamente pela *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Foi exatamente nesta vasta Região, passível de exploração que estimulou as inversões de capital europeu em financiar as atividades da BRC, além de uma garantia de juros por parte do Governo Federal de 30:000\$000, ouro, por quilômetro de ferrovia construído.²¹⁹

Como estabelecer a economia capitalista moderna onde tais práticas condiziam muito mais com característica pré-capitalistas que lembravam, de certa forma, relações patriarcais precedentes, sob uma ótica relativa às classes inferiores? Importante que seja estabelecida a propriedade privada e a formação de uma classe trabalhadora assalariada nesse vasto território. Por isso, o Contestado foi, até então, uma região intocada pelo grande capital dos centros desenvolvidos e, nesses termos, podemos classificá-la não como “não capitalista”, embora cabe também o entendimento de uma era pré-imperialista.

Sua posição político-econômica em um espectro mundial, como todas as regiões pré-imperialistas, é incapaz de enfrentar antagonicamente os interesses do grande capital historicamente acumulado no centro do capitalismo, que buscava a aplicação do capital

²¹⁸ AURAS, 2001, p. 32-3.

²¹⁹ **Programa Farquhar:** manuscrito por Charles A. Gauld. 1945

monetário, portanto em estado de espera para geração de mais-valia, em capital propriamente dito. Mas antes de tudo, é necessário que se introduzam as bases para tal neste território, no que condiz com a “acumulação primitiva”²²⁰.

O contexto da Região do Contestado, foi marcado, dentre outras coisas, pela brutal violência sobre a população pobre local, sendo tanto por parte da classe dominante regional, como pela incursão da BRC. É fácil observar, por exemplo, o trajeto ferroviário construído por Achilles Stenghel, com um controle absoluto sobre grupos de trabalhadores, contando com um forte contingente de polícia particular e coercitiva,²²¹ ou a ofensiva armada do Estado brasileiro, a partir de 1912, ante a rebeldia dos caboclos.

As formas de utilização da força advinham da parte dos chefes da BRC nos modos dos usos forçados do trabalho de brasileiros na construção da ferrovia entre os rios Iguazu e Uruguai e também na repressão armada contra a população descontente. A violência, como apresentou Rosa Luxemburgo (1983), é a solução conhecida pelo capitalismo para a resolução de sua expansão sobre áreas por ele almejadas, sendo este “um método permanente da acumulação de capital no processo histórico, desde sua origem até nossos dias”, ao mesmo tempo que, “para as sociedades primitivas, trata-se de uma questão de vida ou morte, e, como não há outra saída, resiste e luta até o seu total esgotamento ou extinção”.²²²

Enquanto a acumulação primitiva é explicada como categoria, devemos considerá-la como um processo de formação dos meios necessários para a produção capitalista. Temos para tal, duas condições: a formação de um contingente para mão-de-obra e a instauração da propriedade privada. Importante compreender como a chegada da BRC e suas atividades contemplaram essas condições na Região do Contestado, tendo como determinação a entrada do capital estrangeiro e o papel da violência para a sua efetivação.

Não é possível falar sobre o imperialismo sem mencionar que tal categoria se trata da expansão da exploração capitalista ao redor do globo, historicamente impulsionada pelas necessidades primordiais da sobrevivência do sistema, desde a reformulação de áreas não capitalistas de acordo com a nova forma produtiva até a aplicação, em determinada região, como capital produtivo, do excedente obtido em ciclos anteriores. Falamos, objetivamente, da acumulação capitalista.²²³ Antes que o processo de acumulação se desenrole, é necessário que

²²⁰ Marx definiu a acumulação primitiva como o processo de gênese do capitalismo em seu berço; aqui falamos de um processo que abriga as mesmas determinações em outras áreas.

²²¹ Ver ESPIG, 2008.

²²² LUXEMBURG, 1983, p. 319-21.

²²³ Conforme se expande, o capitalismo acaba, dentro de seu desenvolvimento, por diminuir progressivamente os níveis da taxa de lucro em decorrência do constante aumento de sua capacidade produtiva. No decorrer do processo

haja, por antever, a sua ignição no processo: a “acumulação primitiva”. Trata-se, antes de tudo, de tornar possível a produção visada à extração de excedente através da separação do trabalho dos meios concretos para sua realização, colocando-os sobre a posse de uma outra classe, a dominante.

Marx apresentou a acumulação primitiva como categoria, num primeiro momento, como a formulação inicial de recursos potencialmente produtivos em capital pela separação do “produtor direto” dos meios para seu trabalho; não “é mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção”.²²⁴ Pensemos, ora, toda ciência crítica ao capitalismo, partindo de Marx até autores recentes, colocam a violência como ponto central para o desenvolvimento do sistema. Rosa Luxemburgo (1983), por sua vez, apresentou como primordial a chamada “luta contra a economia natural” como primeiro estágio da expansão da acumulação capitalista, tendo como fins (a) “a apropriação direta de importantes fontes de forças produtivas”; (b) a liberação de trabalhadores dos meios de realização de seu trabalho, como já afirmara Marx, e forçando-os a “trabalhar para o capital”; (c) introdução do mercado; e (d) separação do artesanato da agricultura.²²⁵ Em todos a violência cumpre papel fundamental.

Na Região do Contestado, tal violência se apresentou no espectro da dominação de classe em dois aspectos, apresentados por Monteiro como “violência costumeira” e “violência inovadora”. A chamada “violência costumeira”, que não se mostra útil aprofundar aqui, refere-se a práticas e atos comuns relacionadas a disputas de honra, política e terra.²²⁶ A “violência inovadora”, por outro lado, é resultado, segundo o autor, de transformações na organização social muito determinadas pela penetração tanto “de empreendimentos vultuosos, quanto a pessoal ocupado e a capitais investidos, e [...] quanto à tecnologia empregada e às soluções organizatórias”.²²⁷ O autor argumenta:

temos, junto ao desenvolvimento de sua capacidade, o incremento do capital constante utilizado no emprego do capital variável, de onde se extrai a mais-valia. Com isso, por exemplo, aumentando o material constante a ser utilizado enquanto o material variável pouco oscila, a taxa de lucro tende a diminuir. Em todos os âmbitos do processo, a expansão geográfica do capitalismo tende a ser fundamental, originando o que Lênin ou Arendt trataram como imperialismo – para Lenin a fase superior do mesmo e para Arendt um novo estágio intermediário –, a busca por novos recursos, mercados e mão de obra no intuito de manter sua taxa de lucro a mais estável possível. Marx (2017) afirma, seguindo essa lógica, que em países não desenvolvidos, onde a “primeira composição do capital constitui a média, a taxa de lucro seria $[\frac{2}{3}]$, enquanto no país do segundo estágio de desenvolvimento, muito superior ao primeiro, ela seria $[\frac{1}{5}]$ ” (MARX, 2017, p. 252). Percebe-se, assim a vantagem de expandir o capital para regiões em estágios mais atrasados de desenvolvimento capitalista em vista da manutenção ou mesmo aumento da taxa de lucro.

²²⁴ MARX, 2017, p. 786.

²²⁵ LUXEMBURG, 1983, p. 318.

²²⁶ MONTEIRO, 1974, p. 37.

²²⁷ MONTEIRO, 1974, p. 43.

O estabelecimento da *Brazil Railway*, como também, da *Southern Lumber* na área, faz com que surjam modalidades novas de controle, de violência e de repressão. Se ambas dispunham de polícia própria, distinguia-se esta dos bandos tradicionais de capangas por estar a serviço de interesses econômicos anônimos e não a disposição dos interesses pessoais de determinados “coronéis”.²²⁸

Percebe-se, portanto, uma transferência de controle para o bloco estrangeiro, que inaugura um novo estágio capitalista *sui generis*, colocando “um embate sangrento entre dois mundos cujas ordenações antagônicas são [...] claramente discerníveis”.²²⁹ Nessa dialética se desenrola a expropriação das terras anteriormente trabalhadas de forma compartilhada pelos caboclos em propriedade privada, desenrolando, nos termos de Luxemburgo (1983) anteriormente citados, na luta pela sobrevivência. Peixoto (1920) citou as palavras do General Mattos Costa constatando que a “revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos **espoliados** nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança”.²³⁰

Pela lei geral da acumulação elaborada por Marx, a região que tratamos torna-se alvo da busca por recursos e força de trabalho em prol da dinâmica necessária de transformar capital monetário, ou capital potencialmente produtivo em caráter ocioso, em forma produtiva de mais-valia. Tal consideração implica tanto a criação de mercado para mercadorias dos polos desenvolvidos, principalmente com a construção de ferrovias a consumir maquinários e artigos úteis para tal, como na aplicação de capital monetário dos bancos europeus – que em nosso objeto de estudos são apontados como oriundos, principalmente, da França e da Inglaterra. Quanto ao maquinário e materiais, os EUA aparecem como fornecedor de destaque. Sobre isso, Rosa Luxemburgo (1983) afirma que ao tornar o excedente (mais -valia) acumulado em capital, reduz-se progressivamente seus ganhos, o que se reflete na construção de redes ferroviárias ao redor do mundo e serviram, preponderantemente para “o deslocamento da economia natural e a difusão da economia de mercado”.²³¹

Para David Harvey (2004), abarcado pelos desenvolvimentos de Marx e Luxemburgo sobre a chamada acumulação primitiva, a expansão do capitalismo para áreas não capitalistas é o método pelo qual o sistema se estabiliza em realizar sua necessidade de acumulação, mas se essas populações e “territórios relutarem” em colaborar, “têm que ser compelidos a fazê-lo pela força das armas”; esse é o “cerne do imperialismo”.²³² Trata-se, desse modo, de uma forma de

²²⁸ MONTEIRO, 1974, p. 44.

²²⁹ MONTEIRO, 1974, p. 49.

²³⁰ Palavras do Capitão Mattos Costa em: PEIXOTO, Dermeval. **A Campanha do Contestado**: episódios e . Rio de Janeiro: Segundo Milheiro, 1920. p. 94. grifo nosso.

²³¹ LUXEMBURGO, 1983, p.367.

²³² HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 116.

observar a chamada acumulação primitiva, que Harvey (2004) prefere nomear de “acumulação por espoliação”, categoria que, posteriormente à formulação de Marx, que a tratou como processo primordial do desenvolvimento do capitalismo em seu berço, foi apresentada como processo contínuo determinada pela lógica de expansão da exploração capitalista.

Mesmo que Marx (2017) tenha reformulado uma categoria clássica da economia política, anteriormente tratada por Adam Smith, a continuidade do pensamento crítico apontou sua reprodução no decorrer de tempos muito recentes. Argumenta-se que todas “as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até nossos dias”.²³³ Isso se deve à constante busca por recursos inexoráveis ao sistema. Para Luxemburgo (1983), trata-se de uma busca pela satisfação da necessidade por mercado, o que a autora propôs na primeira década do século XX. Hoje sabemos que não se trata apenas de busca por mercado, mas da busca por recursos e mão-de-obra.

3.2 A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO CONTESTADO

Para tentar entender a situação produtiva da BRC, ou seja, de seus trabalhadores, na região do Contestado e nos termos do imperialismo, nos parece apropriado fazê-lo partindo da categoria da superexploração do trabalho elaborada por Ruy Mauro Marini (2005) em seu ensaio “Dialética da Dependência”. Essa categoria foi desenvolvida para explicar a totalidade do trabalho nos países dependentes da América Latina e tentaremos aplicá-la à realidade do Contestado no contexto estudado.

É de senso comum que não se deve aplicar pensamentos abstratos sobre uma realidade concreta, mas nossa tentativa é a de identificar formulações teóricas e uma situação em específico. A principal dificuldade em que nos deparamos é a ausência de estudos que considerem essa teoria na historiografia do Contestado e que abordem as características do trabalho nesses termos. Por esse motivo ensaiamos aqui essa possibilidade.

Em termos práticos, a superexploração do trabalho corresponde à compra de trabalho abaixo de seu valor real, impedindo a sua reprodução em condições normais.²³⁴ A reprodução da força de trabalho se realiza em certo período de tempo da jornada de trabalho pela qual o trabalhador recebe o pagamento necessário para sua manutenção e cuja subtração da jornada

²³³ HARVEY, 2004, p. 121.

²³⁴ FRANKLIN, Rodrigo Straessli Pinto. O que é superexploração?. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 3 (67), p. 689-715, setembro-dezembro 2019. p. 681. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/8wdy7bjZF9RXBQsXYDFXNDb/?lang=pt>.

total é o igual ao que chamamos de mais-trabalho: tempo da jornada que resulta na mais-valia. No primeiro livro de *O Capital*, Marx (2017) trabalhou o conceito de mais-valor relativo onde a redução do “trabalho necessário” seria o método para o aumento do mais-trabalho e, portanto, da mais-valia – “o prolongamento do mais-trabalho corresponderia ao encurtamento do trabalho necessário”, o que, por outro lado, faria “o tempo de trabalho que o trabalhador utilizava para si mesmo seria convertido em tempo de trabalho para o capitalista”.²³⁵ Para isso, seria necessária a diminuição do valor de consumo do trabalhador, dado pelo aumento da capacidade produtiva de um setor, resultando no barateamento de mercadorias e assim, na diminuição do trabalho necessário.

Na superexploração do trabalho, por outro lado, isso não ocorre: não há o aumento da mais-valia em termos relativos, ou seja, pelo aumento da capacidade produtiva, mas esta ocorre pelo aumento da exploração do trabalhador. Marini chegou a esta conclusão, considerando o mesmo processo, porém sem que haja uma diminuição no tempo de trabalho necessário:

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; [...], trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual "o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital", implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente.²³⁶

No que diz respeito à superexploração do trabalho, que, em essência de seu processo é “o princípio fundamental da economia subdesenvolvida” e traz em si “tudo o que implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidade de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial”,²³⁷ identificam-se três processos condizentes: “[1] extensão da jornada de trabalho; [2] ampliação da intensidade do trabalho; e [3] redução do consumo dos trabalhadores como consequência da redução do nível dos salários”.²³⁸ Então perguntamos se é possível identificar essas características no contexto do Contestado pela BRC e pela *Lumber*.

²³⁵ MARX, 2017, p. 387.

²³⁶ MARINI, 2005, s/p.

²³⁷ MARINI, **Subdesenvolvimento e Revolução**, 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013, p. 52

²³⁸ FRANKLIN, 2019. p. 691.

O que observamos na bibliografia e nas fontes que tivemos acesso são dois fatores condizentes com nossa categoria. Para chegarmos a eles devemos considerar que, para Marini, a superexploração do trabalho se faz necessária nos países subdesenvolvidos, especialmente nos contextos onde ocorreu transferência de riquezas, seja pela exportação de commodities, seja pela atividade de companhia estrangeira, para as quais se dirige a acumulação de certo setor produtivo. Para o autor, a evasão da riqueza para o exterior torna necessário a compensação de excedente para as classes dominantes locais além de, no caso do Contestado, proporcionar uma quantidade maior de lucro para as companhias em questão.

As classes dominantes locais tratam de se ressarcir desta perda aumentando o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial.²³⁹

Os dois fatores que encontramos mais evidentes até o momento em nosso contexto são a forte repressão sobre os trabalhadores da EFSPRG e, principalmente, o descontrole sobre a forma de pagamento dos salários.²⁴⁰ “Alguns empreiteiros costumavam emitir vales aos trabalhadores e recebendo os pagamentos de seus contratos, não pagavam os homens do trabalho”.²⁴¹

Para a construção do trecho que corta o estado de Santa Catarina pelo Vale do Rio do Peixe em três anos, a companhia encarregou o engenheiro Achilles Stenghel de supervisionar os trabalhos. Sobre isso, Espig (2008) afirmou:

Para vencer os mais de 300 quilômetros do trecho em questão no prazo desejado, Stenghel impôs uma disciplina rígida sobre os trabalhos e, por conseguinte, sobre os trabalhadores. Foi sob sua administração que a empresa criou um Corpo de Segurança, [...]. Assim, o policiamento na construção era feito pelo poder privado e controlado pelo engenheiro.²⁴²

Espig afirmou que o engenheiro, contando com um contingente policial privado, chamado de Corpo de Segurança, desempenhava papel de repressão sobre os trabalhadores. A autora relata ainda o “caso de alguns tarefeiros que sofreram ameaças ou receberam valores menores do que os combinados ao início dos trabalhos”,²⁴³ por parte do comando das obras.

²³⁹ MARINI, 2013. p. 52

²⁴⁰ ESPIG, 2008.

²⁴¹ DIÁRIO DA TARDE, 11/11/1909

²⁴² ESPIG, 2008, p.243.

²⁴³ ESPIG, 2008, p. 248.

No jornal Diário da Tarde,²⁴⁴ sob a manchete “Apura-se o caso: fatos graves”, foi descrito o relato de um ex-trabalhador da EFSPRG que denunciava as precárias condições de trabalho sob as quais os operários se encontravam. Sob os “maus tratos infligidos às pessoas que se contratam para fazer parte das turmas em serviço na construção daquela via-férrea” foram relatadas condições de encarceramento e até mesmo fome enquanto se era esperado o recebimento dos salários. Ainda continua:

Muitos trabalhadores, aterrorizados com as torturas já aplicadas a outros companheiros nem se atrevem a fazer reclamações, pois, temem lhes aconteça o que sucedeu a Paschoal de tal, que, segundo lhe constou, foi amarrado por 4 capangas d’um engenheiro, desaparecendo mais tarde, sem que se saiba seu fim.²⁴⁵

Não há dúvidas, portanto, apesar da extensão do que elaboramos aqui, que houve uma superexploração do trabalho dentro da BRC. Seria de grande valor científico a continuidade dessa proposta acumulando mais dados e reflexões sobre essa categoria, no contexto deste estudo. Percebemos, dessa forma, como o imperialismo da BRC na região não apenas trouxe profundas consequências para a economia local, como também impactou diretamente a vida de seus empregados, que, sem salário e tratamento digno do valor de seu trabalho, não possuem nas categorias de seu consumo sua reprodução em termos regulares.

3.3 NÃO TEMOS DIREITO À NOSSA TERRA

O processo de acumulação primitiva ou acumulação por espoliação exigiu, além do estabelecimento de um contingente proletário a vender sua força de trabalho e produzir valor, a institucionalização da propriedade privada. Para Cavalazzi (1985), esse é um dos pontos fundamentais da presença do capital estrangeiro na região do Contestado após o início do século XX: colonizar as áreas de terra concedidas pelo Estado à EFSPRG em 1890 e, após 1906, à BRC. Contudo, tratou-se também do estabelecimento nesta região, de um ambiente de acumulação do capital norte-americano.²⁴⁶

A BRC explorou e colonizou cerca de 2,5 milhões de km² ao sul do Rio Iguaçu²⁴⁷ até 1940 – 50 anos após a concessão como estabelecido pelo acordo entre as partes sob a pena de

²⁴⁴ DIÁRIO DA TARDE, 05/02/1910.

²⁴⁵ DIÁRIO DA TARDE, 05/02/1910

²⁴⁶ E do capital financeiro europeu.

²⁴⁷ O Dia, 10/03/1913.

seu retorno ao Estado. ²⁴⁸Cavallazzi (1985) ainda atribuiu à entrada do capital estrangeiro a institucionalização da propriedade privada na região.

O estabelecimento da propriedade privada possibilitou o emprego de força de trabalho como mercadoria alheia, sendo assim “a base dos antagonismos de classe”. ²⁴⁹ Para Engels (2019), quando a propriedade privada supera historicamente a propriedade coletiva, que em nosso caso pode ser percebida como uso coletivo das terras devolutas do Estado por posseiros, sejam agregados de proprietários ou caboclos totalmente à parte, as relações sociais passam a ser determinadas predominantemente por fatores econômicos.

Nisso o Estado desempenhou fator primordial, pois foi o poder do Estado – e no Estado burguês é a sua maior serventia – que institucionalizou a propriedade privada. Ora, a propriedade privada foi a garantia da constituição política do Estado e, portanto, de seu controle. Obviamente Cavallazzi (1985) confirma esse fato no Contestado:

Naturalmente que o processo de institucionalização da propriedade privada resultará da conjugação de diversos fatores. Importante papel será desempenhado pelo poder estatal quando passa a efetuar uma série de concessões de terras devolutas, permitindo o estabelecimento de grandes porções de terras nas mãos de poucos particulares. Entendemos residir aí a primeira etapa da institucionalização da propriedade privada, isto é, com a valorização sucessiva da terra e sua conseqüente transformação em mercadoria, na medida em que se verifica uma verdadeira corrida junto ao Governo Estadual, no intuito de obtenção de terras devolutas. A segunda etapa do processo ocorre com a subdivisão das grandes propriedades, através da venda a colonos que se instalam na área, ou seja, com a colonização propriamente dita. ²⁵⁰

Marx afirmara que, com a apoteose da propriedade privada, esta passa a ser a própria afirmação do Estado. Para tanto, nesse espectro, sob a direção de alguns dos maiores acionistas da BRC, a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, também registrada, assim como sua “empresa mãe”, em Maine nos EUA. Criada pela diretoria da BRC, foi destinada, logicamente, a explorar os recursos imediatos da região passíveis de geração de lucro: a madeira da vasta floresta ombrófila mista, que era destinada à exportação²⁵¹ e, posteriormente, a venda das terras em posse da empresa a colonizadores, em especial imigrantes europeus. Da mesma forma que a BRC, a Lumber iniciou-se com um capital inicial diminuto, expandindo-o,

²⁴⁸ CAVALLAZZI, 1985, p. 48.

²⁴⁹ ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, do Estado e da Propriedade privada**. 1. ed. lebooks 2019, p. ??

²⁵⁰ CAVALLAZZI, 1985, p. 55

²⁵¹ “The greater part of the lands over which the Brazil Railway Company has rights in the States of Paraná and Santa Catharina are covered with forests of pine and other timber”. (BRAZIL RAILWAY COMPANY, 1911, p. 11)

posteriormente, de acordo com o acúmulo de capitais pela sua capacidade produtiva ou por investimentos de bancos europeus.

Dentre alguns núcleos da *Lumber*, o maior localizava-se no município de Três Barras, na época território contestado entre os estados de Paraná e Santa Catarina. O jornal Diário da Tarde, em 15 de novembro de 1911 publicava o seguinte:

“[...] os diretores da Lumber não têm em vista somente o corte das madeiras devastando as florestas [...].
[...] são profissionais competentes que pretendem transformar a zona em que operam e um centro de trabalho, de vida, de atividades”.²⁵²

No relatório anual da BRC, Farquhar diz: *These lands must be first cleared of timber before cultivation, and this clearing will, in itself, be a source of considerable profit* [essas terras primeiramente devem ser desbravadas antes de cultivadas, e isso, por si só, será fonte de lucros consideráveis].²⁵³ Vejamos que foi dado à Lumber a possibilidade de extrair da região os lucros logicamente imediatos: explorar os recursos florestais da região e, em seguida vender as terras em lotes.

O jornal Diário da Tarde (1911) tem isso como um fator positivo, o que enfatiza o que foi descrito no capítulo anterior: a ideologia em favor do imperialismo como caminho para a evolução socioeconômica da região em questão:

“Em Três Barras que são já um risonho núcleo de povoamento, há de forçosamente progredir para em época não remota transformar se num centro de regular atividade industrial, comercial e até agrícola.
[...] vão ser um empório não pequeno de vitalidade e de progresso, em vista sobre tudo da orientação de forte e eficaz iniciativa inerente aos americanos.
[...] tem já dotado a nascente povoação dos melhoramentos apropriados a moderna vida civilizada, como sejam [sic] instalação elétrica de luz e abastecimento d’água, achando-se além disso, já em estudos o plano de uma rede completa perfeitamente higiênica, de esgotos.
[...].
Pela cifra enorme do seu capital, pelo formidável espírito de iniciativa com que os americanos aprenderam a lutar, pela ambição muito humana de multiplicar o dinheiro, pela preocupação constante do progresso, da vida movimentada e do trabalho intensivo, já é provável que tenhamos nessa gente os melhores cooperadores desse grande futuro que sonhamos para a terra risonha do Paraná, porque eles trabalham sem desfalecimento, cheios de entusiasmo e de fé”.²⁵⁴

²⁵² DIÁRIO DA TARDE 15/11/1911.

²⁵³ BRAZIL RAILWAY COMPANY, 1911, p. 11. Tradução livre.

²⁵⁴ BRAZIL RAILWAY COMPANY, 1911, p. 11. Tradução livre.

Sem dúvidas, permanece a ideia de que o imperialismo veio para cumprir o papel de colocar a região nos rumos do capitalismo, fazendo isso com base nos moldes de seu centro. Assim iniciou-se, através da *Lumber*, o processo de acumulação imperialista no Contestado, o qual se efetivou com severas consequências sobre a população mais pobre e despossuída.

3.4 ESPOLIAÇÃO E REPRESSÃO: ELIMINANDO O ELEMENTO PERNICIOSO

Com o início das atividades da BRC na região do Rio do Peixe, – 15 km partindo de cada margem da ferrovia – esta fez valer seu domínio sobre as áreas de terra concedidas pelo Estado brasileiro. Seu objetivo “era preparar este território adjacente para a exploração da madeira e venda de terras a imigrantes [...] ou a filhos de colonos já nascidos no país”.²⁵⁵ Para tal, como afirma Machado (2004), a companhia fez uso de poderio militarizado com o intuito de retirar desse espaço “posseiros caboclos e até [...] posseiros legitimados”,²⁵⁶ assim como de proprietários legítimos, cuja terra fora adquirida diretamente pela compra do estado de Santa Catarina. Contra os que relutavam a retirar-se, a BRC enviava seu corpo de segurança, que em 1911 contava com cerca de 200 homens, tendo em seu comando “um antigo oficial da Força Pública do Paraná”.²⁵⁷

O uso da força e do militarismo “tem uma função determinada na história do capital” e “acompanha todas as fases históricas da acumulação”.²⁵⁸ Como propôs Luxemburgo (1983), a força é ferramenta fundamental para a expansão dos horizontes de exploração do capitalismo. Ora, forças armada ou militar têm a função de “destruir as organizações sociais primitivas, para apropriar-se de seus meios de produção” em prol dos interesses do capital, impondo “o comércio de mercadorias” em regiões onde a “estrutura social é um obstáculo para a economia de mercado” e assim proletarizando seus habitantes pela imposição do trabalho assalariado como única saída para a subsistência.²⁵⁹

É fato histórico que a expansão do capital deixou um rastro de sangue onde quer que tenha colocado seus tentáculos. Assim como no próprio território estadunidense durante o século XIX, onde a construção de estradas de ferro pelo capital europeu direcionou colonos por todo seu território, levando consigo o extermínio das populações indígenas “com armas de fogo,

²⁵⁵ MACHADO, 2004, P. 148.

²⁵⁶ MACHADO, 2004, p. 148.

²⁵⁷ QUEIROZ, 1966, p. 74.

²⁵⁸ LUXEMBURGO, 1983, p. 399.

²⁵⁹ LUXEMBURGO, 1983, p.399.

ções policiais, licores e sífilis” e marginalizando-os, a terra é, pelo desenvolvimento do capital, expropriada, desbravada e cultivada.²⁶⁰ No Contestado fica evidente o papel da violência na constituição do modelo econômico nos moldes do imperialismo, sendo seu alvo a população cabocla não proprietária e, portanto, não capitalista. Esse contingente não possuía as características apropriadas para o modelo a ser instaurado; não eram capazes de comprar as terras ofertadas pela BRC ou realizar trabalhos nos termos do mercado capitalista e, portanto, teriam que ser, assim, retirados.

A expulsão e expropriação das massas não capitalistas e não-proprietárias em todo o processo de desenvolvimento do capitalismo gera um contingente que não pode ser absorvido rapidamente. Disse Marx (2017) que “os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação”.²⁶¹ Em via de regra, pelo desamparo e pauperização, essas pessoas “converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, [...], por força das circunstâncias”.²⁶² Não é diferente para a população desamparada do Contestado que fora expulsa de suas terras pela força do capital. Contudo, após a segregação, “o solo continuava a render” tanto quando antes, “ou ainda mais, porque a revolução nas relações de propriedade [...] era acompanhada de métodos aperfeiçoados de cultivo, de maior cooperação, da concentração de meios de produção, etc.,” e isso não somente porque os despossuídos foram obrigados a vender sua força de trabalho, “mas também o campo de produção sobre o qual **trabalhavam para si mesmos** se contraiu cada vez mais”.²⁶³ De qualquer forma, o horizonte é a miséria. Mas é um preço que ‘vale a pena’, pois “apenas a destruição da indústria doméstica rural pode dar ao mercado interno de um país a amplitude e a sólida consistência de que o modo de produção capitalista necessita”.²⁶⁴

Mas os caboclos do Contestado eram de ser substituídos por colonizadores brancos, que comprariam propriedades e nela aplicariam sua força de trabalho gerando valor. Contudo, o maior propósito nesse processo de colonização era institucionalizar a propriedade privada. Ora, não notamos, após a conclusão da ferrovia e a despeito das atividades da *Lumber*, a criação imediata de uma indústria significativa; consequências da falta de lógica monopolista. Um dos motivos pode ser, até mesmo, a crise de 1914, um dos fatores da decadência da BRC. Mas, acima de tudo, trata-se de um projeto sem prazo determinado, mesmo que o tivesse na construção da EFSPRG (até 1910).

²⁶⁰ LUXEMBURGO, 1983, p. 344.

²⁶¹ MARX, 2017, p. 805.

²⁶² MARX, 2017, p. 805-6.

²⁶³ MARX, 2017, p. 816. Grifo nosso.

²⁶⁴ MARX, 2017, p. 818.

Anteriormente citamos um trecho do jornal Diário da Tarde do dia 11 de novembro de 1911, que sonhava com um “grande futuro para as terras risonhas do Paraná”. Ficam explícitas a crença desmedida nas promessas auspiciosas do capitalismo para a Região do Contestado, típicas das de países dependentes e subdesenvolvidos - subordinados aos interesses centrais do sistema –, cuja consciência coletiva de seus gestores estão, sem dúvidas, poluídas pela ideologia capitalista e imperialista e projetam nos países desenvolvidos a cura para o seu atraso.

Mas concretamente, esse almejado progresso é um processo lento que está conjuntamente ligado ao capitalismo em sua totalidade e que “se arrasta por muitos séculos” conforme seu dinamismo, ²⁶⁵ disse Marx (2017). Vejamos que, mesmo havendo o discurso progressista em meio às classes dominantes locais, seu fracasso vexaminoso está, da mesma forma, ligado à lógica da totalidade do sistema capitalista e, portanto, seu ‘sucesso’ também teria de estar.

Mas não ocorreu exatamente conforme o que era proposto. O “luminoso” futuro (de misérias) para a Região do Contestado chegou apenas ao seu parto naquele momento – a não ser pelas segregações e violência consequentes –, mas não pôde progredir. “De onde se originam os capitalistas?”²⁶⁶ perguntou-se Marx (2017). Antes de tudo, é necessário um período de acumulação que concentre os artifícios necessários para o emprego da mão de obra assalariada. Essa é a última tarefa na venda de terras à potenciais colonos da região, mas só fora cumprida a primeira etapa. Mas, de qualquer forma, o ultraje do capitalismo, repetido no Contestado como tinha sido em todos os outros horizontes de exploração, deixou seu rastro de segregação, morte e pobreza histórica.

Contudo, apesar do fracasso do projeto em questão, estavam postas, através da BRC, as condições necessárias para a evolução do capitalismo na região, defendido e exaltado por todo o espectro da classe dominante local, nacional e, mais importante, internacional: a propriedade privada estava instaurada, a massa proletária era parida e o monopólio imperialista se fartava com a riqueza arrancada da Região do Contestado.

²⁶⁵ MARX, 2017, P. 812.

²⁶⁶ MARX, 2017, p. 813.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do século XX a história da Região do Contestado teve a sua trajetória marcada por uma revolta de milhares de sertanejos que se encontravam abandonados e sujeitos à pauperização e à miséria, assolados pelo desenvolvimento capitalista que seguia seu curso nesta região. O capitalismo chegou, determinado pelo caráter imperialista de seu estágio de desenvolvimento, se estabeleceu na região, que detinha recursos promissores e feriu a história do grupo humano que ali vivia secularmente. Esta região é apenas uma de todas as visitadas e exploradas pelo capitalismo. Embora sempre havendo singularidades em cada contexto, os tentáculos do império deixaram padrões que se repetiram em todas as partes do planeta. Procuramos mostrar nesta pesquisa que na formação histórica da Região do Contestado, as consequências do avanço do capital são determinadamente presentes.

O custo social para a população do Contestado pode ser avaliado pelo modo de exploração das riquezas naturais e da exploração de sua força de trabalho – de sua virtude na produção de valor – que fora, então, alcançada pelos trilhos do progresso (suposto) e da civilização. Houve a usurpação do modo e dos meios de subsistência, resultando em desagregação cultural, fome e violência promovidas pelo modo de exploração imperialista na atuação do capital estrangeiro.

Neste estudo analisamos o modo como os interesses político-econômicos da classe dominante e imperialista centrais, que tem em Percival Farquhar o principal representante da ideologia e do modo de exploração da burguesia central, que sustenta, no campo das ideias e na violência, o processo de expansão e manutenção do capitalismo. Tudo resultando no flagelo das populações pobres do espaço estudado.

Farquhar estava inserido no espectro desse importante guinar do capitalismo, já em sua fase imperialista e, dessa forma, no impacto desse estágio do capitalismo na América Latina e, obviamente, do Contestado. A Região do Contestado foi apenas uma parte dessa ampla incursão do capital central no Sul do continente, sendo que no próprio Brasil desempenhou protagonismo. O Contestado se conecta nessa totalidade, tendo a figura de Farquhar e de seus empreendimentos como configurado pela condição do capitalismo industrial estadunidense, em plena projeção sobre a América Latina, e financiado pelo capital financeiro historicamente acumulado. Assim podemos conectar as particularidades do Contestado na totalidade histórica do período, ou seja, em conexão às determinações e proposições que envolveram, naquele momento, o mundo capitalista.

No decorrer de nossa pesquisa, mostramos que os eventos na região do Contestado, após a primeira década do século XX, estiveram determinados fortemente pelo processo de desenvolvimento do capitalismo. Sendo assim, da mesma forma que a história do subdesenvolvimento da América Latina e do Brasil apresentados por autores que fundamentaram nossa reflexão, o Contestado, igualmente, integrou a história do desenvolvimento do capitalismo mundial e o seu impacto se percebe ainda hoje na região.

Não há como negar que na Região do Contestado o passado histórico aponta os fortes traços deixados pela expansão do capitalismo mundial no início do Século XX. Conceber uma história do tempo presente sem considerar as decisões passadas, impede a percepção das causas atuais numa realidade que escancara a miséria e que saltam para além daquilo que os índices apontam. Aqui enfatizamos a relevância crítica que essa pesquisa tem o propósito de apresentar: a necessidade de contemplar cientificamente nossa região sua determinação com relação à totalidade do sistema.

Trata-se, acima de tudo, de contribuir com o entendimento da história sul-brasileira e do mundo em transformação imperialista. Buscamos estabelecer a crítica aos crimes inerentes à expansão do capitalismo. Percebemos que, em grande parte da literatura historiográfica sobre o Contestado, tocar no tema do imperialismo parece irrelevante, quando muito secundário. Aqui mostramos, ao contrário do usual, que o imperialismo – a expansão do capitalismo – é categoria central para todos os fatores históricos do Contestado após a incursão da BRC.

A importância do que estudamos é a reformulação do funcionamento socioeconômica da região. É inegável que a incursão do capitalismo central é o fator primordial para a ruptura com o modelo “não-imperializado” precedente.

A maior dificuldade da pesquisa foi ter acesso a fontes que ajudassem a responder nossos questionamentos. Por dificuldades de locomoção por motivos financeiros e em meio à pandemia de COVID 19, a busca por documentos fora dificultada e contamos somente com documentos digitalizados disponíveis online. Os sites mais importantes foram <https://www.hathitrust.org/>; <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>; <https://cpdoc.fgv.br/>; e <https://bd.camara.leg.br/bd/>. Além disso, a carga teórica e bibliográfica acabam por tornar limitada uma pesquisa de apenas dois anos. Mas apesar desses reveses, os resultados da pesquisa se mostraram bastante satisfatórios e devem estabelecer um novo leque de possibilidades para compreender a história da Região do Contestado.

Foi possível mostrar que o imperialismo norte-americano e europeu foram determinações centrais para as transformações na região do Contestado entre 1907 e 1916 e que tais fatores são responsáveis pela marginalização e pauperização dessa população. Também

apresentamos que esse não é um fato isolado, mas parte indissociável da expansão capitalista. Dessa forma, acreditamos que não se pode colocar o imperialismo – a expansão capitalista – como fator secundário nesse evento.

Por isso, entender o Contestado é, além de enfatizar suas particularidades e sua estrutura *sui generis*, entender a realidade latino-americana alvo das necessidades econômicas do capitalismo e de sua ideologia vil, que tornam reféns todo o espectro de classe de um território chamado subdesenvolvido.

Queríamos, além do apresentado, entender a dinâmica do Estado brasileiro nessa trama, mas isso continuará sendo buscado em pesquisas futuras. Apesar de ser indispensável em nossa proposta, o papel do Estado brasileiro onde figuras como Lauro Müller, Barão do Rio Branco, Pinheiro-Machado, Affonso Camargo, dentre outros sendo determinantes, nos foi imposto uma escolha por viabilidade e tempo.

REFERÊNCIAS

FONTES

DIÁRIO DA TARDE, Curitiba - PR, 15 nov. 1911. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=>. Acessado em: 20 nov. 2022.

DIÁRIO DA TARDE, Curitiba - PR. 05 mai. 1910. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=>. Acessado em: 20 nov. 2022.

O DIA: Órgão do Partido Republicano Catharinense, Florianópolis - SC. 10 out. 1913.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217549&pesq=>. Acessado em: 20 nov. 2022.

DIÁRIO DA TARDE, Curitiba - PR. 11 nov. 1909. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=>. Acessado em: 20 nov. 2022.

BINGHAM, Hiran. (1914). Latin America and the Monroe Doctrine. **The Yale Review**, Vol. 99, no. 3, Jul. 2011. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9736.2011.00718.x>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRAZIL RAILWAY COMPANY. *Annual Report and Accounts*. 4 Vol. Londres: Waterlow and Sons. 1911 - 1914. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uiug.30112110986939&view=1up&seq=6>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRAZIL RAILWAY COMPANY. *Annual Report and Accounts*. 4 Vol. Londres: Waterlow and Sons. 1912 - 1914. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uiug.30112110986939&view=1up&seq=6>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRAZIL RAILWAY COMPANY. *Annual Report and Accounts*. 4 Vol. Londres: Waterlow and Sons. 1913 - 1914. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uiug.30112110986939&view=1up&seq=6>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRAZIL RAILWAY COMPANY. *Annual Report and Accounts*. 4 Vol. Londres: Waterlow and Sons. 1914 - 1914. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uiug.30112110986939&view=1up&seq=6>. Acesso em: 21 nov. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Elaboração dos Orçamentos de 1912**: Fazenda. v. 5. Rio de Janeiro, 1913. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/31999>. Acesso em: 03 jan.2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Elaboração dos Orçamentos Referentes a 1913**: Receita. v. 1. Rio de Janeiro, 1914. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/32659>. Acesso em: 03 jan. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Elaboração dos Orçamentos Referentes a 1913**: Marinha, guerra e fazenda. v. 2. Rio de Janeiro, 1914. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/32659> . Acesso em: 03 jan. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Pareceres e Projetos Referentes a 1912**. 2. v. Rio de Janeiro, 1913. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/32079> . Acesso em: 25 jan. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projetos e Orçamentos Referentes a 1912**. 4.v. Rio de Janeiro, 1913. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/31459> . Acesso em: 25 jan. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sinopse dos Trabalhos da Câmara dos Srs. Deputados**. 11. v. Rio de Janeiro, 1906 - 17 (11 volumes). Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/discover?scope=%2F&query=synopse&submit=Buscar&rpp=100&sort_by=dc.date.issued_dt&order=asc . Acesso em: 25 jan. 2020.

FARQUHAR, Percival. *South America and Investments*. *The North American Review*, vol. 203, no. 724, 1916, p. 397–402. Disponível em: www.jstor.org/stable/25108760 . Acessado em: 25 Jun. 2021.

GAULD, Charles A.. **O Último Titã**: um empreendedor americano na América Latina. São Paulo: Cultura. 2006.

PEIXOTO, Dermeval. **A Campanha do Contestado**: episódios e impressões. Rio de Janeiro: Segundo Milheiro, 1920.

ROOSEVELT, Theodore. *Forth Annual Message to the Congress*. 6 de dezembro de 1904. Disponível em: [December 6, 1904: Fourth Annual Message | Miller Center](https://www.millercenter.org/roosevelt/president/1904/12/06/december-6-1904-fourth-annual-message) . Acessado em: 16 fev. 2023.

BIBLIOGRAFIA:

AURAS, Marli, **A Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 4. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

BARAN, Paul. **A Economia Política do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **O Capital Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

CUEVA, Agustin. **O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Ed., 1983.

DIACON, Todd A. *Millenarian Vision, Capitalist Reality: Brazil's Contestado rebellion (1912 – 1916)*. Durham: Duke University. 1991.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada**. 1. ed. lebooks 2019

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**: Feuerbach – a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (1908 – 1915). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre-RS. 2008.

FRANK, André Gunder. *Lumpenbourgeoisie, Lumpendevlopment: dependence, class, and politics in Latin America*. Londres: Monthly Review Press, 1974.

FRANKLIN, Rodrigo Straessli Pinto. O que é superexploração? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 3 (67), p. 689-715, setembro-dezembro 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/8wdy7bjZF9RXBQsXYDFXNDb/?lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2022.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HEGEL, G. W. F.. **A Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Ferrovias no Brasil (1870 – 1920)**. História Econômica e História de Empresas, vol. 8, nº 1. 2005, p. 7-40. Disponível em: [Ferrovias No Brasil 1870-1920 | Ana Lanna - Academia.edu](#). Acessado em: 23 ago. 2021.

LÊNIN, Vladimir I. **Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Centauro. 2003.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1983, p. 392.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e atuação das chefias caboclas (1912 – 1916). São Paulo: UNICAMP, 2004.

MARINI, Ruy Mauro, **A Dialética da Dependência**, Versão digitalizada conforme publicado em "Ruy Mauro Marini: Vida e Obra", São Paulo: Expressão Popular, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf. Acesso em 14 jun. 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**, 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, Karl, **A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Lafonte, 2018.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. ed. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O 18 do Brumário de Luís Bonaparte**. Coimbra: Nosso Tempo. 1971.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os Errantes do Novo Século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e Realidade Nacional**. Vol. 2. Rio de Janeiro: ISEB. 1960.

QUEIROZ, Maurício V.. **Messianismo e Conflito Social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912 – 1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, Rogerio Rosa. **Veredas de um Grande Sertão**: a Guerra do Contestado e a modernização do exército brasileiro. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro/ RJ. 2008.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Investimentos franceses no Brasil**: o caso da Brazil Railway Company (1900-1930). **Anais..** São Paulo: Fea-Usp, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18570>. Acesso em: 27 set. 2021.

SILVA, Rosângela Cavallazzi da. **Terras Públicas e Particulares**: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo da “Brazil Railway Company” no meio oeste catarinense). Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Humanas – Especialidade Direito. Florianópolis – SC. 1983.

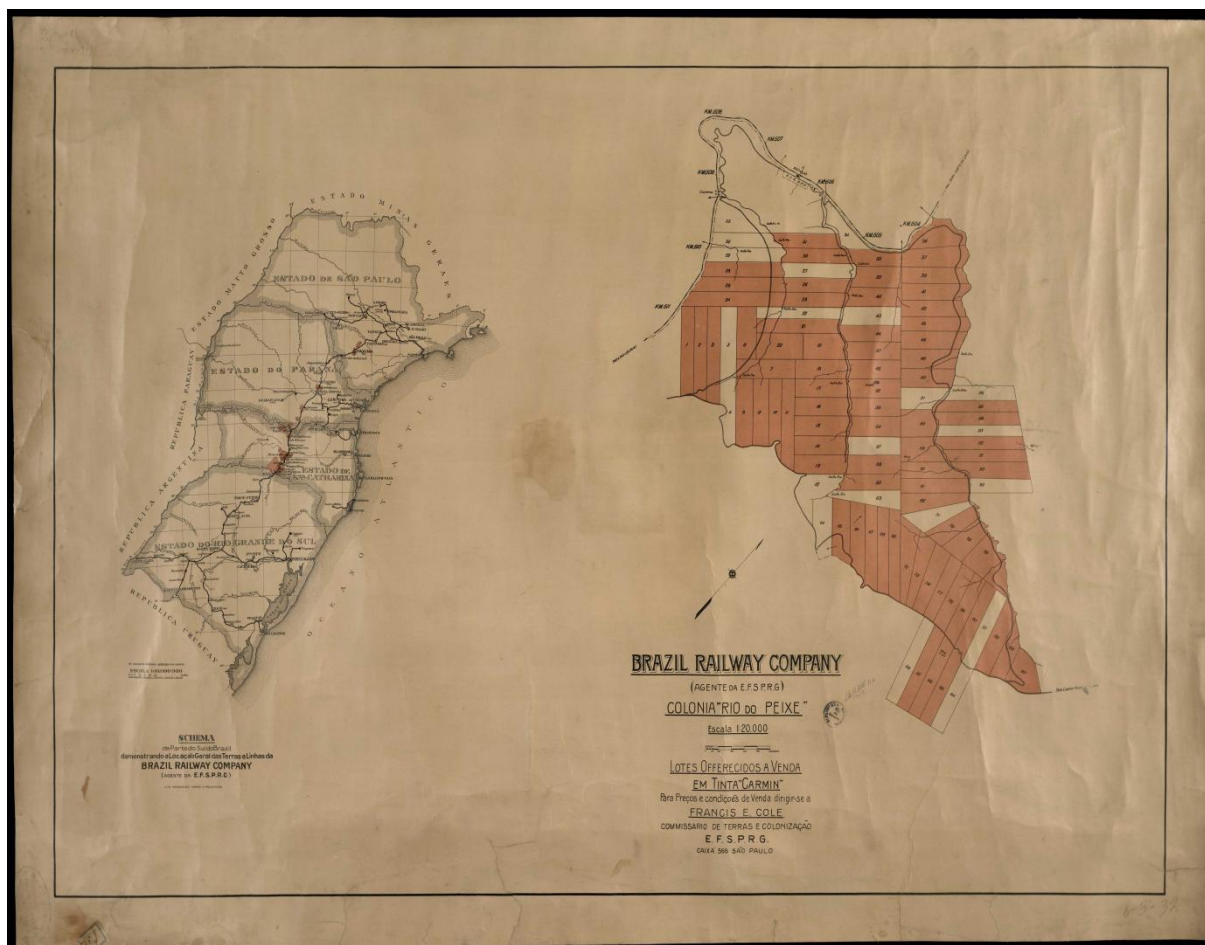
SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo e Corporações Multinacionais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O Polvo e seus Tentáculos**: A *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis-SC. 2013.

TORRÊS, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro**. eBooksBrasil. 2002. p.?? Versão digitalizada da 3ª Edição. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresb.html> Acesso em: 28 set. 2021.

VALENTINI, Delmir José. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Porto Alegre: Letra&Vida; Chapecó: Ed. UFFS, 2015.

ANEXO A - Lotes Oferecidos à Venda pela BRC na Colônia do Rio do Peixe.



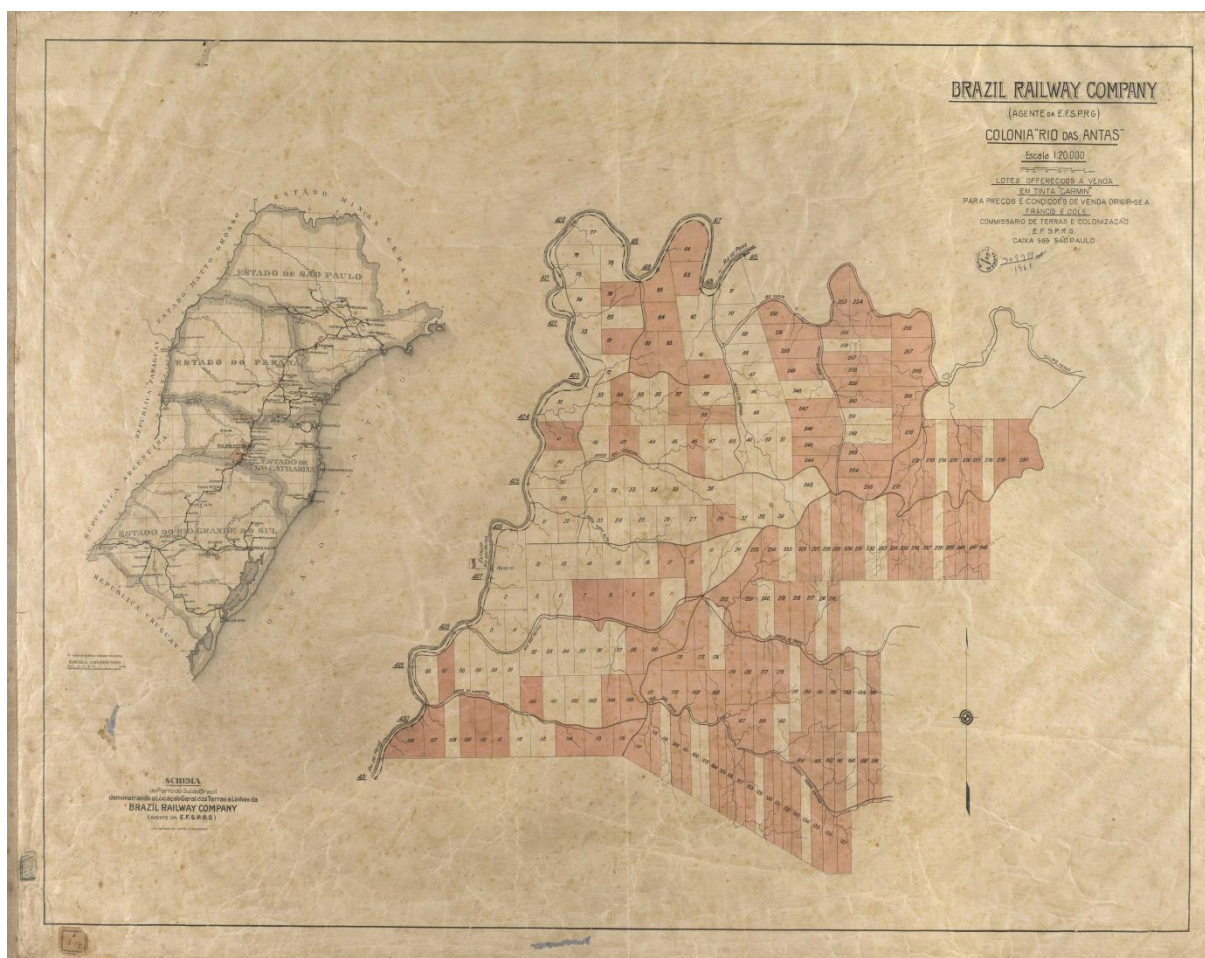
Disponível

em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart164916/cart164916.jpg.

Acesso em: 30 out. 2022

ANEXO B - Lotes Oferecidos à Venda pela BRC na Colônia Rio das Antas



Disponível

em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart309999/cart309999.jpg

Acesso em 30 out. 2022.



Emitido em 29/03/2023

DISSERTAÇÃO Nº 32/2023 - PPGH - CH (10.41.13.10.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 29/03/2023 11:13)

ANDERSON JOSE GUI SOLPHI

TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

CAPPG - CH (10.41.13.10)

Matrícula: ###059#3

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/documentos/> informando seu número: **32**, ano: **2023**, tipo: **DISSERTAÇÃO**, data de emissão: **29/03/2023** e o código de verificação: **2bf6cf9a53**